



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROCESSOS SÓCIO-EDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES

**A EDUCAÇÃO COMO PROPAGADORA E MANTENEDORA DA FÉ:
REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELIGIOSAS
NOS GRUPOS ESCOLARES JOSÉ RANGEL E DELFIM MOREIRA
DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (1945-1960)**

Lígia de Souza Junqueira

São João del-Rei
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**A EDUCAÇÃO COMO PROPAGADORA E MANTENEDORA DA FÉ:
REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELIGIOSAS
NOS GRUPOS ESCOLARES JOSÉ RANGEL E DELFIM MOREIRA
DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (1945-1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Mestranda: Lígia de Souza Junqueira

Orientador: Prof. Dr. Laerthe de Moraes Abreu Junior

São João del-Rei
2010



LÍGIA DE SOUZA JUNQUEIRA

**A EDUCAÇÃO COMO PROPAGADORA E MANTENEDORA DA FÉ:
REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELIGIOSAS NOS GRUPOS
ESCOLARES JOSÉ RANGEL E DELFIM MOREIRA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE
FORA (1945-1960)**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Laerthe de Moraes Abreu Junior – UFSJ – Orientador

Prof^a. Dr^a. Dalva Carolina de Menezes Yazbeck (Lola) – UFJF

Prof. Dr. Écio Antônio Portes – UFSJ

MARÇO DE 2010

Dedico este trabalho à minha família e
àqueles que me incentivaram de algum
modo e acreditaram na minha
capacidade.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi um processo longo, árduo e repleto de obstáculos possíveis de serem transpostos através da ajuda de várias pessoas que se colocaram ao meu lado.

Agradeço a Deus, por essa oportunidade, e por ter renovado minhas forças quando achei que não conseguiria seguir em frente.

Aos meus amados pais, Jorge e Adriana, e à minha querida irmã Patrícia. Pessoas imprescindíveis em minha vida, que compartilharam comigo momentos especiais, sempre me incentivando diante dos percalços que por vezes se fizeram presentes.

Ao meu orientador, professor Dr. Laerthe de Moraes Abreu Junior, por ter sido fundamental para a minha trajetória acadêmica, sobretudo neste trabalho, em que suas orientações e participações esclarecedoras ajudaram-me nos momentos de maior inquietação. Muito obrigado por ter aceitado caminhar comigo pelos caminhos da História da Educação.

À professora Dr^a. Lola Yazbeck, por me acolher como bolsista pesquisadora no Núcleo de Estudos Sociais e Conhecimentos da Educação – NESCE – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O Grupo foi extremamente relevante em minha formação como pesquisadora, ao proporcionar momentos de diálogos, reuniões, debates e viagens. Minha gratidão à professora Lola Yazbeck.

Ao professor Dr. Écio, um agradecimento especial pelas contribuições valiosas que auxiliaram em meu processo de formação e na realização deste trabalho.

Às minhas companheiras de viagem Marília e Priscila, pelas trocas de ideias que foram fundamentais em minha pesquisa, pelas angústias divididas, pelas risadas compartilhadas, enfim, pela alegre e saudável convivência.

À querida Milena, amiga, com quem aprendi a pesquisar em arquivos, bibliotecas, livros, etc. Minha eterna companheira de pesquisa, fica aqui o meu registro de agradecimento pela importância que teve em minha vida acadêmica.

À minha amiga Valéria, que acreditou em meu trabalho e em minha capacidade. Agradeço por todos os momentos, mesmo distantes, que me foram proporcionados.

E finalmente, a todos os professores, funcionários e alunos do Mestrado em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação, dando-me força e incentivo para realizar novas conquistas e alcançar meus objetivos.

*E meticulosa tecitura é esta, a de historiar
uma instituição educativa na sua
complexidade, definindo-lhe um quadro
espaço temporal, reconhecendo-lhe uma
ação sociocultural, material, simbólica,
organizacional, antropológica,
descobrimdo-lhe, pois, um sentido.*

Justino Magalhães

RESUMO

O sistema educacional brasileiro passou a ser laico a partir da Proclamação da República, porém nunca deixou de lado seu caráter religioso, chegando até a voltar, através de práticas escolares, na década de 1930, nas escolas públicas oficiais do país. Comprova-se tal fato, sobretudo nos relatos das educadoras dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora – José Rangel e Delfim Moreira – encontrados em registros de excursões e auditórios realizados nas referidas instituições. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a influência do ensino religioso católico nas práticas educacionais dos respectivos Grupos, investigar como a Igreja utilizava a educação para difundir seu ideário e quais as estratégias utilizadas pela entidade católica para conseguir a reinserção do ensino da sua doutrina nos currículos oficiais. Para tanto, foi realizada pesquisa nos Livros de atas de registros das excursões e dos auditórios dos Grupos Escolares Delfim Moreira e José Rangel, bem como nos Livros de atas das Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais e do Grupo José Rangel, encontrados no acervo dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora. A investigação recorreu também aos textos das Legislações reformistas do ensino do estado de Minas Gerais empreendidas a partir de 1906, além da literatura pertinente ao tema abordado. Este trabalho tem como recorte temporal o período de 1945 a 1960, intervalo esse adotado pela limitação das fontes, uma vez que não foram encontrados outros registros além dos já citados. Outras fontes consultadas foram os jornais católicos Lar Católico e O Lampadário, encontrados na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, na Biblioteca Redentorista e no Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora. As análises das fontes citadas reforçam a hipótese de que além das finalidades didático-pedagógicas, as práticas das excursões e dos auditórios tiveram um papel fundamental na configuração de uma cultura escolar própria aos Grupos. No entanto, cumpre-se apontar o quanto essa cultura foi marcada por ideários que extrapolavam os muros da escola, deixando entrever projetos político-culturais mais amplos que se fizeram notar no cotidiano dessas instituições, atendendo a interesses ideológicos diversos, como os da Igreja do Brasil.

Palavras-chave: Igreja Católica. Ensino religioso. Práticas escolares. Grupos Escolares.

ABSTRACT

The Brazilian educational system became the secular from the Proclamation of the Republic, but never set aside their religious character, reaching back through school practices in the 1930s, public school officials in the country. Attests to this fact, especially in reports of the first educators of School Groups of Juiz de - Rangel and José Delfim Moreira - found in records of excursions and auditoriums made in these institutions. Thus, this study aims to analyze the influence of Catholic religious instruction in educational practices of their groups, to investigate how the Church used education to spread its ideology and the strategies used by the Catholic entity to achieve the reintegration of the teaching of their doctrine official curricula. For this study was conducted in the Books of minutes and records of the excursions of the auditoriums of School Groups Delfim Moreira and Jose Rangel, as well as the Books of Reading minutes of meetings of the Group and Central Group Jose Rangel, found in the collection of the first school groups of Juiz de Fora. The investigation also brought to the texts of the Laws of education reformers in the state of Minas Gerais undertaken since 1906, in addition to the literature concerning the subject. This work is meaningful time period from 1945 to 1960, it adopted the limited range of sources, since no records were found other than those already mentioned. Other sources consulted were the newspapers and the Catholic Home Catholic Lampadário found in the Municipal Library Murilo Mendes, the Library and Archive Redemptorist Archdiocese of Juiz de Fora. Analyses of the sources cited support the hypothesis that in addition to didactic and pedagogical purposes, practices and tours of the auditoriums had a key role in shaping a school culture itself for Groups. However, it is necessary to point out how this culture was marked by ideologies that went beyond the school walls, leaving a glimpse of the political-cultural projects that have wider notice in the daily life of these institutions, given the diverse ideological interests, such as the Church of Brazil.

Keywords: Catholic Church. Religious education. School practices. School Groups.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Reportagem no jornal Lar Católico noticiando manifestações na cidade de Juiz de Fora contra o movimento comunista.....	62
Figura 2 –	Reportagem no jornal Lar Católico advertindo quanto aos males do ensino leigo.....	65
Figura 3 –	Reportagem no jornal Diário Mercantil noticiando o auditório realizado no Grupo Escolar José Rangel.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
LEC	Liga Eleitoral Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: O ENSINO CATÓLICO E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DA REPÚBLICA	20
1.1 A educação e os movimentos reformadores: dos anos de 1920 até a década de 1960.....	20
1.2 Juiz de Fora no contexto nacional.....	43
CAPÍTULO II: SINAIS DA IGREJA CATÓLICA EM JUIZ DE FORA: A IMPRENSA COMO UM PODEROSO VEÍCULO DE DIFUSÃO DO CATOLICISMO	48
2.1 O papel da Igreja Católica na <i>Manchester Mineira</i>	48
2.2 A imprensa utilizada pela Igreja Católica para se fazer presente no seio da sociedade.....	54
2.3 Lar Católico e O Lampadário: periódicos a serviço da Igreja Católica.....	56
CAPÍTULO III: OS GRUPOS ESCOLARES JOSÉ RANGEL E DELFIM MOREIRA E O ENSINO RELIGIOSO	68
3.1 A consolidação de um novo modelo de escolarização: o surgimento dos Grupos Escolares.....	68
3.2 A instalação dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira no município de Juiz de Fora: as instituições e sua organicidade.....	73
3.3 A educação como propagadora da fé: o ensino religioso no interior dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira revelado através das práticas educativas das excursões e dos auditórios.....	80
3.3.1 As práticas das excursões.....	85
3.3.2 Os auditórios como recurso pedagógico.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
FONTES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei que procurou: a) analisar a influência do ensino religioso católico nas práticas educacionais dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira¹, no período de 1945 a 1960; b) investigar como a Igreja utilizava a educação para difundir seu ideário e quais as estratégias utilizadas pela entidade católica para conseguir a reinserção do ensino de sua doutrina nos currículos oficiais. Entende-se que, para compreender esse processo, é preciso analisar os registros das práticas pedagógicas descritos pelas educadoras à luz da dinâmica social que os envolve a fim de dar maior inteligibilidade às representações² que se fizeram presentes em tais relatos.

Essas inquietações iniciaram-se ainda na graduação em Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), quando ingressei no grupo de pesquisa em História da Educação que, na época, investigava a trajetória dos primeiros Grupos Escolares na cidade de Juiz de Fora. Ao participar desse grupo, percebi que, por meio de registros efetuados pelas professoras, as práticas das excursões e dos auditórios estavam em grande parte imbuídas de um ideário católico, o que chamou minha atenção. O desejo de um aprofundamento sobre o assunto e de obter respostas para as perguntas que se formulavam deram origem a este trabalho.

Optou-se por abarcar somente os dois primeiros grupos fundados na cidade, no ano de 1907, José Rangel e Delfim Moreira, uma vez que o terceiro Grupo Escolar, Estevam de Oliveira, criado em 1914, era noturno e por isso a realização de tais atividades era menos frequente do que nas outras organizações, não havendo registros dessas práticas de cunho religioso.

Pretendeu-se compreender ainda tais práticas como processos político-culturais, tanto como produtoras de sentidos e identidades quanto como espaços de

¹ Ambos fundados no ano de 1907, no município de Juiz de Fora (CHRISTO, 1994, p. 118).

² O conceito de representação abordado neste trabalho se refere ao sentido apresentado por Chartier (1990, p. 17), quando o autor afirma que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.”

sustentação de um projeto cultural mais amplo, qual sejam espaços de legitimação do ideário católico na escola pública. As análises dessas atividades pedagógicas desenvolveram-se em torno das estratégias utilizadas pela Igreja para a difusão de sua doutrina e serão descortinadas em duas vertentes: as práticas escolares das excursões e dos auditórios nos referidos grupos escolares.

Para a realização deste trabalho, recorreu-se aos Livros de atas de registros das excursões do Grupo Escolar José Rangel 1948-1958 e 1958-1960, aos Livros de atas de registros dos auditórios dos Grupos Escolares Delfim Moreira 1946-1947 e José Rangel 1945-1947 e 1953-1960, bem como aos Livros de atas das Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais 1931-1937 e 1956-1961 e Livros de registros das Reuniões de Leitura do Grupo Escolar José Rangel 1943-1948, encontrados no acervo dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora. Ao entrar em contato com esse material, notou-se uma grande quantidade de informações, as quais possibilitaram desvelar parte da história dos grupos e de seu cotidiano, bem como suas práticas moralizantes e disciplinadoras e as dinâmicas escolares, o que permitiu a reconstrução de processos e modos de educação de uma geração ou de certo grupo social.

O surgimento de uma história das práticas culturais e das práticas sociais, dentre elas as escolares, forjou-se no bojo do desenvolvimento das pesquisas em história cultural, a qual tem como objeto central penetrar e desvelar as nuances apresentadas nos fenômenos sociais. Nesse movimento de interpretação, os pesquisadores, por diversas vezes, recorrem a documentos – fontes primárias – que guardam e transportam até nossos dias ações do passado muitas vezes esquecidas ou até mesmo desconhecidas. Esses documentos, por outro lado, mesmo que aparentemente neutros em sua distância temporal, foram produzidos – e carregam essa marca – por autores que agem com determinadas estratégias e intenções.

Nesse sentido, Le Goff (2003, p. 535-536) afirma que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” O pesquisador deve, então, ter em mente que os documentos, sejam quais forem, não são registros neutros, já que são determinados pelas condições em que foram produzidos, pelas intenções dos autores e das imagens do passado que estes queriam transmitir.

Nessa perspectiva o autor esclarece ainda:

[...] tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder. (LE GOFF, 2003, p. 525).

A abordagem que se deve fazer ao documento também é algo abarcado por Michel Foucault (2007, p. 7, grifo do autor), que salienta:

Podem-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica do **documento**. Nada de mal-entendidos: é claro que, desde que existe uma disciplina como a história, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito: indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados.

Ainda nessa linha de pensamento, Ginzburg (2007, p. 262) atesta que “em qualquer sociedade, a documentação é intrinsecamente distorcida, uma vez que as condições de acesso à sua produção estão ligadas a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio.” Isto posto, é válido notar que o documento carrega consigo uma determinada intenção, uma determinada visão de mundo. Ele é, pois, resultado de um fazer história/memória consciente ou não do sujeito e do tempo histórico que o concebeu, cabendo, portanto, ao pesquisador analisar não só os discursos contidos nos documentos, como também suas condições de produção, sempre interpretando as fontes e considerando a dinâmica social da época, procurando não ser ingênuo e tomar aquele escrito como a única verdade.

Outra fonte consultada para a realização deste estudo foram os jornais O Lampadário e Lar Católico, que abordam a tônica da religião católica. Trata-se de documentos que conferem maior inteligibilidade ao trabalho proposto. No que tange ao primeiro periódico, constatou-se que se localiza no Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora, encontrando-se todos os exemplares requeridos pela periodização deste estudo. Já o segundo impresso encontra-se depositado na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, os exemplares do período de 1945 a 1950, e na Biblioteca

Redentorista pertencente à Igreja da Glória, os exemplares do período de 1950 a 1960.

A investigação apoiou-se, também, em textos legais que constituem uma base forte e sólida para o referido trabalho como, por exemplo, o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais, implementado no governo de João Pinheiro em 1906 e a Reforma do Ensino Primário no Estado de Minas Gerais, implementada em 1927. A pesquisa embasa-se ainda na vasta literatura pertinente ao tema.

Cumprе salientar que o recorte temporal adotado neste estudo está atrelado às limitações impostas pelas fontes encontradas no acervo consultado, as quais apresentam uma imensa lacuna, não tendo sido possível localizar outros registros de excursões e auditórios que não os já citados, fato que direcionou a periodização deste estudo. Sabe-se, porém, por meio de outras fontes desse acervo³, que há indícios claros de ocorrências frequentes desses eventos nas escolas estudadas. Além disso, o período recortado revela-se rico pelo acirramento da luta católica frente à ameaça representada pelo comunismo e contra a ascensão de práticas religiosas “ameaçadoras” a seu ideário. Dessa maneira, a Igreja Católica, com o objetivo de assegurar uma unidade ideológica no interior de um sistema social, tentou impor suas crenças e valores visando impedir a ascensão dos oponentes ao seu discurso.

As práticas das excursões e dos auditórios foram recorrentes nos programas dos grupos escolares mineiros desde os primeiros anos de sua criação, tendo ganhado relevância de forma acentuada no final da década de 1920, quando da implementação da Reforma do Ensino Primário do Estado de Minas Gerais em 1927.⁴ Essa reforma vem valorizar as excursões e os auditórios como recursos educativos fundamentais para a aprendizagem dos alunos, corroborando, por conseguinte, para que essas atividades se consolidassem no seio do cotidiano dos grupos escolares.

A relevância desses meios pedagógicos ou meios institucionais fica evidenciada nos diversos registros dos arquivos escolares, os quais possibilitaram descortinar nuances significativas da identidade e da cultura dos Grupos José Rangel e Delfim Moreira. O discurso presente no interior das referidas instituições

³ Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais 1931-1937.

⁴ Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais 1931-1937.

deixa transparecer um caráter doutrinário no sentido de estimular a função catequética nas aulas, sobretudo de ensino religioso, bem como querer inculcar nos educandos modos e maneiras de viver e de se comportar em sociedade. Percebe-se que, por trás dessas práticas, há um projeto maior que ultrapassa os muros da escola, que buscava atender não só a interesses educativos, como também a outros fins. Nesse sentido, afirma Cury (1984, p. 3) que “os discursos estão sempre submetidos a pressões particulares da parte de interesses das classes sociais.” Com efeito, é importante destacar que as ideias propagadas no seio dos grupos eram geradas pelas tensões sociais, políticas e econômicas da época, dando à escola um caráter decisivo na reprodução, difusão, legitimação ou confrontação de determinada cultura em detrimento de outra(s).

A historiografia revela que, após a Proclamação da República, ocorrida em 1889, consolidou-se um quadro que tomou forma a partir da Constituição de 1891: a separação entre a Igreja Católica e o Estado, dando a este último um caráter laico (CUNHA; CAVALIERE, 2007, p. 112).

Como corolário desse novo panorama, passou-se a acreditar que, através da propagação da educação, ocorreria a consolidação do novo regime político que se pretendia para o país, além de possibilitar o alcance do tão almejado progresso nacional. Esse contexto despertou, no seio da Igreja, grande desagrado, principalmente nos eclesiásticos mineiros, os quais, por inúmeras vezes, escreveram documentos contrários à separação Estado-Igreja instalada no país, alegando “ser o catolicismo a religião tradicional do Brasil, bem como de ser também a religião da maioria dos brasileiros.” (AZZI, 1986a, p. 36).

Pouco tempo após a instauração da República, no ano de 1902, foi apresentado, no estado de Minas Gerais, um conjunto de diretrizes que norteariam o novo sistema educacional popular com uma concepção mais abrangente de educação, a qual abarcaria a formação física, moral e intelectual do indivíduo (OLIVEIRA, E., 1902, p. 4). Essas mudanças no cenário educacional, bem como o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais⁵

⁵ “Assumindo a responsabilidade de lançar as bases desta reforma, com insistência reclamada pela opinião, o governo, apaixonado pela solução do problema, espera encontrar no espírito público o principal colaborador na obra grandiosa que se propõe a fazer de cada criança em idade escola um cidadão digno de uma Pátria livre.” (MINAS GERAIS, 1906, p. 8).

implementado no governo de João Pinheiro em 1906, estimularam a fundação dos Grupos Escolares.

A educação, nesse contexto, era concebida como um poderoso e eficaz veículo, capaz de findar com o denominado atraso econômico, cultural e social do Brasil. Cabe destacar que, durante os primeiros anos do século XX, marcados pelo início do processo de urbanização e pelo nascimento de diferentes pensamentos e hábitos, a educação escolar adquire a responsabilidade de formar cidadãos em consonância com as transformações pelas quais a sociedade passava, pretendendo consolidar, nas gerações seguintes, um forte sentimento de brasilidade, caracterizado por princípios morais, cívico-patrióticos e higienistas. Via-se, portanto, a escola como um agente central de transformação da sociedade, no que dizia respeito à inculcação de novos comportamentos e valores.

A laicidade do ensino público acabou por imprimir uma nova reestruturação e organização institucional dentro da Igreja que criou no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um número significativo de instituições de ensino.⁶

Percebe-se que essa nova política de caráter expansionista da Igreja Católica buscava reconquistar os espaços ameaçados pela ruptura com o Estado e havia ainda a necessidade de combater outros movimentos contrários ao seu discurso os quais adquiriam espaço na sociedade brasileira.⁷

Além disso, pode-se notar ainda que a Igreja condenava a modernidade imposta pelo novo contexto mundial e também combatia, frontalmente, a laicidade do ensino, reforçado pela influência da concepção liberal. Visando reverter esse quadro, bem como se fortalecer no âmbito político-social, a instituição católica lançou mão de diversos recursos para propagar sua doutrina, tais como: congressos católicos; reportagens na imprensa nacional e local; formulação e propagação de documentos com diretrizes a serem seguidas pelos fiéis, dentre outros.

⁶ “Desde 1850, e com maior intensidade após 1880, vinham chegando ao Brasil ordens, congregações e institutos católicos, masculinos e femininos, oriundos preponderantemente da Itália e da França. Uma de suas principais realizações foi a criação de escolas, boa parte das vezes para atender às elites, embora também mantivessem instituições educacionais assistencialistas de diferentes tipos. Somente no estado de São Paulo, 37 congregações religiosas fundaram 109 escolas secundárias femininas entre 1859 e 1954.” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 132). De acordo com Werebe (1997, p. 40), após o estabelecimento do regime republicano, “a Igreja continuou a expandir sua rede de escolas, graças à iniciativa de várias ordens religiosas.”

⁷ Dentre estes movimentos destacam-se, nos primeiros anos da República, a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo. E posteriormente o comunismo (AMARAL, 2006, p. 5).

Na década de 1930, com a reaproximação da Igreja Católica com o Estado, através do governo Vargas, sustentou-se, junto a educadores e intelectuais da época, um debate sobre a inserção do ensino religioso nas escolas públicas. Como consequência desses embates político-educacionais, Francisco Campos⁸, o então Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, reintroduziu o ensino religioso, em caráter facultativo, nas escolas públicas oficiais, através do Decreto nº 19.941 de 30/04/1931 (FLECHA, 2006, p. 1).

Desse modo, a educação pública passou a ser considerada pelos católicos uma forma poderosa e eficaz de difundir seus preceitos, uma vez que o aluno propagaria no seio familiar, bem como na sociedade, os valores da Igreja, promovendo uma educação que se constitui em um povo “dócil e ordeiro, fiel a Deus e à Pátria, sua família primeira.” (VAZ, 2006, p. 4).⁹

Em Juiz de Fora, percebe-se que o ensino religioso católico estava presente no interior dos Grupos Escolares, através de relatos e atas escritos sobre as práticas das excursões e dos auditórios realizados em tais instituições.

A fim de se compreender a influência do ensino religioso católico nas práticas educacionais dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira de Juiz de Fora, tornou-se fundamental investigar como a Igreja utilizava a educação para difundir seu ideário e quais foram as estratégias usadas pela entidade católica para conseguir a reinserção do ensino de sua doutrina nos espaços escolares públicos.

Com este objetivo, o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro apresenta uma discussão sobre o processo de escolarização do ensino religioso desde a Proclamação da República até seu retorno aos currículos das escolas públicas oficiais, procurando contextualizar o processo de transformações sociais, político-econômicas que o Brasil atravessou a partir da década de 1920 e que caracterizaram o período de início de mudanças significativas no país. Tais transformações tinham, em seu bojo, a união nacional em torno do fortalecimento do sentimento patriótico e o acentuado processo de urbanização, responsável também pelo novo papel delegado à educação escolar: a adequação dos indivíduos ao novo tipo de sociedade que se desejava ver consolidada; nesse contexto, o ensino

⁸ Cabe lembrar aqui que já em 1928, com o Decreto nº 1.092, permitiu-se em Minas Gerais, através de acordos tácitos entre a Igreja e o Estado, o ensino religioso no horário regular, nas escolas públicas.

⁹ Ver também Passos (2002, p. 184-185).

religioso era visto como um eficaz aliado para alcançar tal objetivo. Esse capítulo apresenta também a trajetória das ações fundamentadas pela Igreja Católica no Brasil e os recursos utilizados por ela para que se fizesse mais presente na sociedade. Além dessa contextualização mais ampla, esse tópico discorre ainda sobre o surgimento da cidade de Juiz de Fora, traçando o desenvolvimento sociocultural e econômico do município.

O segundo capítulo destaca o papel da Igreja Católica na sociedade juiz-forana e a imprensa como uma das várias estratégias utilizadas pela entidade para propagar sua doutrina, verificando o papel que tais periódicos tiveram no estabelecimento de diretrizes católicas propostas à sociedade e enfatizando a utilização de impressos, não como publicações isoladas, mas integrando-os a outras estratégias empreendidas pelos católicos, a fim de não só reconquistar os fiéis, como também inculcar hábitos e valores que deveriam ser cultivados por eles.

No terceiro capítulo, aborda-se o surgimento dos grupos escolares no país e no município de Juiz de Fora, identificando-os como um novo espaço público, símbolo da modernidade e do progresso social, defendidos pelo ideário republicano daquela época. A partir desse contexto, procurou-se descrever os aspectos da cultura organizacional dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira, em especial, as práticas das excursões e dos auditórios; a questão da civilidade e da disciplina; e, por fim, o ensino religioso católico no interior dessas instituições.

As considerações finais discorrem reflexões originadas pelos capítulos anteriores, retomando importantes questões e procurando destacar aspectos significativos que se mostram centrais para a compreensão do objetivo proposto.

CAPÍTULO I

O ENSINO CATÓLICO E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DA REPÚBLICA

Impulsionada pela laicidade do ensino instaurada a partir da Proclamação da República, a Igreja Católica do Brasil promove uma intensa cruzada no país com vistas a reinserir o ensino religioso nas escolas públicas oficiais. Para tanto, a entidade recorre a diferentes estratégias ao longo do século XX, alcançando seu intento no ano de 1931.

Nesse ínterim, até os anos finais da década de 1950, observou-se que o sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações, sobretudo a partir dos movimentos reformadores iniciados na década de 1920.

1.1 A educação e os movimentos reformadores: dos anos de 1920 até a década de 1960

Em meados da década de 1920, o Brasil passava por um clima de ebulição política, econômica e social. Pode-se dizer que tal configuração estava em consonância com o processo de inserção do modelo econômico do capitalismo no país, contribuindo para a transição de uma sociedade de base agrário-exportadora para uma sociedade de economia industrial-urbana.

Assiste-se, nesse período, ao declínio do sistema do coronelismo: estrutura de poder vigente durante a Primeira República, a qual apresentava, em seu bojo, a inflexibilidade da estratificação social.

A expressão política individual era algo inexistente nessa época. Alguns poucos privilegiados dominavam uma grande massa da população que, por meio de acordos tácitos ou não, votavam conforme a vontade dos chefes políticos. O voto não era secreto, e a fraude das eleições era prática recorrente, o que dificultava ainda mais o processo de modificação das bases estruturais vigentes no país (FAUSTO, 2006, p. 148-149).

No entanto, esse regime de oligarquias chegou ao fim nos últimos anos da década de 1920, quando se consolidou, no Brasil, um clima de efervescência ideológica e a concretização de variados movimentos de cunho político-social, que contribuíram para o estabelecimento de “novas condutas institucionais”, bem como de “novos padrões de comportamento”, e ainda cooperaram para alteração da manutenção da ordem política tradicional (NAGLE, 1974, p. 6-23).

Tal conjuntura acarretou a desestabilização do elo que unia as elites da Primeira República. A política do café-com-leite¹⁰, vitoriosa, apesar de alguns percalços em seu caminho, viu-se diante de uma cisão entre suas partes. Em meados do ano de 1929, uma explosão de críticas e movimentos contrários ao sistema político, econômico e social predominante até então surgiu com mais força no panorama brasileiro e se complicou ainda mais devido à crise mundial instalada naquele ano, agravando a fragilidade, já alastrada no país, do setor cafeeiro. Diante dessas circunstâncias, estoura, no ano seguinte, 1930, um movimento revolucionário, que dará o poder presidencial a Getúlio Vargas, findando o período da Primeira República e iniciando uma nova era político-social no Brasil (FAUSTO, 2006, p. 178-181). A partir de então, acreditava-se na “substituição do formalismo da república oligárquica pela construção de um Estado nacional forte e voltado para o progresso e para o futuro.” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 23).

As transformações ocorridas ao longo das primeiras três décadas do século XX, sobretudo em seus anos finais, possibilitaram a expansão da classe média e do operariado, desenvolvendo e consolidando um novo modelo do sistema de estratificação social e possibilitando a formulação de novas correntes e formas de ideias e pensamentos. Essas camadas da sociedade se mobilizaram no sentido de buscar melhores condições de vida, maior participação política e democratização do acesso à escolarização.

Nesse contexto, tais transformações instigaram uma série de debates em torno do atraso em que se encontrava o sistema educacional brasileiro, incitando, por conseguinte, inúmeras reformas educacionais em alguns estados e no Distrito Federal.¹¹

¹⁰ Coalizão do Estado de São Paulo e de Minas Gerais, os quais objetivavam se revezar na presidência da República, contudo nem sempre os paulistas se mantiveram fiéis a este acordo (FAUSTO, 2006, p. 154).

¹¹ Reformas educacionais nos estados de São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal.

Dentre essas reformas, cabe destacar a de Minas Gerais, idealizada pelo então Secretário do Interior, Francisco Campos, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), que imprimiu profundas mudanças nos setores econômico, político e educacional do estado, criando a Universidade de Minas Gerais e implementando a Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927/1928.¹² Essa Reforma sustentou-se na crença de que a escola era o melhor caminho para a formação de um novo homem e de uma nova sociedade, uma vez que “a escola adquire, então, o caráter de instrumento privilegiado para a correção das iniquidades existentes na sociedade, pois nela é possível formar indivíduos capazes de gerar uma nova ordem político-social [...]” (PEIXOTO, 1983, p. 170). Ainda nessa linha de pensamento, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 19) salientam que “naqueles anos [anos de 1920 e 1930] acreditava-se que, pela educação, se formariam o caráter moral e a competência profissional dos cidadãos, e que isto determinaria o futuro da Nação.”

O movimento reformista mineiro estava afinado, em certa medida, com o pensamento liberal do filósofo John Dewey, que entendia a sociedade democrática como resultante da atividade livre e racional de cada indivíduo, sendo capaz de formar um todo harmônico e consensual. O papel da educação seria o de orientar o indivíduo no exercício de sua liberdade e racionalidade, corrigindo-lhe seus prováveis desvios. A escola, nessa perspectiva, seria o instrumento de reconstrução social, uma vez que, por meio de uma escolarização organizada em bases sólidas e igualitárias, construiria e cristalizaria comportamentos coletivos, desejáveis e harmoniosos. Dessa forma, por meio de uma base educacional homogênea e eficiente, que garantisse igualdade de oportunidades, é que se poderia formar indivíduos racionais e responsáveis que respeitassem e fizessem respeitar os direitos inalienáveis de uma sociedade democrática (PEIXOTO, 1983, p. 80-81).

As práticas escolares que visavam a socialização dos alunos¹³ se tornaram centrais no currículo, em função de sua influência na formação de hábitos e de valores e de sua importância na inserção do indivíduo numa organização que lhe é superior, centrando-se numa ação educativa, marcada pelo seu caráter disciplinador (PEIXOTO, 2000, p. 96).

¹² PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. **Educação no Brasil**: anos vinte. São Paulo: Edições Loyola, 1983. Ver também Faria Filho e Vidal (2005, p. 7-8).

¹³ Como as excursões e os auditórios, tema central deste trabalho.

No entanto, cumpre destacar que tal discurso renovador da educação mineira causou certo desconforto no clero do estado, uma vez que o poder político defendia, em certa medida, as ideias escolanovistas. Nessa perspectiva, o prelado mineiro procurou sedimentar, na população, os perigos da educação leiga e as ameaças advindas da co-educação. O governo, reconhecendo a grande influência da entidade católica e almejando atenuar este conflito admitiu, pois, a participação privada na oferta de ensino (PEIXOTO, 2000, p. 91).

O movimento da Escola Nova no Brasil ganhou espaço, principalmente a partir da organização da Associação Brasileira de Educadores (ABE), fundada em 1924. Sua consolidação, entretanto, ocorreu durante as implantações das várias reformas educacionais instituídas no decorrer da década de 1920 (VEIGA, 2000, p. 50).

Na perspectiva do ideário escolanovista, o ensino deveria estar centrado no aluno e a disciplina voltava-se para a dimensão formativa do indivíduo, a qual deveria se dar de dentro para fora. O objetivo da escola era educar e não apenas instruir: os alunos aprenderiam a fazer fazendo (Ibid.). A escola seria, então, espaço onde as capacidades individuais poderiam ser ampliadas e aprimoradas, no sentido de melhor socializar o indivíduo. Deveria, ainda, estabelecer uma relação direta com a sociedade, transformando-se em uma “sociedade em miniatura”, capaz de produzir uma verdadeira revolução social (NAGLE, 1974, p. 195-198).

Além das mudanças pedagógicas, o movimento educacional, em questão, defendia uma escola laica, única e gratuita, em que a educação deveria ser proporcionada a todos, que deveriam receber, de forma equânime, o mesmo tipo de educação. Pretendia-se, com esse movimento, criar uma igualdade de oportunidades, e, a partir daí, floresceriam as diferenças naturais segundo os talentos e as características de cada um. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao Estado.

Em meados da década de 1930, observou-se no país uma tomada de consciência da precariedade das instituições escolares. Incitados por essa perspectiva, políticos e educadores realizaram uma profunda revisão do sistema educacional brasileiro, visando não só promover oferta de oportunidades escolares a toda população, como também melhorar a qualidade do ensino.

O ano de 1932 é marcado pelo Manifesto dos Pioneiros, que foi um movimento nacional em prol da educação. Na visão dos pioneiros, a educação seria o elo entre os indivíduos e as transformações de um mundo cada vez mais dinâmico.¹⁴ Para esses intelectuais, a educação, como afirma Cury (1984, p. 80), “é tão imprescindível que do seu sucesso ou não, depende o crescimento ou perecimento da civilização.”

A ressignificação da concepção de escola e a remodelação do antigo modo de escolarização se fizeram urgente e necessárias a fim de atender as exigências impostas pelo novo modelo de sociedade. Segundo Anísio Teixeira (1976, p. 285-286):

Quando, pois, surgem idéias de reforma, tais idéias revelam estados de mudança na sociedade e a inadequação do sistema escolar às novas condições já existentes ou em estado de emergência. Seja na organização escolar, seja no conteúdo da educação, ou seja, na expansão das oportunidades escolares, qualquer modificação só poderá ser para atender as necessidades novas, que determinarão porque e como devem ser feitas as modificações.

Para esses reformadores, a ação educacional se centralizaria na criança, e, por conseguinte, a nova dinâmica escolar conduziria o processo educativo, que enxergaria o educando como seu cerne. Assim, a escola adquiriu uma função social, pois reconhecia ao aluno o direito de ampliar suas aptidões, através de estímulos condizentes a seus interesses e suas necessidades, uma vez que, como atesta o Manifesto (2006, p. 191), a escola deveria se organizar:

[...] para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social [...] abrindo a todos os grupos sociais as mesmas oportunidades de educação.

¹⁴ O MANIFESTO dos Pioneiros da educação Nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. Revista **HISTEDBR On-line** – História, Sociedade e Educação no Brasil, Campinas, n. especial, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicampi.br/doc1_22epdf>. Acesso em: 22 de julho de 2009.

Corroborando as perspectivas acima, Fernando de Azevedo (1958, p. 252) afirmava que “a integração da escola no meio social a que se mantinha estranha; a sua adaptação aos problemas imediatos; a reorganização interna, em bases novas, e a ampliação de sua função docente numa larga função educativa e social” iriam aparelhar a instituição de ensino para atender, paulatinamente, às necessidades das transformações que assolavam as sociedades modernas.

O modelo instituído pela Reforma mineira, em 1927, sofreu poucas alterações em termos legais. No período que transcorreu entre sua instituição e implementação até meados da década de 1940, alguns decretos foram instituídos no sentido de sustentar o projeto de nacionalização da era Vargas¹⁵, contudo pouco contribuíram para o aperfeiçoamento das práticas escolares, mas, de certa forma, possibilitaram a sedimentação de uma cultura escolar fortemente voltada para os aspectos disciplinadores e moralizadores da prática pedagógica formal.

Essa dimensão moralizadora foi reforçada, principalmente, por meio do ensino religioso. Nesse caso, pode-se afirmar que, já em 1928, a Igreja procurou sustentar, de forma veemente, seu projeto político-cultural, conseguindo reverter a laicidade do ensino nas escolas públicas mineiras, reintroduzindo, através da promulgação do Decreto nº 1.092 de outubro de 1928, o ensino religioso nas instituições escolares, aproximando-se, naquele período, o grupo católico do governo de Minas (PEIXOTO, 2000, p. 91).

Sabe-se que, após a instauração da República no Brasil, em 1889, ocorreu a cisão entre Igreja e Estado, transformando este último em Estado laico. A historiografia revela que, em 1822, após a Independência do Brasil, o Império nacional herda da Monarquia portuguesa o regime do padroado, que postulava como religião oficial do país o catolicismo. Como resultante desse processo, os preceitos católicos eram propagados nas escolas para todos os alunos e proibia-se à população o cultivo do ateísmo e a descrença na imortalidade da alma (CUNHA; CAVALIERE, 2007, p. 111).

¹⁵ A título de ilustração, cabe citar o Decreto nº 19.941 de 30/04/1931, que reintroduziu o ensino religioso, em caráter facultativo, em todas as escolas públicas oficiais do país, bem como os decretos dos anos de 1939 e 1940. Nestes, a legislação abordava algumas medidas nacionalizadoras, além de estimular a exaltação dos valores morais e cívicos, e ver na educação física um meio de se homogeneizar as “diferenças étnicas” (KREUTZ, 2007, p. 366).

Entretanto, a fidelidade entre esses dois atores sociais começou a ser abalada nos finais dos oitocentos por objetivos contrários, uma vez que a Igreja Católica almejava ampliar o controle sobre o episcopado brasileiro, visando alcançar uma maior autonomia para o aparelho religioso. Já o Império Brasileiro desejava promover uma nação harmonizada com os pressupostos do liberalismo e positivismo, advindos, sobretudo da Europa (CUNHA; CAVALIERE, 2007, p. 111-112).

A Proclamação da República, instaurada no Brasil, no ano de 1889, e a promulgação da Constituição, em 1891, consolidaram a separação formal entre Igreja e Estado, concedendo a este último um caráter laico, findando, conseqüentemente, com o regime do padroado existente até então. O aparelho estatal estava livre de designar subvenções a quaisquer atividades religiosas e também nenhuma escola pública poderia abarcar qualquer ensinamento religioso.¹⁶

O novo cenário separatista instalado entre as duas instituições propiciou à Igreja Católica maior liberdade de ação no campo político-social, porém esse quadro não agradou os eclesiásticos do país, que demonstraram seu descontentamento através da formulação de documentos contrários à laicização do Estado, justificando essa postura por meio da afirmação de que o catolicismo era a religião tradicional do Brasil e da maioria da população (AZZI, 1986a, p. 36). O fato de ver-se ameaçada fez com que a Igreja brasileira estreitasse seus laços com a Santa Sé, reorganizando-se internamente a fim de fortalecer o catolicismo do país segundo o modelo romano, com o objetivo de enquadrar a vida dos fiéis de acordo com as propostas desse catolicismo reformado, no qual a espiritualidade residia na prática e frequência dos sacramentos e na obediência incondicional à autoridade eclesiástica (DALLABRIDA, 2005, p. 78). Ainda nesse sentido, Mesquida (2008, p. 32) afirma que a Igreja do Brasil apoiada:

[...] nas Encíclicas 'Quanta Cura', do Papa Pio IX, e 'Rerum Novarum', do Papa Leão XIII, inicia um duplo movimento de reação: em um primeiro momento, em direção às massas, procurando romanizá-las, depois, na direção da intelectualidade católica, na tentativa de trazê-la de volta para o seio da Igreja a fim de servirem-

¹⁶ Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1891, artigo 72, parágrafo 6: "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos." (HORTA, 1994, p. 127).

se dela na sua luta pela recuperação da hegemonia abalada e pela restauração do aparelho eclesiástico.

Os debates empreendidos nas conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911 tiveram como cerne das discussões a “retomada do poder político-religioso e, de maneira especial, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas.” (MESQUIDA, 2008, p. 33). Pode-se afirmar que a laicidade do ensino promoveu uma nova reestruturação no interior da entidade católica, que fundou no território brasileiro, no final do século XIX e início do século XX, um número significativo de instituições de ensino.¹⁷

De acordo com Nunes, C. (2007, p. 378):

Na primeira República, ameaçada pelos movimentos concorrentes de heresia e contestação religiosa (Canudos, Joazeiro, Contestado) e pelas denominações protestantes provenientes das correntes migratórias da Inglaterra e dos Estados Unidos, já então consolidadas, a Igreja ainda comandava o campo educacional e a prestação de serviços educacionais pelas ordens religiosas, passando a constituir a principal diretriz da política expansionista da organização eclesiástica. Ao final da década de 20, a Igreja exercia o controle de 70% das instituições de ensino privadas em funcionamento no país.

Essa nova política com caráter expansionista da Igreja buscava reconquistar espaços de intervenção na ordem social ameaçados pela ruptura com o Estado. Havia, ainda, a necessidade de combater outros movimentos ideológicos anticlericais que adquiriam espaço na sociedade.¹⁸ As ações fundamentadas no materialismo empreendidas por comunistas, socialistas e anarquistas, assim como seus projetos de sociedade, opunham-se frontalmente ao espiritualismo da Igreja, que os via como um caminho para a desmoralização dos costumes e destruição dos valores religiosos, da família e do amor à pátria (AMARAL, 2006, p. 5). Portanto, a

¹⁷ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia). Ver também Passos (1998, p. 102).

¹⁸ Maçonaria, espiritismo, protestantismo e comunismo.

Igreja não se limitava somente à questão religiosa, mas atuava também nos âmbitos político, educacional e cultural.

O cenário do início dos novecentos ganhará outro contorno a partir do ano de 1916, notadamente com a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme – recém-nomeado arcebispo de Recife e de Olinda – que “propunha uma ação decisiva e operante com o fim de alterar as bases agnósticas e laicistas do regime.” (CURY, 1984, p. 14-15). Em sua Carta Pastoral, o prelado combatia, de forma veemente, o ensino laico nas instituições escolares, apontava para as fragilidades existentes no interior da Igreja, chamava atenção para as deficiências das práticas religiosas e, por fim, ressaltava a limitada influência da instituição na política e na sociedade do país (MAINWARING, 1989, p. 41).

Ainda em relação ao referido documento, D. Leme (1916 apud GABAGLIA, 1962, p. 67) afirmava:

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, os católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a Lei que nos rege. Leigas são nossas escolas, leigo o Ensino. Na força armada da República, não se cuida de Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública.

D. Leme constatava que, apesar de o Brasil ser uma nação, em sua maioria católica, a Igreja não efetivava o poder que deveria exercer sobre a sociedade política e a sociedade civil (MESQUIDA, 2008, p. 34). O intelectual católico alegava que a crise moral que assolava o território brasileiro era corolário da laicidade instaurada no regime republicano, bem como “da pouca influência dos princípios católicos na vida social e política do país.” (HORTA, 1994, p. 94). Era necessário, portanto, fortalecer a influência e o poderio da doutrina cristã, sobretudo no âmbito político-social, por meio de uma presença mais ativa e concreta da Igreja na sociedade:

A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas

as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico. (MAINWARING, 1989, p. 45).

O episcopado nacional, ao argumentar que o Brasil era uma nação católica, conclamava os fiéis a se mobilizarem no sentido de reivindicar o ensino religioso nas escolas oficiais do país como um direito, reafirmando a ideia da maioria dos intelectuais católicos de que a religião seria como “uma força moral indispensável na formação e na vida do indivíduo.” (MARTINS, 2004, p. 5). Ainda em relação à tônica do ensino religioso, D. Leme (1916 apud GABAGLIA, 1962, p. 81), em sua Carta Pastoral, requeria junto às autoridades que:

Dêem-nos a nós, que somos a quase totalidade da Nação, aquilo que a mais livre das repúblicas, a Norte-Americana, não nega aos seus súditos católicos, em minoria: o ensino facultativo. É o mínimo que podemos reclamar. E não é um privilégio, uma concessão. É, apenas, uma parte insignificante de justiça aos nossos direitos.

Nota-se pelo panorama apresentado que o intelectual católico preocupava-se com a instrução religiosa como direito que deveria ser prestado ao povo. Na verdade, essa doutrinação dos homens pela educação era concebida como um meio de formar moralmente os indivíduos por meio da fé católica, mesmo que oferecida facultativamente nas escolas públicas oficiais do país. Ainda, segundo Passos (1998, p. 273-274), a insistência do prelado,

[...] na educação religiosa é muito enfocada nesta Carta Pastoral, com um elemento novo, pois no pensamento de D. Leme é importante abranger os vários setores. Assim, ele vai afirmar a importância religiosa para as classes trabalhadoras, a imprensa, a família, as escolas, a ação católica. Como se pode perceber, esse documento trazia uma novidade com relação ao ensino da doutrina, pois, se tratava de uma cruzada nos diversos movimentos e meios católicos.

Encorajado pela visão do Vaticano, ou seja, a de que a Igreja brasileira deveria se fazer mais presente no interior da sociedade, o Cardeal – transferido de

Olinda para o Rio de Janeiro, em 1921, para servir de coadjutor e futuro sucessor do Cardeal Joaquim Arcoverde – iniciou, no país, um movimento de restauração católica¹⁹, que pretendia arregimentar os católicos brasileiros, visando a uma atuação mais presente da Igreja na vida dos indivíduos, e que combatia ideários contrários ao discurso católico. Tal movimento pretendia também fecundar uma aproximação mais íntima entre Igreja e Estado, no sentido de haver maior colaboração entre as duas instituições (PASSOS, 1998, p. 106).

Em decorrência desse novo contexto, a instituição católica lança a revista **A Ordem** em 1921, sob a direção de Jackson de Figueiredo, e funda o **Centro Dom Vital** em 1922 (HORTA, 1994, p. 95)²⁰, que tinham como objetivo atrair a intelectualidade leiga do país, a fim de mobilizá-la a serviço da Igreja. O movimento de restauração católica contou, ainda, com o apoio de diferentes recursos que propagassem sua doutrina, tais como: congressos católicos²¹, exposições catequéticas, reportagens na imprensa nacional e local, formulação e propagação de documentos com diretrizes a serem seguidas pelos fiéis, dentre outros.

No que diz respeito à revista **A Ordem**, cabe esclarecer que foi criada no ano de 1921. Inicialmente, dirigida por Jackson de Figueiredo, mas, com o falecimento deste – em 1928 – Alceu de Amoroso Lima assume seu lugar. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a revista se encarregava de difundir a corrente católica e ampliar a influência da entidade, sobretudo na elite intelectual do país, com o objetivo de mobilizar uma reação de combate aos movimentos ideológicos contrários à Igreja (NAGLE, 1974, p. 58).

Segundo Dionísio (2000, p. 3, grifo do autor):

A Ordem contou com a participação de pensadores ligados à Igreja Católica, destacando-se figuras como Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Leonardo Van Acker, Gustavo Corsão, Jonathas Serrano, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, entre outros, que estabeleceram um campo fecundo para a discussão e a crítica

¹⁹ Segundo Azzi (2000, p. 190), “a restauração católica não significa uma ruptura com o movimento de romanização, trata-se apenas de uma evolução da mesma concepção de Igreja [...]”

²⁰ Ver também Mainwaring (1989, p. 43).

²¹ A instituição católica, sob os auspícios do Vaticano, promoveu diversos congressos em vários países, apresentando como um dos principais objetivos o combate à escola laica (KUHLMANN, 2001, p. 134-35). O primeiro congresso católico realizado no Brasil ocorreu em Salvador, no ano de 1900 (PASSOS, 1998, p. 256).

formal contra os preceitos do liberalismo, do socialismo e da renovação do ensino.

A edição do periódico que estava ligado à imprensa católica tomava para si a tarefa de propagar propostas e ações que deveriam ser abraçadas de acordo com o que estabelecia a Igreja, a fim de chegar à desejada sociedade que se queria obter, imbuída por preceitos moralistas indicados pela instituição católica, livre do pecado e sempre fiel a Deus e à pátria.

Já no que diz respeito ao **Centro Dom Vital**, criado em 1922, percebe-se que se constituía como mais um espaço da Igreja Católica para espraizar as propostas que pretendiam que fossem estabelecidas no âmbito político e social. De acordo com Nagle (1974, p. 59), o Centro abraçaria para si a função de auxiliar “o Episcopado Brasileiro na obra de recatolização da nossa intelectualidade, facilitando o conhecimento da doutrina da Igreja, e dos seus ideais na prática social deste momento.” Percebe-se, como consequência desses aparatos utilizados pela Igreja, a fim de se fazer mais presente nos campos político, social e cultural, a criação de espaços de socialização, de trocas de opiniões, de análises, além da consolidação de redes de sociabilidade entre intelectuais católicos.

A educação da prole como responsabilidade dos pais constituiu outro meio profícuo de concretizar as aspirações da entidade católica. A Igreja solicitava que os responsáveis educassem seus filhos segundo os mandamentos de sua doutrina.²² O combate à neutralidade escolar trazia, em seu bojo, a concepção de que “instruir por instruir é tarefa ociosa e prejudicial; o que importa é educar, e para que haja educação é preciso impregnar o processo de ensinamentos da doutrina cristã, católica.” (NAGLE, 1974, p. 106). Nesse sentido, a instrução leiga estaria fadada ao fracasso.

Os prelados brasileiros procuravam, por meio dessas ações, utilizar-se da influência religiosa junto à população, a fim de manter a ordem constituída e regular a moral da sociedade, uma vez que, para os católicos, como afirma Kuhlmann Júnior (2001, p. 129), “a irreligião seria a ruína da ordem social.”

²² CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1984. (Coleção Educação Contemporânea).

Além da laicização do Estado e das influências das ideias liberais, outro fator que ameaçava a hegemonia da Igreja no país residia nos diferentes discursos que se propalavam no território brasileiro. Era necessário, por conseguinte, uma ação mais incisiva por parte da instituição católica a fim de diminuir e, até mesmo, acabar com a difusão dessas correntes contrárias ao que era pregado pelos eclesiásticos nacionais.

O avanço, sobretudo do comunismo e do socialismo, representava um perigo iminente às ideias que a restauração católica desejava pregar para a população, visto que os pressupostos propagados por tais ideários defendiam o ateísmo como opção de vida.

De acordo com Azzi (1979, p. 73):

Tanto as idéias liberais como as idéias socialistas eram consideradas pelo episcopado daquele tempo como forças desagregadoras da sociedade. Segundo ele, tanto o liberalismo como o comunismo representavam um caminho para a anarquia e o caos social. A salvação, portanto, era fortalecer a autoridade constituída.

Diante desse contexto, tanto a Igreja como o Estado se colocaram em alerta em relação a esses preceitos que tomavam força no país. A instituição católica, aproveitando tal conjuntura, situou-se ao lado do aparelho estatal com o objetivo de abafar tais discursos que, no seu entender, poderiam abalar a família e a sociedade. A intenção era manter a ordem nacional alijando os efeitos nocivos para a sociedade, sobretudo, do comunismo.²³ As forças políticas da situação durante esse período enxergavam na Igreja “uma força moral importante para conter a onda revolucionária.” (AZZI, 1978, p. 89). Portanto, pode-se inferir que, a partir da década de 1920, a Igreja procurou estabelecer uma relação de colaboração com o Estado, uma vez que assumiu para si o papel de mantenedora da ordem social estabelecida.

²³ Segundo Rodeghero (2002, p. 466, grifo nosso), “o anticomunismo católico no Brasil era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; **era difundido nas escolas**, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas.”

Uma das maneiras encontradas para manter a estabilidade social foi a de reforçar o sentimento de brasilidade no povo, pois, com isso, as ideias que apregoavam a transformação da ordem imposta eram vistas como inimigas da pátria. A nacionalização do ensino permitiria, além da formação de um espírito patriótico entre os alunos, o combate à escola estrangeira e à estrangeirização em geral.²⁴

As medidas abordadas pela Igreja percorridas até aqui contribuíram para a vitória que a instituição obteve no ano de 1928, através do Governo Antônio Carlos, o qual autorizou por meio do Decreto nº 1.092 o ensino religioso no horário regular, nas escolas públicas mineiras.

Os anos que se sucederam a 1930 marcaram uma nova era política, econômica e social no Brasil. Após o declínio da Primeira República, em outubro de 1930, Getúlio Vargas assume o poder e enxerga, na Igreja, uma significativa base de apoio ao governo que pretendia implementar, estreitando, com isso, ainda mais a relação de colaboração entre os dois agentes sociais.

A entidade católica iniciou, no país, um movimento de arregimentação de seus fiéis a favor do novo governo, a fim de que este em resposta a favorecesse em alguns setores.²⁵ Como consequência dessa aproximação, a validade do ensino religioso, nas escolas públicas, tornou-se o cerne de variados debates entre educadores e intelectuais católicos da época. Esse tema norteou a maioria das discussões no campo político-intelectual, reafirmando, em certa medida, a força social e a organicidade da Igreja Católica.

Foi assim que Francisco Campos – Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública – reintroduziu o ensino religioso, em caráter facultativo, em todas as escolas públicas oficiais do país, através do Decreto nº 19.941 de 30/04/1931, inicialmente fora do horário normal das outras disciplinas e depois

²⁴ No ano de 1914, desencadeia-se a Primeira Guerra Mundial, e o Brasil toma partido contra a Alemanha, neste contexto, as escolas estrangeiras, sobretudo as alemãs, passaram a representar ameaças à nacionalidade, sendo, em sua maioria, fechadas. Outra medida de nacionalização do ensino foi a de intensificar o ensino da Língua Portuguesa e da Geografia e História do Brasil, principalmente nas escolas que se situavam em regiões de acúmulo de imigrantes (CIPRIANI, 2006, p. 41). A questão da nacionalização assiste no regime do Estado Novo seu apogeu, já que, como afirmam Schwartzman; Bomeny e Costa (2000, p. 91), nesta conjuntura “toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional. Não havia, em projetos nacionalistas como o do Estado Novo, espaço para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização.”

²⁵ Como por exemplo, no setor educacional, através do “decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas.” (FAUSTO, 2006, p. 186).

dentro do mesmo horário (CUNHA, L. A., 2006, p. 2)²⁶. Campos buscava o apoio da Igreja e, em troca, autorizava a presença católica no âmbito educacional. Em abril de 1931, em carta ao Presidente da República Getúlio Vargas, o Ministro afirma que:

Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional. (CAMPOS apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 62-63).

Com efeito, não é errôneo afirmar que a promessa do apoio da Igreja no âmbito nacional ao novo modelo de governo que se queria consolidar no país influenciou Getúlio Vargas a tomar uma decisão favorável em relação ao decreto de introdução do ensino religioso nas escolas públicas. Assim, tanto a instituição católica como o Governo central realizaram uma troca de favores, possibilitando a ambas as partes alcançar o que almejavam para si: os eclesiásticos brasileiros – a volta do ensino religioso aos currículos oficiais e o Estado – o apoio de uma influente e poderosa entidade para a implementação do regime político.

Consolidava-se, assim, o pacto entre Igreja e Estado, que significava também uma luta conjunta contra inimigos comuns – os movimentos ideológico-sociais contrários a seus interesses, sendo esses considerados como subversivos e promotores da onda revolucionária que pairava no país. Era mister evidenciar que, à exceção do catolicismo, as práticas religiosas e os discursos que apregoavam outras formas de relações entre as diferentes classes sociais e as relações destas com o modelo econômico imposto – comunismo, socialismo, anarquismo – contribuíam para o esfacelamento da unidade nacional e também corrompiam os costumes e a moral da população.

²⁶ Segundo Horta (1994, p. 100), “só haveria dispensa da freqüência à aula de religião para aqueles alunos cujos pais a requeressem, no momento da matrícula. A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se refere à doutrina e à moral.”

Enfatizando o papel da religião como zeladora da ordem moral e mantenedora da ordem social, a entidade católica manifestou-se junto ao Estado no sentido de conclamar sua reintegração na nova constituição do país. Cabe destacar que a questão do ensino religioso perpassa por todas as Cartas Magnas desde o ano de 1934, entretanto “tal permanência não se deu sem conflitos, empolgando sempre seus propugnadores e críticos, fazendo com que os debates, no âmbito da representação política, bem como no interior da sociedade civil, se revestissem de contenda e paixão.” (CURY, 2004, p. 188).

O alcance do objetivo da Igreja Católica de inserir a questão do ensino religioso nas Constituintes Brasileiras fica evidenciado nas promulgações a partir de 1934, as quais tornavam legal, por meio de seus artigos, a presença do ensino religioso nos espaços públicos escolares:

A **Constituição de 1934**, no seu Art. 153, prescreve: ‘O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários na escolas públicas, secundárias, profissionais e normais.’ A de **1937**, no Art. 133, prega que ‘o ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores nem de freqüência compulsória por parte dos alunos.’ Em **1946**, voltamos à linha de 1934: ‘o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.’ (GRUEN, 1995, p. 56-57, grifo do autor).²⁷

Desse modo, pode-se afirmar que a instrução pública passou a ser considerada pelos católicos um veículo poderoso e eficaz de difundir sua doutrina, promovendo uma educação que se constitui em um povo obediente aos preceitos católicos, temente a Deus e servidor da nação. Além de propagar a fé católica a educação era concebida pela Igreja como um meio capaz de restaurar princípios morais e religiosos, os quais assegurariam a ordem social (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 183).

²⁷ Suprimiram-se as Constituições após a de 1946 por se situarem fora do período proposto a este estudo.

A fim de atingir propósitos ainda mais significativos, a Igreja Católica serviu-se de seu poderio de arregimentação do povo católico com o objetivo de pressionar o Governo para que atendesse seus anseios, como por exemplo, a Ação Católica que, através da articulação dos leigos, atuou em diferentes campos de ação a fim de colaborar com o projeto de restauração católica empreendido pela Igreja (PASSOS, 1998, p. 256). Porém, a mobilização popular não bastava por si só, era preciso realizar um projeto mais audacioso, e, consciente dessa necessidade, a entidade funda no país, em 1932, a Liga Eleitoral Católica (LEC) –, uma estrutura que permitiria a atuação política eficiente de grande massa do eleitorado católico (HORTA, 1994, p. 111). Percebe-se que tal postura adotada pela Igreja lhe renderá bons frutos, uma vez que a maioria dos candidatos apoiados pela LEC conseguiram eleger-se, e as principais necessidades da instituição católica foram atendidas, sendo incluídas na Constituição de 1934: “a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência religiosa facultativa às classes armadas.” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 78).

A Constituição promulgada no ano de 1934 estabelecia o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória e, no que se referia ao ensino religioso, tal Lei o instituíra no currículo das escolas públicas oficiais, entretanto de frequência facultativa e podendo ser aberto a todos os credos. Todavia, a prática se descortinava de uma forma bem diferente, pois:

[...] para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial era necessário que pelo menos vinte alunos se dispusessem a recebê-lo. Esta exigência tornava muito difícil o ensino de um credo diferente do credo católico, dado o predomínio dos católicos na população do país. Assim, na prática, ensino religioso equivalia a ensino da religião católica. (HORTA, 1994, p. 100).

Infere-se, portanto, que a Igreja Católica, finalmente, alcançou o que tanto desejava: introduzir e, conseqüentemente, propagar e legitimar sua doutrina dentro da escola pública e, por conseguinte, no seio da sociedade.

Vale salientar que até então a influência da entidade católica estava quase que em sua totalidade renegada ao ensino secundário, visto que,

praticamente, monopolizava esse nível de ensino por intermédio de sua vasta gama de colégios. Ora, ao ser introduzido o ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Católica firma sua presença nesse ramo da escolarização, garantindo a doutrinação das camadas populares urbanas ampliando e fortalecendo sua voz no interior da teia social (HORTA, 1994, p. 99).

A década de 1930 ficou marcada não só pela significativa atuação da Igreja com objetivos a serem alcançados no interior da dinâmica educacional, como também pelas propostas aventadas pelo Governo com o intuito de modificar a estrutura da escola. Para tanto, foi fundado, no ano de 1931, o já mencionado Ministério da Educação e Saúde Pública. “Até meados dessa década [1930], as tentativas de reformular a escolarização vinham revestidas sob um autoritarismo que perpassava não só as ações de âmbito educativo, como também os demais projetos político-sociais.” (FAUSTO, 2006, p. 188).

A instauração do regime do Estado Novo, no ano de 1937, trazia, em seu bojo, o fortalecimento de um governo autoritário, onde a manutenção da ordem social e o patriotismo constituíam seus principais alicerces. A aplicação de tal política vinha justificada por seus propugnadores como um meio de despertar, no seio da nação, um forte sentimento de amor à pátria e, por conseguinte, a unidade e o progresso desta.

Para alcançar esses fins, era imprescindível ao governo acentuar sua aliança com a Igreja Católica, visto que a entidade desempenharia papel fundamental na promoção de um espírito nacionalista e na preservação da ordem vigente, buscando inculcar em seu rebanho comportamentos e valores do que seria na sua visão, compartilhada pelo governo, de um “bom cidadão”, obediente à lei e consciente de que a ausência da ordem e da disciplina contribuiriam para o detrimento dos costumes e da dignidade humana (AZZI, 1982, p. 60-61).

No entanto, a Constituição de 1937, mesmo preservando o que já havia sido projetado para o ensino religioso na Lei Magna de 1934, reduz sua esfera de ação, pois na de 1934 era obrigatória a inclusão desse ensino no horário escolar, e naquela sua inclusão se tornava matéria facultativa (HORTA, 1994, p. 120-21).²⁸ Assim, diante do novo contexto, a Igreja tentará impor sua presença no interior do

²⁸ Ver também Caetano e Oliveira (2006, p. 4-5).

processo de elaboração das Leis Orgânicas do Ensino, motivado pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema.

Com o estabelecimento do Estado Novo, a ideia da constituição da nacionalidade enxergou na educação um importante espaço para sua sedimentação. As ações pedagógicas empreendidas no setor da escolarização deveriam estar imbuídas de conteúdos que faziam referências às questões nacionais, os quais estimulavam o amor à nação e exaltavam o patriotismo. Os núcleos de imigrantes eram tidos como ameaçadores à formação da consciência patriótica que se pretendia construir. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 160), nessa época, “o Ministério da Educação deveria criar e executar um programa de desapropriação progressiva das escolas estrangeiras, substituindo por completo o corpo docente estrangeiro por nacionais selecionados.”

Os movimentos ideológicos contrários à ordem e correntes religiosas divergentes à doutrina católica também eram concebidos como ameaças ao projeto governamental.

A fim de obter sucesso na política de nacionalização, o governo concebeu a Igreja como uma instância necessária à consolidação do novo regime que queria impor, uma vez que esta tomava para si a tarefa de inculcar no alunado valores e comportamentos desejáveis à nova cultura nacional pretendida para o país.

A política da nacionalização veio revestida de um caráter extremamente autoritário e repressor, visto que buscava padronizar a cultura, homogeneizando costumes e valores, concentrando, por isso, suas forças na eliminação de grupos não condizentes com o modelo desejado pelo Estado – imigrantes/estrangeiros – e na supressão de ideologias não harmônicas às que eram tidas como oficiais.

A partir de 1942, por meio de iniciativas de Capanema, alguns ramos do ensino começam a sofrer modificações. Essas reformas, nem todas realizadas no período do Estado Novo, receberam a denominação de Leis Orgânicas do Ensino (CAETANO; OLIVEIRA, 2006, p. 5).

Em 2 de janeiro de 1946, foi promulgado o Decreto-lei nº 8.529, Lei Orgânica do Ensino Primário, o qual estabeleceu condições de organização e funcionamento do ensino elementar para todo o país. O ensino primário foi dividido em duas categorias: a) ensino primário fundamental destinado a crianças de 7 a 12 anos de idade – que por sua vez era subdividido em primário elementar de 4 anos de

duração e primário complementar de 1 ano de duração –; b) ensino primário supletivo de 2 anos de duração e destinado a jovens e adultos que não receberam na idade adequada esse nível do ensino (BRASIL, 1946, art. 2).

A lei também preconizava que o ensino primário deveria obedecer aos programas mínimos, elaborados pelos técnicos do Ministério da Educação e Saúde, em cooperação com os estados, ressaltando que os programas poderiam ser adaptados à realidade regional, desde que respeitados os princípios gerais do Decreto-lei (Ibid., art. 12). Já no que se refere à questão da educação religiosa, esta se viu resguardada em tal reforma, mas sem constituir objeto de obrigação dos professores e frequência obrigatória aos alunos (Ibid., art. 13). É importante destacar que esta legislação instituiu ainda a gratuidade e a obrigatoriedade desse ramo da educação (Ibid., art. 39 e 41).

Segundo Horta (1994, p. 124), nessa época, o ensino religioso apresentará um discurso mais apologético em que o clímax residia no antiprotestantismo e antiespiritismo, contudo, no final da década de 1940 e durante a década seguinte desencadeia-se na Igreja do Brasil uma tendência progressista, que contribuiu para o aparecimento de uma esquerda católica e que acarretou, em meados da década de 1960, um afinamento da aliança entre Igreja e classes populares. Ainda de acordo com o autor, essas mudanças no interior da entidade católica estão relacionadas, sobretudo, à participação do Brasil na guerra e o início do processo de redemocratização do país. No entanto, cumpre ressaltar que determinados setores conservadores da Igreja ainda se fizeram presentes no interior desta, ocasionando, com isso, uma dicotomia entre os prelados brasileiros.

Destaca-se que os anos que transcorreram às décadas de 1930 e 1940 foram marcados por grandes transformações político-sociais, as quais, por sua vez, influenciaram mudanças geradas no setor da educação – mudanças estas já sentidas desde a década de 1920, por intermédio das inúmeras reformas educacionais descentralizadas, ocorridas em alguns estados do país. O aumento da industrialização e da população instigou o crescimento generalizado da demanda por instrução. Ao passo que o país progredia e se modernizava, a escola assistia à sua ampliação no âmbito nacional. Tal fato pode ser comprovado nas palavras de Fausto (2006, p. 217), que afirma:

No setor educativo, entre 1920 e 1940 houve algum declínio do índice de analfabetos. [...] Considerando-se a população de 15 anos ou mais, o índice de analfabetos caiu de 69,9% em 1920 para 56,2% em 1940. Os números são indicativos de que o esforço pela expansão do sistema escolar produziu resultados a partir de índices muitos baixos de freqüência à escola em 1920 [...]

Em 1946, restaurado o regime democrático, instaura-se a nova Constituição brasileira, caracterizada pelo espírito liberal e democrático, sem, entretanto, preterir os princípios afinados à doutrina católica. O direito à educação se tornou, então, um direito universal, o ensino primário oficial passou a ser gratuito para todos, além de confirmar que o ensino seria ministrado pelos poderes públicos. Contudo, poderia haver a livre iniciativa particular²⁹, desde que esta respeitasse as leis regulamentares, sedimentando ainda mais uma realidade marcante desde o início da organização do sistema escolar brasileiro – a privatização da educação (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 38).

O ensino religioso foi mantido como obrigatório para os estabelecimentos públicos, sendo ministrado de acordo com a confissão religiosa dos alunos, assegurando a liberdade religiosa.³⁰

Com base nessa Constituição, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, propôs a formulação de um projeto de reforma geral da educação, que abarcasse os anseios apresentados nessa área político-social do país. Após sua elaboração, o projeto foi encaminhado à Câmara Federal, em 1948, iniciando, assim, um período de intensos debates e disputas entre projetos educacionais opostos: a) *privatistas*: defensores da escola livre, confessional; b) *publicistas*: defensores da escola pública – que resultaria, 13 anos mais tarde, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): Lei nº 4.024/1961.

Tal embate político-educacional acabou por referendar mais a visão privatista da educação, uma vez que, por um lado, legitimava a liberdade de escolha das famílias quanto à escola em que deveriam matricular seus filhos e, como sempre, observou-se, no quadro educacional, as classes média e alta assumiram a responsabilidade da educação de sua prole, subvencionando escolas particulares, em sua maioria, sob os auspícios de determinada religião, a fim de que essas

²⁹ Ver capítulo II do Título VI da Constituição de 1946.

³⁰ Ver artigo 168, inciso V da Constituição brasileira de 1946.

preparassem seus filhos para o ingresso nas melhores escolas públicas superiores do país. Por outro lado, o Estado abraçava para si a responsabilidade sobre os estabelecimentos de ensino público – fato que nunca se cumpriu com esmero – deixando de lado, sobretudo, aquelas instituições que se dedicavam ao ensino fundamental e que tacitamente eram destinadas aos setores mais carentes da população (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 20).

A disputa no setor educacional pelos que buscavam estabelecer um ensino público e leigo diferente daqueles que almejavam um ensino privado, confessional e elitista imprimiu novas características ao campo da escolarização, que se constituiu mais por um conflito de interesses do que por uma busca de debates em torno de melhorias concretas no que diz respeito a políticas educacionais voltadas, principalmente, para o âmbito social.

No seio de tais lutas ideológicas, assiste-se, no final da década de 1950, no ano de 1959, a iniciativa de se redigir outro Manifesto à nação, sob o título “Uma vez mais convocados”, fazendo referência ao “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, proferido no ano de 1932. Tal documento traz, em seu bojo, a discussão sobre o estado calamitoso em que se encontrava a educação no país, alegando que se deveria adotar no Brasil políticas públicas favoráveis à educação, a fim de reverter a situação precária do sistema de ensino até então vigente.

Era necessário, portanto, a expansão do número de escolas de acordo as imposições sociais cada vez mais numerosas e segundo planos racionais, além de adequadas instalações, da formação qualificada do professorado e de “recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas múltiplas atividades.” (MANIFESTO DOS EDUCADORES: MAIS UMA VEZ CONVOCADOS (JANEIRO DE 1959), 2006, p. 207).

Infere-se, assim, que, desde os movimentos educacionais que buscavam configurar uma nova rede de ensino no país, até final da década de 1950, intelectuais, leigos e políticos se uniram no sentido de sustentar projetos que renovassem a escolarização, dando a esta um caráter mais humano, mas, ao mesmo tempo voltado para a formação de gerações que pudessem alavancar o progresso da sociedade, modernizando a nação.

A Igreja Católica, durante os anos de 1920 até meados da década de 1940, buscava organizar-se institucionalmente, com o objetivo de afirmar-se na

sociedade, ampliando sua influência e seu raio de ação. Além disso, tal entidade vislumbrava, no pacto com o poder político, inculcar na população valores e costumes que sedimentassem e legitimassem a doutrina cristã. Entretanto, o pensamento dominante no interior da Igreja começa a transformar-se, sobretudo após a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, sob a aprovação de Dom Hélder Câmara (AZZI, 2008, p. 124-25).

Os eclesiásticos brasileiros debruçam-se cada vez mais sobre a atmosfera do país, buscando inferir e analisar os problemas sociais presentes na conjuntura reinante, destacando suas causas e consequências, além de procurar adequar a instituição católica aos novos tempos e anseios da população. Para tanto, foi necessário que a entidade promovesse uma série de projetos destinados a sanar as intempéries sociais detectadas em suas investigações, caracterizando esse novo período da Igreja como uma era destinada a servir ao povo, sempre buscando o bem-estar coletivo (AZZI, 2008, p. 125).

A partir de então, a Igreja tenta elucidar e perceber questões sociais para assim compreender a realidade brasileira e, com isso, concretizar atitudes que visassem amenizar os problemas socioeconômicos existentes no interior da sociedade, sobretudo nas classes mais necessitadas. Essa modificação no pensamento da entidade católica reflete a nova característica assumida pela instituição, em que se fazia mister a atualização da vida religiosa, bem como a conscientização da importância de se avaliar a realidade social e suas nuances.

Os anos seguintes à década de 1950 marcaram uma série de embates ideológicos entre o prelado do país e o laicato católico, os quais tinham como cerne a disposição de concretizar decisões em prol de mudanças sociais. A criação da CNBB, a modificação nos campos de atuação da Ação Católica que a partir de então buscava realizar atividades de assistência social e a disposição da Igreja Brasileira em colaborar de forma mais específica em projetos sociais, com vistas a propiciar melhores condições de vida para as populações carentes são os melhores exemplos da reestruturação que perpassava pelo interior da entidade católica.

1.2 Juiz de Fora no contexto nacional

Situado na Zona da Mata mineira, o município de Juiz de Fora originou-se durante a construção do Caminho Novo dos Campos Gerais³¹, que tinha como objetivo aproximar a província das Minas Gerais ao Rio de Janeiro, para facilitar o comércio e o intercâmbio econômico e cultural entre as localidades. A elevação para a categoria de cidade ocorreu em 1856, momento em que passou a ser reconhecida como Cidade do Paraibuna e, mais tarde, ganhou a denominação de Juiz de Fora (YAZBECK, 1999, p. 25).³²

O local se caracterizava por se como um pequeno núcleo agropastoril, e era parada para tropeiros e viajantes que vinham da Corte ou da região mineradora. Seu processo de expansão urbana acentuou-se a partir da década de 1840, com a introdução da cultura do café.

No final da década de 1880 Juiz de Fora era o município mais desenvolvido da região, passando a ser o principal centro urbano e industrial do estado de Minas Gerais até finais dos anos de 1920, quando a partir daí, perde pouco a pouco seu prestígio para a capital Belo Horizonte (GIROLETTI, 1988, p. 25).

A cultura do café era a principal alavanca da economia local, os capitais gerados pela atividade possibilitavam investimentos no setor de industrialização e o desenvolvimento do sistema ferroviário e rodoviário do estado, favorecendo também, o desenvolvimento do comércio e de outras atividades econômicas. Embaladas pela ideia de modernidade, as elites locais injetavam investimentos com o objetivo de implementar um projeto industrial e civilizador em Juiz de Fora, como afirma Christo (1994, p. 1):

[...] faz parte de um projeto de modernização patrocinado pelos fazendeiros e industriais que visa satisfazer à necessidade de um

³¹ Segundo Candiá (2007, p. 36), “[...] o Caminho Novo dos Campos Gerais traçado por Garcia Rodrigues no início do século XVIII, permitiu o encurtamento do transporte do ouro até à Corte, abrindo trilha em região pouquíssima explorada naquela época a Zona da Mata mineira, possibilitando novas perspectivas econômicas, políticas e sociais para esta região. Ele partia da Borda do Campo, atual Barbacena, indo em direção ao Rio de Janeiro.”

³² “O Juiz Municipal, eleito em 1854, deputado provincial, Dr. José Feliciano Dias de Gouvêa, em maio de 1856, apresentou e defendeu o projeto de lei que elevou a vila à categoria de cidade.” (OLIVEIRA, P. de, 1966, p. 28-29).

maior controle sobre o espaço urbano e a população. É indispensável um plano de modernização que forneça uma infraestrutura capaz de suscitar o desenvolvimento industrial [...]

Com efeito, observa-se que o surgimento da industrialização estava intimamente vinculado à comercialização cafeeira, visto que esta contribuiu para a expansão não só do mercado interno, como também para as transformações estruturais advindas de investimentos em diferentes setores econômico-sociais originados de tal atividade.

Empreendimentos de grande porte como a criação da Rodovia União Indústria, no ano de 1861, por Mariano Procópio Ferreira Lage, ligando Juiz de Fora a Petrópolis e a fundação da primeira usina hidrelétrica da América do Sul em 1889, contribuíram para que a cidade mergulhasse em um processo crescente de industrialização. Além disso, grande parte dos produtos mineiros que eram exportados ou importados se viam obrigados a passar pela cidade, pois o município apresentava um eficiente sistema de transporte, transformando Juiz de Fora, nas palavras de Giroletti (1988, p. 41) “num entreposto comercial, permitindo o desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior concentração de capital.”

Em decorrência dessa nova dinâmica social, inicia-se, em Juiz de Fora, um gradativo processo de urbanização. Seu crescimento econômico, bem como a expansão populacional da cidade, conclamavam um aprimoramento na infraestrutura dos diversos serviços existentes no município, como por exemplo, transporte, telefonia, luz elétrica, educação e saúde (CHRISTO, 1994, p. 30).

A educação, até o ano de 1890, corresponde à formatação implementada no período imperial, a qual tinha como predominante o ensino particular. Com efeito, nota-se que, durante os anos de 1860 a 1890, ocorre uma significativa expansão desse tipo de ensino, sobretudo através dos seminários e das escolas confessionais, evidenciando o caráter doutrinário, literário e retórico do ensino secundário. A instrução popular também está presente através do ensino profissionalizante a cargo da Escola Agrícola, inaugurada em 1869, com o objetivo de atender a prole dos imigrantes alemães, porém teve curta duração devido a pouca demanda. Nos anos seguintes, são inaugurados, em Juiz de Fora, o Granbery, criado em 1890, e a Academia de Comércio, em 1894, que serviriam à formação das elites locais.

Também surgiram diversas instituições de ensino básico, em sua maioria de iniciativa particular, com exceção de determinados grupos escolares subsidiados pelo governo no ano de 1907 (YAZBECK, 2003, 2006).

Cabe ressaltar, também, que o processo de desenvolvimento econômico e a fundação de indústrias, em Juiz de Fora, tiveram uma significativa contribuição dos imigrantes, mormente de alemães, italianos, espanhóis e portugueses, que se dedicaram “ao trabalho operário e à fundação de pequenas indústrias ou ao comércio.” (YAZBECK, 1999, p. 26).³³

O paulatino crescimento do parque industrial em Juiz de Fora propiciou à cidade, sob a aprovação de Rui Barbosa, o título de “Manchester Mineira”, resultado da comparação com a cidade industrial inglesa de Manchester (YAZBECK, 2006, p. 270).

Até a década de 1880, confere-se, no município, o predomínio de pequenas fábricas e oficinas artesanais, porém esse contexto recebe novos contornos a partir do início do século XX, quando, ao lado das pequenas indústrias, surgem organizações de médio e grande porte, aumentando a demanda de trabalho – que, por sua vez, contribuiu para o crescimento da classe trabalhadora – e desenvolvendo a infraestrutura da cidade (GIROLETTI, 1988, p. 73). Nesse momento, a vida cultural de Juiz de Fora toma fôlego, não somente pelo processo crescente de industrialização, como também pela sua proximidade com o Rio de Janeiro:

Juiz de Fora não participa da cultura colonial mineira. A proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, assim como a luta política contra o predomínio da zona de Mineração, provocam na cidade um maior cosmopolitismo, uma abertura mais acentuada se a compararmos com o antigo centro do ouro. Até a década de 20 Juiz de Fora é apontada como o centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais. (CHRISTO, 1994, p. 1).

³³ “A fundação dos primeiros empreendimentos industriais foi possível graças não só às habilidades profissionais dos imigrantes, mas também graças às poupanças acumuladas durante o período que trabalhavam como operários [...]” (GIROLETTI, 1988, p. 77).

Fica claro, com a citação de Christo, que as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais presentes na cidade de Juiz de Fora se diferenciavam das que eram assistidas em outros municípios do estado mineiro. Percebe-se que devido à proximidade geográfica, Juiz de Fora vinculava-se mais à cidade do Rio de Janeiro do que às demais localidades do estado de Minas. Reforça-se tal fato por meio da afirmação da autora de que “enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas [...]” (CHRISTO, 1994, p. 10).

A industrialização juiz-forana, até a terceira década do século XX, constituía uma rede dinâmica e diversificada de atividades empresariais³⁴, no entanto, a partir dos anos que seguem a 1930, constata-se um período de estagnação e declínio econômico da cidade. Fato este que reside, segundo Giroletti (1988, p. 126-132), na insuficiência e limitação de determinados setores de ordem estrutural e local, como por exemplo: as dificuldades da comercialização do café, os altos custos da importação de modernas tecnologias, a implantação da capital em Belo Horizonte – o que provocou um redirecionamento na distribuição e na aplicação de subsídios –, a dificuldade em acompanhar as transformações em curso com a industrialização do país, entre outros. Como consequência dessas limitações, as décadas seguintes apresentaram o fechamento de inúmeras indústrias; a cidade Juiz de Fora, porém, conseguiu se reerguer nos anos posteriores através, sobretudo, do setor têxtil (COHN, 2008, p. 22).

O conjunto de ações apresentadas buscou retratar a formação da sociedade juiz-forana, destacando a cidade como um espaço urbano heterogêneo, assinalado por um dinamismo cultural e econômico, impulsionado, sobretudo, pelo crescente movimento de industrialização a partir do início do século XX. No entanto, é necessário acrescentar que, para além dessas características, Juiz de Fora constituiu-se como um município marcado por tensões religiosas e sociais, que serão explanadas no próximo capítulo, buscando ressaltar a implementação da fé católica na cidade e a importância dos jornais locais como meios de propagação da

³⁴ “Até a década de 30, as atividades industriais diversificam-se entre os ramos de alimentação, fiação e tecelagem, metalurgia, couros e calçados, madeira, móveis e serraria, cerâmica, cimento e marmoraria, fumos e cigarros, tipografia, registrando-se no final do período um total de 286 indústrias.” (YAZBECK, 1999, p. 28).

doutrina cristã e de inculcação de valores e costumes que deveriam ser observados pelos indivíduos.

CAPÍTULO II

SINAIS DA IGREJA CATÓLICA EM JUIZ DE FORA: A IMPRENSA COMO UM PODEROSO VEÍCULO DE DIFUSÃO DO CATOLICISMO

A presença da Igreja Católica, na cidade de Juiz de Fora, enxergava, sobretudo a circulação de jornais católicos como um recurso capaz de difundir sua doutrina. Por meio de reportagens e notícias que veiculavam os valores e costumes da referida entidade, o prelado local buscava inculcar nos leitores diretrizes e comportamentos católicos a serem constantemente observados por esses.

Para além da propagação da fé cristã, os periódicos católicos pregavam ainda o combate contra movimentos doutrinários e ideológicos contrários à Igreja e ao que ela pregava. Nota-se, também, que esses impressos traziam, em seu bojo, reportagens acerca da importância da escola católica, advertindo aos pais quanto ao mal que poderia acarretar em matricular seus filhos em uma escola laica ou que ministrasse ensinamentos de outras religiões.

2.1 O papel da Igreja Católica na *Manchester Mineira*

A presença da religião católica, em Juiz de Fora, pode ser notada desde sua fundação. No ano de 1850, é inaugurada a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, que foi incorporada à diocese de Mariana. Ela se encontrava sob o comando do bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso, um dos expoentes do movimento da romanização³⁵ e a quem competia a organização do prelado da região da Zona da Mata mineira, local em que se situava Juiz de Fora (AZZI, 2000, p. 15-16).³⁶ Esse

³⁵ Entende-se por movimento de romanização o processo que visava fortalecer a fé dos católicos brasileiros, objetivando enquadrá-los nas diretrizes do novo modelo de catolicismo e de Igreja, em que esta era tida como uma sociedade hierarquizada e autônoma sob o comando do Pontífice.

³⁶ Segundo o Cônego Francisco Maximiano de Oliveira (1976, p. 37-38), o cabedal de igrejas que se ergueram no cenário juiz-forano seguintes à paróquia destinada à devoção de Santo Antônio são: Senhor dos Passos, Igreja de São Sebastião, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Capela de São Mateus e por fim a Igreja da Glória. Deve-se chamar a atenção para o fato de que esta última foi

movimento reformista, entretanto, não se viu abraçado pela sociedade juiz-forana, uma vez que o significativo desempenho industrial e desenvolvimento urbano da cidade, sobretudo a partir de meados do século XIX, favoreceu um crescente processo de secularização, desvelado concomitantemente sob um frágil catolicismo e o fortalecimento de outros movimentos dogmáticos como o protestantismo, a maçonaria e o espiritismo. Além disso, o município sofria constante influência dos políticos e de membros da nova burguesia emergente que simpatizavam com as ideias liberais e positivistas.

A presença dos imigrantes na cidade também se mostrou como outro obstáculo à execução da reforma católica. Tais contingentes populacionais vinculavam sua devoção à respectiva pátria, trazendo, por conseguinte, distintas manifestações religiosas das encontradas no município. É o caso dos alemães que, a fim de constituírem parte da mão de obra utilizada para a construção da Rodovia União Indústria, começam a chegar, em 1858, a Juiz de Fora e, em 1878, recebem permissão para construir uma capela, desde que arcassem com o ônus despendido para a execução da respectiva obra, devocional à Nossa Senhora da Glória. Essa capela serviria para atender aos crescentes anseios religiosos e celebrações de culto da referida comunidade (AZZI, 2000, p. 33-35).

Com efeito, pode-se observar ainda que, em Juiz de Fora, a reforma pretendida pela Igreja não colheu muitos frutos até o ano de 1890, quando do falecimento do vigário Thiago Mendes, responsável pelo comando da paróquia da região e simpatizante do modelo católico tradicional (PEREIRA, 2003, p. 21).³⁷

O processo de construção de uma identidade católica reformada com vistas a conceber a Igreja como uma sociedade hierarquizada e autônoma – sob o báculo do Papa – e com a finalidade de inculcar no povo novos padrões morais e doutrinários, bem como reformular os costumes do corpo eclesiástico restaurando nele a obediência ao celibato, estava fadado ao insucesso até finais da década de 1890. A partir dessa data, o padre Venâncio Café, assumindo a responsabilidade paroquial da cidade, facilitou o processo de construção de uma identidade católica

destinada aos imigrantes alemães, que vieram para a cidade a fim de servirem de mão de obra na construção da Rodovia União Indústria.

³⁷ Segundo Pereira (2003, p. 15-16), o catolicismo tradicional apresentava um cunho mais popular, no qual a fé dos indivíduos “se manifestava através das devoções aos santos, das procissões, das orações de invocações e perdão e dos milagres. Predominam neste modelo os aspectos devocionais e protetores, tendo à frente destas manifestações religiosas uma liderança leiga ativa, que dinamiza as construções, as devoções e as festas.”

reformada em Juiz de Fora (PEREIRA, 2004, p. 72-73). Inicia-se, portanto, o processo de implementação de uma nova perspectiva religiosa, de cunho doutrinal e marcada pela pregação à obediência aos sacramentos, sob os auspícios de um clero brasileiro e de ordens religiosas europeias comandadas pela Santa Sé (AZZI, 2000, p. 19).

Com a instauração do regime republicano, o movimento reformista adotado pela Igreja modifica seu raio de ação, uma vez que, no período anterior, a entidade católica buscava maior independência com relação ao Estado e, agora, com a separação de ambas as instituições, os eclesiásticos procuram organizar estruturalmente a Igreja do Brasil (Ibid., p. 94). Sob o comando de Roma, os bispos iniciaram a tarefa de moldar as dioceses segundo as características tridentinas.³⁸ Para o autor, esse esforço era orientado para três setores principais:

[...] a formação do novo clero dentro do molde tridentino, através da fundação e manutenção dos seminários; a criação e organização das paróquias, contando, sempre que necessário, com a colaboração de religiosos estrangeiros; a atuação mais direta junto aos fiéis, formando novas lideranças do laicato dentro de novas associações religiosas, mantidas rigorosamente sob o poder clerical. (Ibid., p. 94-95).

Como corolário desse cenário, o clero juiz-forano mobilizou-se no sentido de solicitar a vinda de ordens religiosas europeias para a cidade, que chegaram em Juiz de Fora a partir do ano de 1894, com o intuito de sedimentar uma visão tridentina da Igreja, auxiliando a hierarquia eclesiástica local na reforma dos hábitos e costumes dos católicos, procurando fortalecer a fé do povo e inaugurar uma nova etapa de evangelização e cristianização. Tais congregações pretendiam consolidar seus objetivos por meio da fundação de instituições de ensino das quais

³⁸ Segundo Azzi (1986b, p. 46), em meados do século XIX, a Igreja iniciou no país um processo de substituição do tradicional modelo de cristandade por um modelo de Igreja nos moldes tridentino, preconizado no Concílio de Trento. Esta reforma católica visava afastar os prelados brasileiros da vida política e de possíveis violações ao voto de celibato, bem como fortalecer a fé do povo e a presença da instituição no seio da sociedade.

emanassem uma sólida educação católica³⁹, e do combate à amplitude de doutrinas contrárias à pregada por elas (MARTINS, 1999, p. 47).

As congregações que se estabeleceram em Juiz de Fora, ao longo dos dois primeiros decênios do século XX, dividiam-se entre masculinas – redentoristas holandeses, salesianos italianos e verbitas alemães – e femininas – irmãs francesas de Sion, religiosas alemãs de Santa Catarina, irmãs alemãs Servas do Espírito Santo e irmãs francesas do Bom Pastor.⁴⁰ Ao chegarem à cidade, os sacerdotes tinham como tarefa colaborar nas atividades pastorais, minimizando as carências do clero local. Já as religiosas, por sua vez, deveriam atuar na área da saúde e assistência social, além de construir colégios católicos, a fim de obstaculizar a penetração da educação protestante e do ensino leigo (AZZI, 2000, p. 98).

No entanto, não é correto afirmar que a atuação desses missionários tenha se realizado sem nenhuma dificuldade. Pereira (2004, p. 132-33)⁴¹ afirma ter sido a língua portuguesa o maior entrave para as atividades das congregações. Declara, ainda, que o conflito entre as culturas europeia e brasileira repercutiu de forma negativa nas ações empreendidas pelos religiosos.

A intenção de substituir o clero nacional por estrangeiros também era motivo de críticas que se descortinavam nesse período. De certo modo, o detrimento dos clérigos brasileiros em favor de sacerdotes europeus provocou manifestações de descontentamento propagadas por diferentes meios de comunicação, como por exemplo, o artigo publicado no **Jornal do Commercio**, datado de 2 de março de 1901, que assinalou sinais de insatisfação sobre a presença de tais religiosos na cidade:

³⁹ A hierarquia da Igreja via a educação como um dos principais sustentáculos do projeto de reforma da sociedade católica, que pretendia enquadrá-la nos valores morais e religiosos da doutrina cristã, atuando, primeiramente, no indivíduo e depois na sociedade (PEREIRA, 2004, p. 119).

⁴⁰ É válido salientar que tanto os salesianos quanto as religiosas de Sion tiveram curta permanência na cidade (AZZI, 2000, p. 165).

⁴¹ Como exemplo de tais querelas, vale citar a posse dos redentoristas holandeses, em Juiz de Fora, da Igreja de Nossa Senhora da Glória, conhecida como “Igreja dos alemães”. Tal fato será motivo de desentendimento entre os imigrantes alemães, que dirigiam os cultos da paróquia, e os padres holandeses. Diante dessa situação e na tentativa de impor seus valores religiosos e suas tradições europeias, os redentoristas se depararam com uma forte oposição e resistência (PEREIRA, 2004, p. 89-91).

Aprendamos nesses fatos a evitar um perigo que é iminente entre nós. Mercê da indiferença com que o governo está deixando as questões de religião, está se operando no Brasil um trabalho eficaz e acelerado, cujo objetivo é eliminar o clero brasileiro, para entregar aos congregacionistas os colégios, conventos, as igrejas, as vigararias e as curas das almas. [...] Dentro em pouco serão os frades estrangeiros, alheios completamente à nossa terra, que dominarão os bens materiais e o espírito das populações. (MESQUITA, 1901, p. 1).

Todavia, mesmo sofrendo retaliações na nova área de atuação, os missionários, juntamente com os sacerdotes locais, aos poucos, conseguiram introduzir, na cultura religiosa da cidade, uma doutrina católica segundo os moldes romanizados.

Uma das principais estratégias utilizadas para ampliar o espaço da Igreja no seio da sociedade juiz-forana foi a promoção do ensino católico. Nesse movimento, os eclesiásticos locais recomendavam os pais ou responsáveis que matriculassem seus filhos em estabelecimentos educativos onde a doutrina cristã se fizesse presente (MARTINS, 2006, p. 699).

Vale ressaltar que, desde o advento da República, tanto a escola laica quanto as instituições de ensino que pregavam outras doutrinas que não a católica eram concebidas como inimigas e deveriam ser combatidas com seriedade pela Igreja no Brasil.

O processo de romanização empreendido em Juiz de Fora por intermédio da atuação das ordens religiosas estrangeiras, dos padres residentes na cidade e, sobretudo, do eficiente comando da Diocese de Mariana, tendo como referencial Dom Silvério Gomes Pimenta – constituído em 1890 bispo auxiliar de Mariana, e em seguida, após a morte de Dom Benevides, assumindo o pleno governo diocesano –, vê-se contemplado no ano de 1924, com a criação da Diocese de Juiz de Fora, nomeando Dom Justino José de Sant`Ana como seu primeiro bispo, findando, assim, com o período de atuação dos prelados de Mariana no município. Segundo Azzi (2000, p. 189):

A criação da diocese de Juiz de Fora trouxe um reforço expressivo para a vida católica da cidade. A atuação episcopal de Dom Justino José de Sant`Ana foi marcada por uma presença significativa na

sociedade juizforana, em sintonia com outros bispos restauradores, sob as orientações de Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro.

A união entre a Igreja católica e o poder político da cidade se viu fortalecida durante o governo episcopal de Dom Justino. Nesse período, o catolicismo ganhou maior visibilidade no município, através, sobretudo da circulação de impressos a favor da doutrina cristã, por exemplo, a “revista de cultura Vozes, sob orientação da ordem dos franciscanos; a revista O Mensageiro do Coração de Jesus, dos jesuítas; a revista Ave Maria dos clarentianos; o jornal Lar Católico dos verbitas, dentre outras”, e das diferentes organizações, como o Centro Dom Vital, a União de Moços Católicos e a Ação Católica (MARTINS, 1999, p. 68-69).

Reforçando o combate ao laicismo do sistema educativo, o prelado advertia mais uma vez os pais católicos a matricularem seus filhos em escolas que seguissem a doutrina apregoada pela Igreja, sob pena de viverem em pecado se assim não fizessem (SANT’ANA, 1931, p. 1-2):

E’ de extrema necessidade que os paes com antecedencia, verifiquem se o collegio está em condições de garantir a instrução catholica ou se a atmosphaera do collegio está contaminada pelo veneno do indiferentismo religioso, ou pelo espírito anti-catholico. [...] Confiar seus filhos a mestres immoraes e impios, a collegios anti-catholicos, ou sem religião, é commeter peccado grave, porque taes paes se tornam por este procedimento cumplices da corrupção de seus filhos e responsaveis deante de Deus, por todos os males que advirão, mais tarde aos mesmos e á sociedade.

A formação de novas gerações dentro dos preceitos da doutrina católica foi um dos eixos norteadores da ação de Dom Justino junto à sociedade juiz-forana. Visando consolidar, no município, uma população moldada pelos princípios católicos, o prelado propagava a ideia de ser imoral e ímpio os estabelecimentos de ensino que não adotassem o catolicismo, “descrevendo a educação ministrada fora do controle da Igreja como corruptora da infância.” (AZZI, 2000, p. 285).

A ação social católica empreendida durante o governo da Diocese de Juiz de Fora por Dom Justino orientava ainda ser dever da Igreja manter a ordem e zelar

pela moral da população, traçando hábitos e costumes que deveriam regular o comportamento dos indivíduos. A sociedade deveria permanecer nos caminhos da fé, harmonizada ao dogma católico e obediente aos preceitos cristãos. Além disso, a Igreja local buscou estreitar seus laços com o poder político e a arregimentar o laicato católico a seu favor no afã de se fazer mais presente no interior da tejedura social.

Cumprido destacar, ainda, que, além das estratégias já citadas, a reforma católica na cidade realizou congressos eucarísticos diocesanos contando com o apoio de autoridades civis e militares, nos anos de 1939 e de 1950, a fim de reafirmar a presença e a influência da entidade em Juiz de Fora, através de celebrações religiosas nas ruas e nas praças do município: “Este último, coincidindo com a comemoração do centenário da cidade, tornou-se uma grande expressão simbólica de que o projeto de afirmação da fé católica na sociedade [...] estava dando resultados almejados.” (AZZI, 2000, p. 316).

2.2 A imprensa utilizada pela Igreja Católica para se fazer presente no seio da sociedade

Pode-se afirmar que a imprensa foi utilizada pela Igreja como uma das principais estratégias para a propagação de sua doutrina. É importante lembrar que os periódicos não eram publicações isoladas, uma vez que se integravam a outras estratégias empreendidas pelos religiosos, a fim de reconquistar os fiéis e estabelecer diretrizes católicas propostas à sociedade.

A abordagem dos jornais, enquanto fonte própria de investigação histórica, surgiu com a ampliação de novos objetos de estudos forjados pela Nova História. Os proponentes desse novo fazer historiográfico assumiram o cotidiano e seus desdobramentos como fontes históricas para além dos relatos políticos e econômicos, até então tomados como referências quase que obrigatórias do fazer histórico. Assim, os jornais passaram a constituir importantes materiais para pesquisas, uma vez que possibilitaram descortinar outras realidades que faziam parte do contexto macro-histórico. Nesse sentido, a imprensa tornou-se um rico objeto de compreensão e investigação no campo da História da Educação,

promovendo não só possíveis novas interpretações, como também o desbravamento de múltiplos horizontes a serem analisados.

Nessa perspectiva, esse novo *corpus* documental oferece aos pesquisadores diversificados dados para a compreensão da história da educação e do ensino, auxiliando-os a estudar o pensamento de determinado setor ou grupo social a partir das inferências produzidas pelo discurso veiculado em tais periódicos (CATANI; BASTOS, 2002, p. 5). Reafirmando o que foi dito anteriormente, cabe ressaltar que determinado texto é produzido por algum setor da sociedade, e por isso ele não corresponde fielmente à realidade, mas sim a uma representação do real, do concreto forjada por este determinado grupo, influenciado pelo momento e por concepções vigentes em um determinado tempo e espaço.

As análises dos jornais eleitos para esta pesquisa, **Lar Católico** e **O Lampadário**, inserem-se em um contexto no qual a Igreja almeja tanto se fazer mais presente na sociedade quanto combater movimentos ideológicos que iam de encontro a seus preceitos, perpassando, por conseguinte, por toda a problemática do abalo do poderio da instituição cristã instaurada juntamente com a República⁴².

Com efeito, pode-se perceber que os discursos imbuídos do ideário católico, presentes em tais periódicos, encontravam-se entrelaçados ao contexto sócio-político, pois, como afirma Foucault (2007, p. 32), “o enunciado [e o discurso] está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente a enunciados que o precedem e o seguem.” Portanto, a análise do campo discursivo não pode ser orientada apenas para uma realidade física, mas é necessário inseri-lo na esfera social, a fim de torná-lo inteligível, uma vez que o discurso proferido é, de certa forma, parte integrante de uma problemática ideológica dominante à época; ele responde a alguma coisa, refuta, corrobora, enfim, projeta uma visão, uma posição.

Nesse sentido, percebe-se que os discursos presentes nos jornais mencionados se mostram influenciados pela teia social que os circundava, já que, considerando a linguagem numa perspectiva macroscópica, ou seja, numa

⁴² “O crescente distanciamento entre Igreja e Estado produziu o arrefecimento do poder político religioso e a tendente secularização dos vários setores de poder, principalmente pela disseminação de idéias positivistas.” (CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 78).

totalidade, a comunicação deve ser compreendida dentro de sua íntima ligação com determinada situação concreta, seu universo social.

Com o objetivo de afirmar a supremacia do catolicismo no Brasil, a Igreja Católica utilizou a imprensa tanto como recurso produtor de sentidos e identidades quanto como espaço de sustentação de um projeto cultural mais amplo, ou seja, como espaço de sedimentação e legitimação do ideário católico na sociedade brasileira. Pode-se inferir que tal comportamento foi uma manifestação reativa da entidade católica frente à laicização crescente da sociedade e de movimentos considerados subversivos que se mostravam cada vez mais perniciosos à doutrina cristã.

Segundo Gonçalves, M. (2007, p. 2), data de 1890 a primeira expressão da Igreja contrária à situação promovida pelo advento da República. Na Pastoral dos Bispos do Brasil, o então líder dos prelados brasileiros, Dom Antônio Macedo Costa, elencou como uma das principais condições para que se reordenasse institucionalmente o catolicismo no país a difusão da **boa imprensa**.⁴³ Percebe-se, a partir de então, “uma série de tentativas, muitas delas frustradas, para ampliar o número de revistas e de jornais católicos e reafirmar a imprensa como um canal privilegiado a fim de rebater idéias que fugiam aos princípios doutrinários do catolicismo.”

No decorrer do século XX, a Igreja mobilizou a imprensa católica como um dos diversos mecanismos de atuação junto à sociedade para se fazer mais presente em seu interior. Por conseguinte, pode-se caracterizar o jornalismo não somente como um mero veículo de informações, sob a bandeira da imparcialidade e da neutralidade diante dos fatos, mas também como um instrumento propagador e manipulador de interesses e de intervenção na vida social.

2.3 Lar Católico e O Lampadário: periódicos a serviço da Igreja Católica

Apesar de grande parte do jornalismo juiz-forano ter apresentado uma duração efêmera, a cidade se caracterizou pela circulação de diversos periódicos⁴⁴.

⁴³ O termo **boa imprensa** utilizado pelo autor se destinava, na sua concepção, somente aos impressos que abordavam e defendiam a religião católica.

⁴⁴ OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora**. Edição própria, Juiz de Fora, 1981.

A existência de numerosos jornais no município se justificava, mormente pela proximidade de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro, o que assegurava um intenso intercâmbio econômico e cultural entre as respectivas localidades. Tal fato é corroborado por Christo (1994, p. 1) quando esta afirma que “até a década de 20, Juiz de Fora é apontada como o centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais.” Dessa forma, vê-se como a cidade da Zona da Mata mineira era um espaço auspicioso para o engendramento de uma intensa produção cultural.

Segundo Esteves (1915, p. 317), o primeiro semestre de 1870, provavelmente, foi a data de surgimento do primeiro jornal que circulou na cidade. Após o lançamento de **O Constituinte**, sucederam diversas publicações, dentre jornais, periódicos, almanaques e revistas. Entre os jornais, houve aqueles que tiveram uma única edição, outros se apresentaram por mais de um ano, outros ainda se relacionavam a partidos políticos, e alguns eram literários ou humorísticos.

Aproximadamente em meados da década de 1870, observou-se a primeira menção do aparecimento de um jornal católico na cidade, que teve a duração de um ano – **A Luz**, fomentado em reuniões de Grêmios Literários pelos estudantes do Colégio Santa Cruz, do Monsenhor De Las Casas. A partir de então, percebe-se, na cidade, uma intensa produção de jornais religiosos⁴⁵, todavia, neste trabalho, destacaremos dois: **Lar Católico** e **O Lampadário**, por verificarmos que ambos contribuirão, significativamente, para a compreensão do papel da imprensa como propagadora da fé católica no município de Juiz de Fora, uma vez que tais jornais tiveram uma duração mais longa que os demais e um alcance mais profundo e íntimo junto à sociedade local.⁴⁶

Em 1892, é posto em circulação o impresso **Lar Católico**, dirigido pelo Padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café – conhecido como Padre Café, vigário da Matriz de Santo Antônio. Trata-se um jornal bissemanal que passou por diversas interrupções ao longo de sua existência até que saiu das bancas juiz-foranas no ano seguinte. Entretanto, em 1912, teve início sua segunda fase sob a tutela da

⁴⁵ **O Metodista Católico** – 1886, **A Aurora** – 1887, **Lar Católico** – 1892/1ª fase e 1912/2ª fase, **A Cruz** – 1895 (ESTEVES, 1915). **Jornal Espírita** – 1904, **O Paládio** – 1905, **Sacrário Amor** – 1917, **O Lampadário** – 1926 (OLIVEIRA, A. de, 1981).

⁴⁶ Cumpre destacar que o boletim **O Lampadário** encontra-se no Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora 1945-1960, e o impresso **Lar Católico** encontra-se na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, exemplares do período de 1945 a 1950, e na Biblioteca Redentorista, pertencente à Igreja da Glória, exemplares do período de 1950 a 1960.

Congregação do Verbo Divino. Caracterizava-se então como um semanário cultural-religioso que tinha grande penetração entre os católicos de todo o Brasil.⁴⁷ Durante o período estudado, esteve à frente da redação e gerência do **Lar Católico** o Padre Newton Pimenta, pertencente à Sociedade do Verbo Divino.

A Diocese de Juiz de Fora, por meio da iniciativa do bispo Dom Justino José de Sant`Ana, criou, em março de 1926, o semanário **O Lampadário**. Órgão oficial da Igreja de Juiz de Fora, o impresso funcionou durante 42 anos e 10 meses – 1/03/1926 a 5/01/1969 –, sendo extinto pela Comissão de Administração da Arquidiocese e transformado em suplemento do boletim católico semanal **Lar Católico**.⁴⁸ Tal periódico apresentava como subtítulo a inscrição **Pro Deo et Pátria** (Por Deus e pela Pátria), deixando transparecer que a fé católica era um componente essencial do “verdadeiro patriotismo.” (AZZI, 2000, p. 219).

As pesquisas realizadas em ambos os jornais, no período de 1945 a 1960, permitiram perfilá-los como periódicos que traziam, em suas páginas reflexões acerca do papel da religião na vida dos católicos, reportagens sobre temas morais e regras de comportamentos em sociedade e embates que buscavam salientar o papel pernicioso de movimentos ideológicos ameaçadores à Igreja. Além disso, publicavam anúncios diversos e recomendações ou censuras literárias e cinematográficas. O jornal **Lar Católico** apresentava, ainda, uma revista bimensal denominada **Estrelas das Missões**, editada pelos Missionários do Verbo Divino “em prol das Missões sob a égide de St^a. Teresinha do Menino Jesus e protetora das Obras de S. Pedro para a formação do clero indígena.” (AGÊNCIA MISSIONÁRIA S.V.D., 1945, p. 1). Tal suplemento noticiava as diversas missões empregadas pelos sacerdotes ao redor do mundo, a fim de espriar a doutrina da Igreja, catequizar os povos e inculcar-lhes preceitos e valores de acordo com o catolicismo.

Nota-se também que a partir de meados da década de 1950, este jornal inicia a publicação de uma seção feminina, primeiramente denominada **Página Feminina** e posteriormente **Orientação Familiar** – uma vez que os homens cada vez mais compunham a gama de leitores abarcada por tal seção. Integravam estruturalmente essa parte do jornal notícias acerca do comportamento feminino, receitas culinárias, modelos de roupas, orientações de como cuidar das tarefas

⁴⁷ OLIVEIRA, Almir de., 1981, p. 47.

⁴⁸ Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

domésticas e ainda perguntas feitas pelas(os) leitoras(es) respondidas pela redação do jornal, que em sua maioria se tratavam de questões amorosas.

As análises em torno dos discursos veiculados nos periódicos se direcionaram, sobretudo no sentido de investigar registros que abarcassem o tema da educação e religião, entretanto tais análises não deixaram de lado outros temas presentes nos respectivos jornais e que se mostraram relevantes para a contextualização desta pesquisa.

Destaca-se, como um desses temas, as inúmeras publicações que alertavam que a situação crítica na qual se encontrava a sociedade era proveniente de uma vida sem Deus e do abandono da religião católica:

Em todas as Encíclicas dos últimos Papas lemos as mesmas queixas: O mundo está ruim; calamitosos são os tempos. Por que? Por que o mundo está ruim? O tempo atual então, está ruim de todo. Porque abandonou o caminho da verdade. Reina a mentira [...] O mundo abandonou Deus. [...] Não havendo Deus, dele não se tem temor, não há legislador. Em lugar de Deus pôz-se o Eu em suas múltiplas formas; a caridade desapareceu, tomando seu lugar o egoísmo mais cruel e desavergonhado, do qual resultam a anarquia, a revolta, o ódio, a guerra, a destruição. (LEHMANN, 1945, p. 123).

O artigo continua afirmando, ainda, que a família desempenha um papel fundamental na construção de uma “nova” sociedade:

[...] a questão, pois, versa sobre um problema de máxima importância, que é: a volta do indivíduo para Deus. O indivíduo recebe a sua formação psíquica e moral na família. A família sem Deus cria os filhos sem Deus e longe de Deus, forma, portanto, uma sociedade sem Deus. [...] O que se observa no indivíduo na família sem Deus, tem sua repercussão na sociedade, e na vida das nações. Por toda parte muita hipocrisia, muita falsidade, muito orgulho, vaidade e absoluta falta de senso e moral [...] (Ibid.).

Ao preterir Deus em favor do crescente materialismo que se instalava na sociedade, o indivíduo corrompia-se, sucumbindo seus costumes e sua moralidade a um novo estilo de vida, o qual, segundo a Igreja, contribuía para a corrupção e o

desmoronamento da nação. Era preciso, portanto, refazer o caminho para encontrar Deus e a religião católica, pois somente esta poderia salvar a população de seu caos total.

Um ambiente familiar católico também se constituía como um outro importante elemento na construção da sociedade almejada pela Igreja, ladeada pelos bons costumes e pelo fiel seguimento à sua doutrina:

A família é o berço, a célula-mater do indivíduo, da sociedade, da Pátria, da Igreja mesma. Tudo depende da família... Se as famílias: forem realmente cristãs, os indivíduos serão realmente cristãos, a sociedade realmente cristã, e por conseguinte haverá a verdadeira paz e bem social. Se, porém, a família não for cristã verdadeiramente, os seus filhos não poderão ser cristãos de fato [...] (CORRÊA, 1951a, p. 1).

No tocante às famílias, observou-se ainda, por meio das pesquisas nos jornais, que estes traziam, por diversas ocasiões, notícias condenatórias a ideias divorcistas. Afirmavam que: “o divórcio nada mais é que a destruição da família com ares de liberdade dos cônjuges; é a farrá conjugal em forma de lei; é a monstruosidade pairando sobre os lares, com sombra sinistra de corrupção dos sentimentos.” (O DIVÓRCIO, 1946, p. 2). Ainda nesse sentido concebiam o casamento como “indissolúvel pela lei natural, pela lei divino-positiva, pela lei canônica, pela lei civil brasileira, logo o divórcio seria um criminoso atentado à Pátria, contra a Natureza, contra Deus.” (MACEDO, 1952, p. 85).

Outro tópico recorrente nos boletins são matérias que buscavam combater movimentos contrários à ideologia católica que atuavam junto à população. A tônica do discurso girava em torno da consolidação do pensamento de que tais movimentos não só eram perniciosos à Igreja, como também contribuíam de maneira incisiva para a dilaceração da ordem social. Isso fica evidente na notícia exibida pelo jornal **O Lampadário** no ano de 1947:

Dirigimos este nosso apelo aos católicos que, conscientes de suas responsabilidades e agradecidos a Deus pelo precioso dom da fé, assistem com profunda mágua ao crescente desenvolvimento em

nossa Pátria, do protestantismo, espiritismo e outras instituições inimigas da Santa Igreja [...] (COSTA, 1947, p. 3).

Recomendações eram feitas aos leitores no sentido de evitar e combater tais dogmas, como por exemplo, a notícia intitulada “Pode um católico ser maçom? NÃO!” publicada no **O Lampadário**, no ano de 1947, a qual discorreu que:

[...] só o desconhecimento da natureza e dos fins da Maçonaria tem levado pessoas, até católicos, a defender e mesmo a filiar-se à ‘terrível seita anti-cristã’ que é a Maçonaria. A Maçonaria é profundamente anti-cristã: Sua principal finalidade é ‘destruir’ a Religião Católica, instituída por Nosso Senhor Jesus Cristo. Como pôde portanto um católico ligar-se a uma sociedade ‘essencialmente má na sua constituição, nos seus fins,’ no procedimento e na execução dos seus tenebrosos planos? (DNDFM, 1947, p. 2).

Observou-se, ainda, por meio dos exames realizados em tais jornais, reiteradas exortações aos católicos em oposição ao protestantismo, espiritismo e comunismo. É importante chamar a atenção para este último, pois este tema apareceu recorrentemente em ambos os periódicos, sustentando a crença de que tal ideologia era concebida como uma das maiores ameaças às bases da religião católica.

Nessa cruzada contra o pensamento comunista, foram elaborados diversos discursos, a fim de garantir e, até mesmo, ampliar as esferas de atuação da Igreja. Verificou-se um grande empenho no sentido de consolidar, entre os leitores desses boletins, um sentimento de que apenas a religião católica e Deus poderiam salvar a sociedade da “anarquia moral”:

[...] não é possível, portanto, da parte dos católicos, qualquer solidariedade para com um movimento [comunismo] capaz de arrastar o mundo ao bárbaro da pior de todas as diáteses sociais – a anarquia moral [...]. É um desertor e um traidor aquele que dá seu apoio material, seus serviços e seus talentos aos partidos e às forças que negam a Deus, que colocam a violência em lugar da liberdade, que fazem da mentira, da injustiça e da incitação das massas à revolta das armas impossível a paz nacional e internacional [...] (ATEÍSMO..., 1948, p. 416).

Em Juiz de Fora, nota-se que, além da veiculação de notícias contrárias ao comunismo, a Igreja local e também a população católica da cidade se organizavam no intento de combater essa ideologia. Isso fica evidente através da seguinte matéria trazida pelo jornal **Lar Católico**, no ano de 1945:

JUIZ DE FORA — Realizou-se dia 25 de Outubro, em frente ao Edifício da Prefeitura, a Concentração Católica, que veio mais uma vez afirmar a religiosidade de nossa cidade. A Avenida Rio Branco, diante da Prefeitura, estava apinhada, e todos souberam aplaudir com calor os ardorosos oradores que procuraram frisar bem o quanto de mal existe no comunismo. Na sacada do Edifício da Prefeitura, estava instalado o microfone, servindo como locutor o Reverendíssimo Pe. Isnard da Gama. No salão nobre da Prefeitura achavam-se o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, o Sr. Prefeito Municipal, Dr. José Celso Valadares, outras autoridades e numerosas pessoas gradas. Após as oportunas considerações do Revmo. Padre Isnard, falou o Dr. Wilson de Lima Bastos, que soube mostrar o veemente protesto contra o comunismo, sendo entrecortado por aplausos. Logo depois, ocupou o microfone o Revmo. Pe. Francisco Kill, Reitor da Academia de Comércio que, em vibrante discurso, prendeu a atenção do auditório por espaço de 40 minutos, arrancando fortes aplausos da multidão que se comprimia nas ruas. Como Congregado Mariano, seguiu com a palavra o Major Cyro Perdigão, que fez uma brilhante profissão de fé, muito ovacionada por todos. Falou ainda o operário Jair Nascimento que, em palavras simples, mas cheias de uma confiança inabalável, soube ser aplaudido por todos. Antes de dar a bênção do Santíssimo, falou ainda o Sr. Bispo Diocesano, que leu ao final a fórmula de juramento contra o comunismo. Com a bênção do Santíssimo terminou a brilhante Concentração Católica de Juiz de Fora, a nobre cidade dedicada ao valioso Santo Antônio. Que Cristo, lá do alto de seu monumento, continue a abençoar a católica cidade de Juiz de Fora.

Figura 1: Reportagem no jornal **Lar Católico** noticiando manifestações na cidade de Juiz de Fora contra o movimento comunista.

Fonte: PELO BRASIL, 1945, p. 551.

Cabe destacar que as manifestações da ação católica empregada contra o regime comunista, a fim de orientar a população para que ficasse alerta e obstaculizasse sua implantação na teia social, perpassou pelos jornais por todo o período estudado. Ainda nesse sentido, apresentaremos a reportagem presente no jornal **Lar Católico** no início da década de 1960, reafirmando, portanto, a

observação de que esse assunto recebia por parte dos periódicos extrema atenção e cuidado:

Não deve haver ilusões quanto ao comunismo internacional. Seus objetivos, por mais camuflados que se apresentem, visam sempre ao domínio do mundo à subjugação dos povos livres da terra. Esse é o pensamento da Igreja Católica empenhada na cruzada em defesa do princípio espiritual e da conduta moral do homem [...] (SÃO INTEIRAMENTE..., 1960, p. 7).

E conclui o artigo “convocando todos os católicos a que se mantenham vigilantes contra a ação insidiosa do comunismo que não assegura a felicidade do homem e apenas destrói na alma do cidadão, a fé e a esperança cristãs.” (Ibid.).

Para além dessas temáticas, **O Lampadário** e o **Lar Católico** apresentavam, em seus números, seções que abordavam a questão da moralização dos filmes, das leituras e da imprensa: “Católicos, repeli com desprezo o mau jornal, as revistas indecorosas [...] os costumes exóticos que vão arrancando a pureza dos corações e proclamando a hegemonia da matéria plástica sobre a Beleza do Espírito.” (CORRÊA, 1947, p. 1).

No decorrer dos anos estudados, numerosos textos aparecem aconselhando ou desaprovando obras literárias e cinematográficas, que se lançavam cada vez mais no seio da sociedade. Em determinado momento, o **Lar Católico** descortinou uma “tabela de cotações para a classificação moral dos filmes” apresentada pelo Serviço de Informações Cinematográficas da Ação Católica Brasileira, a qual elencava uma série de categorizações e seus respectivos significados, com o intuito de auxiliar os católicos nas “escolhas” dos filmes que pretendiam, melhor dizendo, deveriam assistir ou declinar à sua exibição. Essas classificações se dividiam em: “1) Todos; 2) Adolescentes; 3) Adultos; 4) Adultos com reservas; 5) Prejudicial e 6) Condenado.”⁴⁹

As exortações constantes que aparecem em seguidos exemplares dos boletins com relação à censura ou não de filmes e leituras compõem um quadro de

⁴⁹ SERVIÇO de informações cinematográficas da ação católica brasileira. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 40, p. 7, 05 out. 1958. Biblioteca Redentorista.

ações empreendidas pela Igreja brasileira, a fim de inculcar modos de pensar e agir, contribuindo para a reprodução e consolidação de certo paradigma católico a ser seguido.

Essas recomendações se estendiam, ainda, ao comportamento feminino. O cerne das reportagens residia em um modelo de agir que deveria ser solidificado e cultivado pela mulher. O papel dela na sociedade, veiculado nos boletins, era o de mãe, esposa e educadora. A mulher era a senhora do lar devendo, pois, cuidar deste com zelo e carinho e, quando manifestações oposicionistas se instalavam no intento de minorar tal ortodoxia, a Igreja as concebia como uma tentativa de promover o caos na sociedade, visto que “[...] arrancar a mulher do lar para outra missão na política, na vida pública e em trabalhos incompatíveis com a sua dignidade e recato, é prejudicar-lhe a missão nobilíssima de Mãe e esposa, é uma calamidade [...]” O artigo continua ainda complementando que a missão da mulher na teia social, além de esposa e mãe, era a de “[...] dar e educar os filhos para a Igreja e a pátria. (BRANDÃO, 1948, p. 266).

As preocupações com a educação ficam evidentes nas várias publicações editadas pelos jornais. Não bastava somente educar o corpo; era necessário também educar o espírito e preocupar-se com a formação moral do indivíduo, e, para tanto, o ensino religioso – católico – era uma disciplina indispensável no interior da escola:

A educação, para ser completa, jãmais poderá prescindir da Religião, pois a formação científica, física, estética, cívica e qualquer outra, ou tôdas juntas, só se conseguem educar realmente sôbre o fundamento da moral. Esta, porém, em que se baseará, se lhe faltar a sanção divina, a Autoridade Suprema, da qual dimanam tôdas as demais? Sem Deus não há deveres, não há direitos, há só anarquia. Portanto, a formação religiosa é indispensável. Em nossos dias o teor de vida das famílias é tal que exige da escola – do jardim da infância a universidade – uma colaboração cada vez mais intensa com a Igreja na obra sagrada de educar a infância e a adolescência [...] (EDUCAÇÃO, 1952, p. 1).

A moralização da sociedade estava resignada, portanto, aos cumprimentos do dogma católico, justificando a inserção do ensino religioso no espaço escolar, porquanto se acreditava que “se a escola de hoje estiver corrompida

pela indiferença religiosa, amanhã a sociedade despertará na corrupção.” (SE A ESCOLA..., 1947, p. 552).

Sendo assim “a sociedade que não está fundamentada no respeito e no culto aos direitos de Deus criador, vive sem fundamento estável, e expõe-se ao desmantelamento total.” (MORAES, 1949, p. 5).

A formação religiosa obtida na escola serviria como um complemento àquela que o educando recebera primeiramente no lar por meio dos ensinamentos administrados por seus pais: “os filhos têm o direito de receber dos pais, em primeiro lugar, a formação física, intelectual, moral e religiosa; da escola, um complemento desta formação [...]” (A EDUCAÇÃO religiosa..., 1953, p. 4). Neste sentido, o papel da educação adquirida no ambiente familiar católico desempenhava um importante elemento na construção da sociedade, composta por homens e mulheres honrados, tementes a Deus e servidores da pátria: “os pais com a primeira educação, é que fazem o bom filho, o bom cidadão, o bom cristão [...]” (CORRÊA, 1953, p. 1).

Constantes eram os conselhos direcionados aos pais no sentido de que estes “deveriam meditar seriamente no papel e importância que um colégio desempenha na vida de seu filho.” (SAVINO, 1946, p. 6). A educação leiga era considerada um insulto à formação integral pretendida pelo catolicismo para o alunado, a qual almejava forjar “cidadãos bons, honestos e de vida irrepreensível”, como fica evidenciado pela notícia publicada no jornal **Lar Católico**, em agosto de 1951.

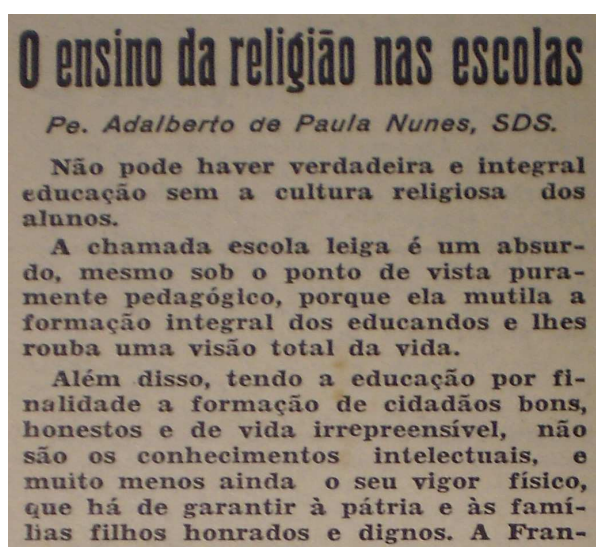


Figura 2: Reportagem no jornal **Lar Católico** advertindo quanto aos males do ensino leigo.
Fonte: NUNES, A. P. 1951, p. 350.

Assinalava-se, portanto, a importância de se ministrar uma educação alicerçada em bases católicas para se promover um ambiente social moralmente sadio, estabelecendo um diálogo constante entre as ações e o cotidiano do indivíduo com os preceitos e valores pregados pelo catolicismo. Ainda nessa perspectiva, cabe destacar que o estabelecimento de tal educação transcendia a meros objetivos instrucionais; sua atuação residia, sobretudo, na inculcação de uma gama de valores e preceitos que deveriam ser introjetados pelos sujeitos. Dessa forma, a presença do ensino religioso, no espaço escolar, consitui-se como uma das mais importantes estratégias empregadas pela Igreja para a construção de uma civilização católica brasileira.

No tocante à professora, esta era vista como uma “outra-mãe, cabendo a ela cuidar dos alunos maternalmente.” (CORRÊA, 1951b, p. 1). Além desse papel, a educadora teria o dever de cumprir uma série de responsabilidades para com a educação das crianças. Isso fica evidente em diversas notícias contidas nos jornais, que não só exortavam o professorado, como também amedrontavam-no caso não efetuasse sua respectiva tarefa: “[...] imensa é a vossa responsabilidade. Imenso o bem que fazeis. Imensa será a vossa glória, se souberdes cumprir os vossos deveres, como imenso seria o vosso castigo eterno, se traisseis a vossa missão.” (Ibid.).

A difusão da doutrina católica se fazia necessária em todas as camadas sociais, e a escola serviria como um lugar ideal para a realização de tal projeto. Propagar e ampliar a influência do catolicismo era o que se almejava, suplantando-se os movimentos heréticos e retomando a moralidade para, com isso, consolidar a supremacia da Igreja no país. Para além da inculcação nos alunos da doutrina católica, o ensino religioso adquiriu a função de servir como instrumento para a edificação de uma determinada ordem social em conformidade com o pensamento da Igreja.

De fato, a investigação dos jornais evidencia a existência de um empreendimento católico no sentido de se configurar uma rede impressa empenhada em explanar: modos de comportamentos e atitudes a serem observados na vida cotidiana; admoestar seus fiéis com relação às leituras deturpadoras do caráter e da moralização; enaltecer o modelo cristão da mulher – esposa e mãe –; inculcar o sentimento de repulsa aos movimentos ideológicos opositoristas à

doutrina da Igreja e; finalmente, afirmar a religião católica como algo indispensável para se alcançar uma boa educação, isto é, uma “educação fundamentada nos princípios da religião de Cristo e impregnada de seu espírito.” (FERNANDES, 1952, p. 84).

A cruzada incitada pela Igreja, a fim de estabelecer uma sociedade afinada aos moldes católicos, apoiou-se nos jornais **Lar Católico** e **O Lampadário**, que foram elaborados com o objetivo de propalar os princípios básicos da religião católica, buscando estender os fundamentos e a influência da Igreja na teia social.

Tais boletins constituíram uma das mais importantes formas de veiculação e sedimentação da doutrina cristã, uma vez que auxiliavam na manutenção da fé lembrando sempre os leitores de seus deveres e direitos, bem como ampliando o poder de atuação do campo religioso no interior da sociedade. Além da utilização de impressos, a entidade católica serviu-se também da educação escolar como um recurso de difusão de seu ideário no interior da sociedade.

Em vista dessas questões, o capítulo seguinte se destinará a discorrer sobre o novo modelo de escolarização implementado no Brasil a partir dos anos finais do século XIX e a criação dos primeiros grupos escolares na cidade de Juiz de Fora, ressaltando que o discurso presente no interior dessas instituições – através de análises das atas das práticas das excursões e dos auditórios dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira – deixa transparecer um caráter doutrinário no sentido não só de instigar a função catequética nas aulas, sobretudo de ensino religioso católico, como também querer consolidar nos alunos determinados hábitos e comportamentos.

CAPÍTULO III

OS GRUPOS ESCOLARES JOSÉ RANGEL E DELFIM MOREIRA E O ENSINO RELIGIOSO

O surgimento dos grupos escolares no Brasil, em consequência ao novo modelo de escolarização que se queria implementar no país, tencionava reorganizar a estrutura da escola sob a bandeira da racionalização com vistas a suprir as necessidades advindas do crescente desenvolvimento urbano e industrial. Assistiu-se, assim, à reordenação administrativa e pedagógica do ambiente escolar primário, instaurando novas metodologias de ensino que nesse caso se fizeram sentir, sobretudo nos relatos das práticas escolares das excursões e dos auditórios dos Grupos José Rangel e Delfim Moreira do município de Juiz de Fora.

Percebe-se que uma das transformações implementadas nesse contexto foi a de adotar, no cotidiano da escola, práticas moralizantes e cívicas que inculcassem nos alunos valores e comportamentos a serem seguidos por eles. Nessa perspectiva, o ensino religioso desempenhou papel fundamental para que se alcançasse tal objetivo, uma vez que buscava consolidar nos educandos o respeito a Deus – lê-se fé católica –, à moral e a constante observação dos costumes cristãos.

Os registros das atividades das excursões e dos auditórios permitiram desvelar partes significativas da identidade e da cultura desses Grupos, deixando transparecer, ainda, que, por trás dessas práticas, havia um projeto maior que extrapolava os muros da escola atendendo não só a interesses educativos, como também a outros objetivos.

3.1 A consolidação de um novo modelo de escolarização: o surgimento dos Grupos Escolares

Descortinar os grupos escolares, dando luz às suas práticas e à sua organicidade, e para, além disso, entendendo-os como uma instituição que detém sua própria cultura, transfigurada para as diferentes representações da teia social,

faz-se necessário, a fim de compreender a complexa estrutura escolar que se propôs através de uma racionalização do ensino sob os auspícios do projeto republicano que se queria implementar no país.⁵⁰

Assim, à escola era destinada a tarefa de formar o cidadão republicano. Atribuía-se “à educação um poder mágico de transformação social.” (SOUZA, 1998, p. 13); o espaço escolar era concebido como o lugar que reiteraria o novo regime o qual ainda se encontrava em fase de concretização, uma vez que “a exigência da alfabetização para a participação política – eleições diretas –, tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano.” (Ibid., p. 27). Transcendendo tal papel, a estrutura escolar abraçaria para si também o dever de inculcar na população novas regras sociais impondo “valores, ritmos e comportamentos adequados” à incipiente realidade escolar (FARIA FILHO, 2000a, p. 11).

Ainda nessa perspectiva, Bencostta (2005, p. 68) afirma que, para os republicanos, era necessário nesse contexto “repensar e esboçar uma escola que atendesse os ideais que propunham construir uma nova nação baseada em pressupostos civilizatórios europeizantes que tinha na escolarização do povo iletrado um de seus pilares de sustentação.”⁵¹ Com efeito, a ordem do dia era a instrução da sociedade com vistas a se alcançar a civilização e a formar bons cidadãos que fossem fiéis à pátria e comprometidos com o regime político vigente no país.

A efetivação de um novo fazer escolar trouxe inúmeras implicações para o ensino primário, diversas inovações foram implementadas e, diante disso, uma nova cultura escolar foi produzida. Nesse movimento, as relações sociais/profissionais e a conseqüente hierarquia exigida por elas sofreram alterações em sua essência. Com o objetivo de atender às necessidades apresentadas pelo novo contexto, novas competências, saberes e identidades foram requeridos. No espaço escolar, observou-se a adoção de novas rotinas, hábitos e deveres não só do corpo docente, como também do discente.

⁵⁰ De acordo com Yazbeck e Silva (2008, p. 182-183), pode-se inferir que os grupos escolares seriam a reunião “em um só prédio de escolas isoladas.” Souza e Faria Filho (2006, p. 24) afirmam ainda que “os grupos escolares constituíram-se numa nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna.”

⁵¹ Segundo Souza (1998, p. 280), a adoção de um novo modelo de escola primária se inspirou nos exemplos de escolarização adivindos, sobretudo de países da Europa e dos Estados Unidos.

Com a implementação dos grupos escolares, percebe-se, no cenário educativo, o surgimento de uma nova configuração pedagógica e administrativa, dando espaço a uma nova cultura escolar, visualizada, aqui, como um “conjunto de **normas** que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de **práticas** que permitem a transmissão destes conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10, grifos da autora), concepção esta complementada ainda pelas contribuições de Viñao Frago (1995, p. 68-69), que define a cultura escolar como:

[...] o conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização: práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar –, objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] –, e modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas.

Infere-se, portanto, que a cultura escolar engloba toda a vida da escola, desde suas concepções teóricas quanto a ação propriamente dita e suas implicações (GONÇALVES, I. A., 2006, p. 21). Tal intento de desvelar a cultura escolar de uma determinada escola abre a possibilidade de compreensão do processo de escolarização de um determinado momento, bem como das relações que se estabeleciam nesse espaço.

As transformações ocorridas no ensino primário proporcionaram um novo tipo de instituição escolar com modificações significativas na organização administrativa e pedagógica, perpassando por toda a dinâmica da escola: a didática, o currículo, a distribuição espacial e temporal. Pretendia-se fabricar uma escola distinta da que se concebia no Império, onde a carestia de edifícios, materiais didáticos e mobiliários e, sobretudo, profissionais qualificados era visível (BENCOSTTA, 2005, p. 69). Aspirava-se, por conseguinte, a um “rompimento definitivo com a escola imperial, tradicional e arcaica.” (FARIA FILHO, 2000a, p. 29).

O projeto modernizador da escolarização que se encontrava em vigor no país tencionava, por intermédio dos grupos escolares, recriar a educação escolar sob a bandeira da racionalização no intento de atender às reivindicações da crescente urbanização e industrialização instalada na sociedade (Ibid., p. 21). Nesse

movimento, a escola primária adquiriu novas concepções e finalidades, o método individual foi substituído pelo ensino simultâneo, assim como o método tradicional cedeu lugar ao método intuitivo⁵², novas temporalidades e espacialidades passaram a ser reclamadas. Assistiu-se, ainda, a uma crescente divisão e hierarquização do trabalho, possibilitando maior vigilância da ação dos professores, que passaram a ser fiscalizados pela figura do diretor e do inspetor, bem como a homogeneização dos alunos, divididos em turmas seriadas e a reorganização administrativa-pedagógica.⁵³ Procurava-se, com essas medidas, criar uma escola de acordo com os ideais republicanos: “positivismo, nacionalismo, liberalismo, laicismo” a fim de ser “utilizada como veículo propagador desses ideais que levavam à busca da modernização e de valores como ordem, progresso, civilidade, civismo, racionalização, hierarquização, higienização.” (GUIMARÃES; GATTI JÚNIOR, 2008, p. 278).

A consolidação racionalizada do tempo e do espaço escolar permitiu a imposição e interiorização de comportamentos por parte dos indivíduos. O novo sistema escolar primário demandou não só a construção de espaços condizentes para o ensino, como também a institucionalização de tempos de aprendizagem que acolhessem às necessidades originadas pelo desenvolvimento social (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20). A ordenação de tais tempos se viu subjugada ao novo método de ensino, ao calendário e aos horários das aulas e à exortação de que o tempo deveria ser aproveitado o máximo possível (SOUZA, 1998, p. 213).

Desse modo, configurar a escola como um elemento essencial para civilizar a população e modernizar a sociedade exigia a constituição de uma nova organização pedagógica racional. A fundação dos grupos escolares veio ao encontro de tais objetivos. Originados no bojo do movimento republicano, tais instituições abarcaram o dever de produzir uma reforma social, difundir a educação popular e inculcar condutas e comportamentos desejáveis à época, a fim de tecer uma cultura

⁵² De acordo com Faria Filho (2007, p. 143), no método intuitivo, é importante a “observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos” e ainda há a “necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar.” Valdamarin (2000, p. 76-77) sinaliza ainda que “o processo de ensino deve desenvolver-se do simples para o complexo, das coisas para os nomes, das idéias para as palavras, ou seja, do que pode ser observado para a abstração.”

⁵³ Ver também Faria Filho (2000a, p. 31-35) e Souza (1998, p. 29-33).

de valores comuns que deveriam ser internalizados pelos sujeitos e institucionalizados pelo Estado.

Concebidos como um dos marcos de ruptura com o regime imperial, os grupos escolares significavam a construção de um futuro em que o povo, atingindo os objetivos da República, se constituísse como cidadãos ordeiros, trabalhadores em busca da modernização da sociedade e servidores da pátria.

A implementação dessa nova modalidade escolar não se deu, porém, com facilidade. As implicações decorrentes da criação de tais instituições se fizeram sentir no interior na população. A dinâmica organizacional pode ser apresentada como um fator importante para a resistência da sociedade. Ao serem fundados, os grupos escolares impõem uma série de regras de sociabilidade, ritmos, tempos e comportamentos a serem seguidos pelos alunos e suas famílias. Outro ponto importante é o fato de que a reunião das escolas isoladas em um só lugar favorecia “o distanciamento da escola da residência dos alunos.” (SOUZA, 1998, p. 51). Bencostta (2005, p. 70) alerta ainda que essa nova forma de escolarização ocasionou “críticas por parte dos professores dos grupos escolares, que foram refratários às mudanças que lhes eram impostas pelas autoridades de ensino que, na maioria dos casos, estavam longe do cotidiano escolar.” Ainda nessa linha de pensamento, Durães e Aguiar (2008, p. 316) afirmam que a reestruturação educacional que impunha “novos horários, diferentes hábitos e posturas [...] teve a sua trajetória delineada por conflitos e resistências por parte da população.”

Institucionalizar uma nova modalidade de escola primária era essencial para a consolidação do regime republicano que se instaurava no país. O reconhecimento da importância da difusão da educação pública como parte de um projeto civilizador que visava superar o atraso e alcançar a modernidade, moralizar os costumes, inculcar valores cívico-patrióticos, preparar o indivíduo para o mercado de trabalho e disciplinar a população fortaleceu-se, mormente com a adoção de um novo modelo escolar concretizado através dos grupos escolares e da nova estrutura administrativa-pedagógica configurada no interior de tais instituições.

Os grupos escolares atrelados a uma nova realidade educacional instituíram-se com vistas a atender as necessidades impostas pelas transformações que se processavam na tecedura social. Nesse aspecto, essas organizações serviriam de sustentáculo para a configuração e legitimação de valores que

deveriam nortear e ordenar a sociedade brasileira, a fim de se assegurar o rompimento com o passado arcaico e obsoleto e ainda alcançar a modernidade e o progresso da nação.

Com efeito, os grupos escolares, adequando-se aos preceitos republicanos, foram concebidos como símbolos da modernidade e da ordem. Essas instituições deveriam simbolizar, para a sociedade, um espaço de formação moral, de caráter e de transmissão de culturas com vistas a contribuir para a construção da identidade da população.

3.2 A instalação dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira no município de Juiz de Fora: as instituições e sua organicidade

Com o advento da República, a escolarização ganhou maior relevância no cenário político-social. Disseminou-se a ideia de que a educação seria um dos pilares para se consolidar o novo regime, integrando o povo à nação e ao mercado de trabalho, moralizando e civilizando as massas, modernizando a sociedade, ordenando os indivíduos e transmitindo valores e costumes a serem observados pelos cidadãos.

Nesse movimento, nas primeiras décadas do século XX, nota-se uma série de modificações na escolarização elementar do país. Estevam de Oliveira⁵⁴, inspetor técnico de ensino, publicou, no ano de 1902, um relatório que apontava as precariedades em que se encontrava a instrução primária mineira, marcada pela baixa frequência de alunos, pela ausência de profissionais qualificados e adequados mobiliários e materiais didáticos, bem como pela carestia de investimentos nesse ramo do ensino.

Embasado nas experiências pedagógicas presenciadas após visitas comissionadas às instituições escolares dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Oliveira E. (1902, p. 4) apresentou seu relatório ao secretário do interior do estado de Minas Gerais, propondo uma reestruturação da escola primária sustentada em dois marcos principais: “fundação da escola” e “formação do professorado.” Para

⁵⁴ “Estevam de Oliveira era inspetor da 7ª Circunscrição Literária, que abrangia os municípios de Juiz de Fora, Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba e Palma.” (GONÇALVES, I. A., 2006, p. 54).

ele, a resolução das mazelas educacionais residiriam não só na criação de “institutos de ensino primário, em que tudo seja previsto, desde a higiene até as menores regras de particularidades pedagógicas”, como também na “preparação de pessoal técnico competente para a execução de um plano lógico traçado de antemão.” (OLIVEIRA, E., 1902, p. 4). Afirmou ainda que era necessário fundar um órgão técnico – a Diretoria da Instrução Pública –, capaz de exercer maior fiscalização sobre o magistério público, atribuindo-lhe caráter mais pedagógico e profissional na tentativa de formar um novo professor. No seu entender, a reforma do ensino deveria buscar implementar uma escola embasada em uma concepção de educação mais ampla articulada sob três eixos norteadores: a formação física, moral e intelectual do homem (Ibid.).

Com relação ao professorado, Oliveira E. (1902, p. 28) advoga a favor de uma formação profissional de qualidade e de melhores condições de trabalho. Salaria também que não era mais responsabilidade do docente fornecer materiais pedagógicos e espaço físico para a realização das atividades escolares, assinalando ser isto um dever do Estado.

O sucesso dessa reorganização do ensino dependia, segundo o autor, da criação de locais que atendessem às necessidades escolares originadas pela adoção desse novo modelo de escola primária. Era necessário, portanto, fundar “institutos coletivos sob o influxo de uma nova compreensão pedagógico-administrativa” os quais buscariam integralizar o ensino, tornando “menos árduos os trabalhos escolares” e organizando as “matérias disciplinares racionalmente.” (Ibid., p. 117-118).

As exortações em torno do novo modelo de escola alertavam ainda para a estruturação interna das instituições escolares. Oliveira, E. (1902, p. 45) destaca, em seu relatório, diversos aspectos a serem observados em tais organizações: primeiramente, salienta a importância da existência de uma hierarquização profissional, na qual o diretor teria o papel de fiscalizar o trabalho docente; outra questão de destaque é a menção que o autor faz da seriação dos alunos, os quais seriam divididos em turmas. O inspetor chama a atenção também para o cuidado que se deveria dispensar ao espaço físico da escola e ao mobiliário adequado à diversidade dos educandos, respeitando sempre os aspectos higiênicos a serem

observados e, finalmente, trata da centralidade que o método intuitivo deveria ter nessa nova concepção de educação.

A Reforma do Ensino Primário no Estado de Minas Gerais, entretanto, só foi implementada no ano de 1906, durante o governo de João Pinheiro, através da Lei nº 439 e pelo Decreto nº 1.960 que regulamentou a Instrução Primária e Normal do estado de Minas Gerais.

As diretrizes apontadas para a reforma da escolarização elementar mineira pretendiam promover modificações significativas nas concepções pedagógicas que perpassavam pela dinâmica escolar, redirecionando o papel social e político da educação (ARAUJO, 2006, p. 239). Nessa perspectiva, os grupos escolares⁵⁵ – como novo modelo de se conceber a escola – resultaram de uma política educacional que buscava suprir os anseios sociais, sendo utilizados pelo Estado como mecanismos que auxiliariam na ruptura com o atraso em busca da modernização da sociedade e da formação do povo brasileiro. Cabe salientar que tal renovação do ensino se destinava, sobretudo, às camadas média e baixa da população, promovendo, como afirma Yazbeck (2009, p. 38), “a educação das crianças pobres, futuros cidadãos construtores da nação.”⁵⁶

A Reforma de 1906 estabelecia, para a instrução primária, a adoção do método intuitivo e prático, tendo por base o sistema simultâneo.⁵⁷ Previam-se também: o reordenamento das disciplinas e dos conteúdos escolares; a concentração de inúmeros alunos em um mesmo edifício-escola; a seriação e a classificação homogênea dos educandos; a hierarquização do trabalho pedagógico; a reestruturação do programa de ensino com vistas a atender os novos objetivos abarcados pelo ensino primário; o comando de cada sala de aula a ser assumido por somente um professor; enfim, uma nova organização administrativo-pedagógica, a qual submeteria os funcionários e alunos a uma nova dinâmica e cultura escolar (GONÇALVES, I. A. 2006, p. 66).

⁵⁵ É importante destacar que, apesar da implantação dos grupos escolares como símbolo de um novo modelo de escolarização, observou-se, em Minas Gerais, a permanência de outros modelos de escolas, como as escolas masculinas e femininas; isoladas e/ou avulsas (DURÃES; AGUIAR, 2008, p. 304).

⁵⁶ Ver também Faria Filho (2000b, p. 37).

⁵⁷ Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p. 25), o sistema simultâneo consistia em dividir “as classes segundo um mesmo nível de conhecimentos e de idade dos alunos, que eram entregues a uma professora, que deveria propor tarefas coletivas. Cada um e todos os alunos teriam que executar uma mesma atividade a um só tempo.”

Com relação à inspeção escolar, a reforma pregava que esta deveria ser realizada por inspetores municipais e distritais e em nível micro pelos diretores de cada instituição. Tais inspetores eram responsáveis pela averiguação do funcionamento das escolas, bem como da regularidade dos trabalhos escolares, devendo registrar as observações em relatórios quinzenais, os quais seriam encaminhados à Secretaria do Interior do Estado e, posteriormente, publicados em órgão oficial. Deveria constar nesses relatórios, além de um panorama da inspeção propriamente dita, o itinerário percorrido, a condição dos edifícios escolares e o conceito “em que os professores são tidos pelos pais de família e outras pessoas gradadas do lugar.” (MINAS GERAIS, 1906, p. 46-48).

A ação fiscalizadora compreendia também os diretores dos grupos escolares, que deveriam disciplinar o corpo docente e discente, informando e esclarecendo, junto ao governo do estado, a situação sobre o funcionamento e as atividades dessas instituições (Ibid., p. 14).

Os relatórios produzidos pelos inspetores e diretores, como afirma Faria Filho (2000a, p. 18), além da conotação legal e disciplinadora, podem ser compreendidos como mecanismos utilizados com vistas a consolidar e legitimar uma nova ordenação dada à instrução pública. Foram eles importantes instrumentos para a produção de uma “nova inteligibilidade da educação escolar mineira.”

À Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais ficava subjugado o funcionamento de tais instituições. Os programas, a metodologia didático-pedagógica, o currículo, a fragmentação e hierarquização do trabalho profissional e as demais questões relativas à organicidade dos grupos estavam sujeitos às determinações advindas desse órgão (YAZBECK, 2009, p. 40).

Os registros das atividades escolares deveriam ser uma prática permanente no interior da instituição. De acordo com o Regulamento da Reforma, o ato de encerramento das matrículas e o início do funcionamento letivo deveriam ser lavrados e assinados pelo inspetor escolar e pelo diretor do grupo (MINAS GERAIS, 1906, p. 24).

Com relação às atas de exames e promoções dos grupos, esses documentos registravam solenidades de aberturas e realização dos exames finais, que eram ministrados logo após o encerramento das aulas (Ibid., p. 28). Tais exames, em sua maioria, eram orais e perpassavam pelas disciplinas exigidas pelo

programa durante o ano letivo, podendo haver, também, provas escritas e práticas. De acordo com o grau de “merecimento”, os alunos eram aprovados com **distinção** – 10 pontos –, **plenamente** – de 6 a 9 pontos – ou **simplesmente** – 5 pontos –, e os que obtivessem média anual inferior a 5 pontos seriam considerados **não preparados** e repetiriam o ano (MINAS GERAIS, 1906, p. 28). Os professores que apresentassem mais de 20 alunos aprovados no final do curso primário receberiam do Governo do Estado um prêmio de 200\$000 para cada aluno (Ibid., 29).

Há, ainda, aqueles registros que ficariam sob responsabilidade das instituições a fim de notificar os eventos solenes ou cotidianos realizados na organização.

Nessa perspectiva, pode-se notar que tal *corpus* documental revela-se um testemunho rico de sentidos sobre a cultura escolar dessas instituições, descortinando sua dinâmica, permitindo a análise da escola para compreender sua organicidade e materialidade que lhe são próprias.

A preocupação de legitimar um novo modelo de escolarização, organizado em moldes racionais, com o intuito de ofertar às classes populares uma formação prática, voltada para o mercado de trabalho, integrava-se ao dinamismo econômico de Juiz de Fora e ao projeto cultural e educacional fomentado pelas elites locais, imprimindo uma nova cultura do ensino escolar (YAZBECK, 2006, p. 265). Ainda de acordo com a autora:

[...] pode-se afirmar que a proposta educacional do estado que se institucionalizou na cidade percebia a escola como um espaço que deixa de ser apenas o local de racionalização do conhecimento para ser reconhecido como instrumento de mudanças, criador de hábitos, voltado para a instrução, formação e profissionalização, mediador entre sujeitos sociais e a sociedade. (Ibid., p. 266).

Nos moldes das diretrizes da Reforma proposta em 1906, observa-se a instalação do primeiro grupo escolar do município de Juiz de Fora em 4 de fevereiro do ano seguinte, através do Decreto nº 1.886.⁵⁸ A relevância da fundação desse grupo escolar fica evidenciada pelas notícias veiculadas nos jornais locais:

⁵⁸ Livro de Instalação dos Grupos Escolares 1907-1911.

Realizou-se hontem, ás 11 horas da manhã, a abertura do grupo escolar desta cidade, sob a direcção do sr. Professor José Rangel. [...] Compareceram muitas famílias e cavalheiros. Attingiu ao numero de 470 a matrícula dos alunos. (GRUPO..., 1907, p. 1).

De muita solenidade revestiu-se hontem, ás 11 horas da manhã, a abertura do Grupo Escolar de Juiz de Fora, o primeiro do estado, organizado, de acordo com o novo plano da instrucção publica mineira, pelo sr. Professor José Rangel, nosso confrade de imprensa [...]. Compareceram á installação do grupo escolar muitas exmas. familias e diversos cavalheiros. A matricula dos alumnos attingiu ao numero de 470. (O GRUPO..., 1907, p. 1).

Poucos meses depois, assiste-se, em 23 de março, à instalação do segundo grupo escolar da cidade⁵⁹, a fim de suprir a insuficiência de vagas do primeiro grupo, visto que o número de crianças em idade escolar na cidade era maior do que se podia atender:⁶⁰

O Presidente do Estado de Minas Geraes [...] considerando que o numero de creanças em idade escolar, na cidade de Juiz de Fóra, é superior ao que se acha acactualmente matriculado no primeiro grupo daquela cidade; considerando que por ser necessario diffundir o ensino, conforme os novos methodos, póde, no mesmo predio, funcionar com outros professores mais um grupo, estabelecido para este um horario conveniente, aproveitando-se o mesmo mobiliario e material que já existem; resolve crear na referida cidade de Juiz de Fóra um segundo grupo escolar, que funcionará no mesmo predio em que se acha o primeiro, tendo professores diferentes e com horario das 12 ás 4 horas da tarde, ficando o primeiro grupo com o horario das 7 ás 11 da manhã. (MINAS GERAIS, 1907, p. 1).

O espaço destinado para abrigar tais instituições era o denominado Palacete de Santa Mafalda, localizado no centro da cidade e mais tarde alcunhado de Grupos Centrais.⁶¹ O edifício-escola abrigava ambos os grupos, que funcionavam em turnos distintos, acarretando expressivas modificações tanto nos horários das

⁵⁹ Criado pelo Decreto nº 1.986, de 1907 (MINAS GERAES: ORGÃO OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO, 25/26 DE FEVEREIRO DE 1907, p. 1).

⁶⁰ A denominação do primeiro grupo escolar de Grupo José Rangel e do segundo grupo escolar de Grupo Delfim Moreira deu-se apenas em 1915 (LIVRO DE ATAS DE EXAMES E PROMOÇÕES, TERMOS DE INSTALAÇÃO E TERMOS DE VISITAS 1907-1924).

⁶¹ Segundo Yazbeck (2006. p. 266), “ambos [os Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira] funcionavam no mesmo prédio, oferecido ao imperador Pedro II que, ao recusá-lo, aconselhou destiná-lo para abrigo de doentes ou para uma escola.”

aulas⁶² como nos hábitos familiares, gerando, assim, um grande descontentamento no interior da população, fato que pode ser observado através de críticas postadas nos jornais do município.⁶³

Não merece elogios a resolução do sr. dr. Carvalho de Britto fazendo funcionar o segundo grupo no mesmo prédio em que já está o primeiro. A hora de entrada para os alumnos do primeiro grupo, 7 da manhã não nos parece aceitável. As aulas terminarão às 11, e nesse tempo ha de haver pelo menos uma hora para as crianças almoçarem. Tudo isto quer dizer em poucas palavras: dificuldades sobre dificuldades para os paes pobres, que ou terão de levar á escola a refeição para os filhos, ou estes a terão de trazer de casa. A resolução, é bem de ver, não podia causar boa impressão, porque não só altera profundamente habitos de vida, uma vez que o novo horário obrigará os professores, desde que não queiram almoçar de madrugada, ao almoço á fidalga, por volta de meio dia, como ainda prejudica o ensino de um novo modo extraordinario. O segundo grupo, funcionando do meio dia ás 4, é outro erro; nem se comprehende como ao jovem e digno secretario occorra tal idéia, que mais ou menos causa certa balburdia, além dos inconvenientes de irem as creanças para a escola na hora de mais calor, quando o sol castiga bastante o edificio... Attenda o jovem secretario a estas nossas considerações, que reflectem, exclusivamente, o sentir do povo, que recebeu mal, muito mal, a noticia do modo por que vão funcionar os dois grupos, e fazendo-o (creia-o s. exc.) não andará senão perfeitamente. Demais, o sr. dr. Carvalho Britto deve saber que quem escreve estas linhas não faz jornalismo senão por conta do povo. (S. ITA, 1907, p. 1).

A idealizada renovação pedagógica, com vistas a reordenar a escola primária por meio da estipulação de novos horários e comportamentos sociais, trilhou seu caminho em meio a conflitos e resistências por parte dos sujeitos envolvidos nesse empreendimento.

Tais observações revelam que o projeto modernizador da educação propugnado pelos republicanos, muitas vezes, iam de encontro aos interesses da

⁶² De acordo com Mourão (1962, p. 99-105), a Reforma de 1906 preconizava como horário de funcionamento dos grupos escolares e escolas isoladas, o período de 10 h às 14 horas, expediente que se coadunava com os costumes da época, de se almoçar às 9 horas da manhã e jantar por volta da 16 horas.

⁶³ O jornal Correio da Tarde também publicou nas edições referentes ao dia 19 de janeiro de 1907 e 8 de março de 1907 artigos que criticavam a instalação do segundo grupo escolar na cidade de Juiz de Fora.

população, ocasionando divergências e impondo hábitos e costumes distintos dos que até então eram consumados pelos diferentes sujeitos sociais.

No entanto, apesar de terem sido alvo de críticas, as trajetórias dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira deixam transparecer que essas instituições consolidaram, no cenário educacional de Juiz de Fora, um novo ordenamento escolar destinado a institucionalizar saberes elementares, transmitir valores cívico-patrióticos e consolidar, nas gerações seguintes, princípios morais com o auxílio, sobretudo, da religião. Nesse sentido, o próximo tópico buscou apontar o ensino religioso no interior dessas organizações através das análises das atas das práticas educativas das excursões e dos auditórios.

3.3 A educação como propagadora da fé: o ensino religioso no interior dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira revelado através das práticas educativas das excursões e dos auditórios

Passados os primeiros impactos originados pela instalação dos grupos escolares, a década de 1920 revela-se rica no sentido de fomentar uma série de debates e questionamentos político-sociais. Nessa época, observa-se à expansão da classe média e ao crescimento do operariado cujos membros reivindicavam para si melhores condições de vida e maior participação política.

Nesse período, nota-se, segundo Peixoto (1983, p. 71), “um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, chamando a atenção para os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização”, estimulando inúmeras reformas educacionais em alguns estados e no Distrito Federal.⁶⁴ Era preciso reorganizar o sistema educativo para atender às novas exigências no tocante à formação de profissionais qualificados os quais se adaptassem ao novo mercado de trabalho que se descortinava naquela época.

Sob o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Campos – então Secretário do Interior – implementa, em Minas Gerais, a Reforma do Ensino

⁶⁴ Reformas educacionais nos estados de São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal.

Primário e Normal em 1927/1928⁶⁵, sustentada pela crença de que a escola deveria “oferecer ao indivíduo as condições para o exercício da cidadania [...] aperfeiçoando-lhe o amor à ordem, o respeito às leis, os princípios de honra, de dignidade e de patriotismo.” (PEIXOTO, 1983, p. 64). Nesse movimento, o aparelho escolar adquire um caráter de reconstrução social, capaz de firmar uma nação democrática e harmoniosa, moldando as novas gerações de acordo com os valores e hábitos desejáveis para a sociedade que se pretendia consolidar.

A remodelação da escola primária mineira elencou uma série de novos métodos e práticas de ensino. As excursões e auditórios escolares ganharam grande relevância na época, visto que permitiriam uma prática formativa que extrapolaria a sala de aula e os muros da escola, valorizando os aspectos didáticos e socializadores dessas atividades.

Para além de recursos pedagógicos, instrumentos de socialização e testemunhos de parte do cotidiano escolar, tais práticas podem ser compreendidas como produtoras de sentidos e identidades, e que por meio delas se procurou sedimentar o processo de inserção e legitimação do ideário católico na escola pública.

Nesse sentido, a investigação apoiou-se nos Livros de atas de registros das excursões do Grupo Escolar José Rangel 1948-1958 e 1958-1960, nos Livros de atas de registros dos auditórios dos Grupos Escolares Delfim Moreira 1946-1947 e José Rangel 1945-1947 e 1953-1960, bem como nos Livros de atas das Reuniões de Leitura⁶⁶ dos Grupos Centrais 1931-1937 e 1956-1961 e Livros de registros das Reuniões de Leitura do Grupo Escolar José Rangel 1943-1948, encontrados no acervo dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora. A pesquisa recorreu, também, ao Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, sobre o Regulamento do Ensino Primário e ao Decreto nº 8.094, de 22 de dezembro de 1927, sobre os Programas do Ensino Primário, ambos da Reforma do Ensino Primário e Normal de Minas Gerais de 1927/1928, além de referenciais bibliográficos referente ao tema.

⁶⁵ A escola deveria passar por uma ampla reforma que abrangesse não somente o Ensino Primário, mas também o Ensino Normal, para que este capacitasse os professores segundo os métodos educacionais adotados pela Reforma.

⁶⁶ Segundo a Reforma, as Reuniões de Leitura seriam um espaço constante de atualização do professorado dos Grupos. Esses encontros deveriam ocorrer por duas horas semanais e as docentes realizariam leituras pertinentes ao método de ensino e discutiriam “outras matérias indispensáveis à cultura magisterial.” Tais eventos deveriam contar, ainda, com a presença do corpo administrativo das escolas (MINAS GERAIS, 1927a, p. 1160).

Cabe ressaltar que o recorte temporal adotado nesta investigação se viu atrelado às limitações impostas pelas fontes encontradas no acervo consultado, não sendo possível localizar outros registros que não os já citados. Sabe-se, porém, que, por meio de outras fontes desse acervo, há indícios claros da ocorrência frequente desses eventos nas escolas estudadas.⁶⁷

Os registros, nas atas, das práticas escolares das excursões e dos auditórios revelaram parte da dinâmica educacional dessas instituições, tornando-se importantes elementos para a compreensão dos aspectos socioculturais que envolveram o cotidiano desses grupos escolares. Com a proposta de reorganização da instrução pública mineira, várias frentes foram abertas no sentido de sustentar novos métodos e práticas de ensino, enfatizando a importância dessas práticas no processo de aprendizagem do aluno. No Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, que aprovou o Regulamento do Ensino Primário, observa-se a seguinte exortação:

Os professores promoverão, sempre que possível, **excursões escolares, como meio de educação e de ensino**, os directores das escolas reunidas e de grupos, auxiliados pelos respectivos professores, bem como os professores das escolas singulares, estudarão, as respectivas sédes e organização para os seus estabelecimentos um **programma de excursões** para os alumnos de cada anno do curso. (MINAS GERAIS, 1927a, p. 1232, grifo nosso).

Já no Decreto nº 8.094, 22 de dezembro de 1927, que aprovou os Programas do Ensino Primário, aponta-se, no trecho que se refere às práticas escolares, as finalidades das excursões:

As excursões aos varios pontos da séde escolar trazem preciosos subsidios ao ensino das materias do programma. Constituem ellas um excelente exercicio physico e **fazem entrar pelos olhos o dever de cooperar para o bem publico**. Offerecem optimos assumptos para composições e facultam, com conhecimento de novas cousas, a

⁶⁷ Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais de 1931-1937.

ampliação do vocabulário. É onde melhor se pode compreender as sciencias physicas e naturaes, é onde melhor se faz a inciação no estudo da geographia. Ellas despertam o sentimento do passado, essencial à compreensão da historia, fazendo ver os velhos monumentos locaes, as ruas e estradas mais antigas, os logares onde viveram os nossos maiores, os beneficios que nos legaram. (MINAS GERAIS, 1927b, p. 1751, grifo nosso).

O texto legal apresentado chama a atenção para as excursões como um importante recurso pedagógico, cuja prática na escola deveria ser “permanente e metódica.” (MINAS GERAIS, 1927b, p. 1755). O desenvolvimento de tais atividades deveria ser antecedido de um programa adaptado às mesmas. De acordo com a legislação, as excursões, como instrumento pedagógico, não poderiam ser entendidas simplesmente como eventos recreativos, mas deveriam assumir o papel de uma prática através da qual os alunos investigassem, ativamente, conceitos científicos e curiosidades diversas (Ibid., p. 1757).

Observa-se, pela leitura da lei, que tal prática ganhara evidência não apenas por possibilitar o desenvolvimento da capacidade de observação dos alunos, mas, sobretudo, por preparar a criança para o bom convívio em sociedade, caracterizando-se, por conseguinte, como uma atividade escolar moralizadora, tornando-se “um influxo capaz de imprimir no espírito [dos alunos] o sentimento de responsabilidade pelos seus deveres na agremiação social a que pertencem.” (Ibid., p. 1756). Percebe-se, portanto, na Reforma, uma preocupação diretiva atribuída ao processo educativo. Nesse sentido, pode-se alegar que a escola seria o espaço destinado a inculcar no educando princípios que o formassem física e moralmente, a fim de torná-lo um cidadão pacífico e ordeiro.

Com relação à prática dos auditórios, a Reforma do ensino mineira, através do Decreto nº 7.970-A, convencionou que esses eventos deveriam ser horas quinzenalmente destinadas a cantos e audições musicais, exposições e palestras e que reuniriam integrantes do corpo administrativo, docentes e discentes, além dos familiares destes, quando convidados (MINAS GERAIS, 1927a, p. 1202). De acordo com o Livro de registros das Reuniões de Leitura do Grupo Escolar José Rangel, de 14 de outubro de 1944, o auditório “não é festa e sim um meio de educar a criança, assim como são todas as outras atividades, podendo, entretanto, fazer algumas vezes auditórios festivos.”

Dessa forma, percebe-se que tanto a lei quanto a concepção didático-pedagógica adotada pelos grupos concebiam os auditórios como eventos promotores de hábitos socializantes e educativos. Além disso, não só a prática dos auditórios, como também a das excursões eram percebidas como um recurso pedagógico capaz de tornar menos cansativo o processo de ensino-aprendizagem (FARIA FILHO, 2000b, p. 39).

A remodelação escolar implementada pela Reforma mineira quase não sofreu alterações em termos legais. No período entre sua instituição até meados da década de 1940, poucos decretos foram outorgados a fim de reforçar o projeto de nacionalização do governo de Getúlio Vargas⁶⁸, entretanto, pouco contribuíram para a modificação das práticas escolares, sustentando uma cultura escolar voltada, mormente, para os aspectos disciplinadores e moralizadores da prática pedagógica.

Tal dimensão moralizadora se viu auxiliada pela adoção da temática religiosa nas práticas escolares das excursões e dos auditórios. Com efeito, cabe afirmar que, em 1928, a Igreja já havia concretizado, parte de seu projeto político-cultural, conseguindo a reintrodução, em Minas Gerais, do ensino religioso no horário escolar, nas instituições educativas mantidas e subvencionadas pelo estado, através da publicação do Decreto nº 1.092 (PEIXOTO, 2000, p. 91). Poucos anos depois, em 1931, Francisco Campos, na época, quando estava à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, reintroduz a instrução religiosa, em caráter facultativo, em todas as escolas públicas oficiais do país, por meio do Decreto nº 19.941.

Em Juiz de Fora, a adoção do ensino religioso no currículo das escolas públicas fica evidenciado através do registro no boletim **O Lampadário**, de 1932:

Com vivo interesse iniciou-se no vigente ano nos grupos escolares e demais casas de formação desta cidade o ensino religioso, que em tão boa hora ingressou nas escolas públicas do estado, por um luminoso decreto do governo mineiro, e hoje, integrado no programa didático disciplinar das escolas públicas oficiais da União [...] (PELO ENSINO, 1932, p. 2).

⁶⁸ KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 347-370.

Nesse sentido, as manifestações religiosas que aconteciam no cotidiano dos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira, serão analisadas nos subitens seguintes, destacando, principalmente, as práticas escolares – excursões e auditórios, alvos deste trabalho – que contribuíam para a divulgação da doutrina cristã. Além disso, tais tópicos dissertam sobre os papéis que essas atividades desempenhavam no currículo escolar, sendo concebidas pelas educadoras como recursos pedagógicos essenciais no processo de aprendizagem do aluno.

3.3.1 As práticas das excursões

De acordo com a literatura e os autores utilizados recorrentemente pelas professoras dos Grupos José Rangel e Delfim Moreira⁶⁹, entre os quais podemos citar Aguayo (1963, p. 176), havia:

[...] muitos tipos de excursões escolares. Algumas delas se põem a serviço de uma disciplina ou de um assunto ou objetivo determinado. Há também excursões cujo fim é orientar os alunos na seleção de um assunto ou recolher material para uma série de observações.

Ainda, segundo o autor, as excursões deveriam ser organizadas antecipadamente pelo professor, que precisaria conhecer e estudar o local a ser visitado (AGUAYO, 1963, p. 176).

Através dos registros de Reuniões de Leituras realizadas nos estabelecimentos escolares em estudo, observa-se a relevância dada pelo corpo administrativo e pelas docentes à realização da prática das excursões, a qual era considerada fundamental para a aprendizagem do aluno, reconhecendo-a como um importante instrumento didático e educativo.⁷⁰

⁶⁹ Segundo Yazbeck (2009, p. 40), as professoras dos grupos usavam obras de Claparède, Decroly, Jules Payot, João Toledo, Brant Horta, Guerino Casassanta, Aguayo, Faria de Vasconcelos, dentre outros.

⁷⁰ Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais 1956-1961.

Foram verificados no período estudado, entre 1945 e 1960, 145 registros de excursões realizadas pelo Grupo José Rangel. Pode-se afirmar que, de acordo com os registros, ocorriam, em média, 12 excursões a cada ano, distribuídas por todas as séries do grupo.

Assim, desse universo de 145 registros, 59% (85 excursões) apresentaram como objetivo principal ampliar e complementar os conteúdos do programa que eram abordados em sala de aula – História, Geografia, Ciências, Português⁷¹. Há também registros de excursões internas – aquelas que eram realizadas dentro do próprio grupo, voltadas, especialmente, para os alunos que ingressavam na primeira série da escola – representando cerca de 10% (15 excursões) do total analisado. Durante essas atividades, as educadoras levavam os alunos às diversas dependências do grupo, para que eles pudessem conhecer o espaço escolar. Algumas dessas excursões abarcavam questões sobre higiene, hábitos alimentares e outros aspectos relacionados à cultura escolar. Além dessas, nota-se que 23% (33 excursões) dos registros encontrados tinham como temática central a religião. Um número significativo desses apontamentos eram realizados nas Igrejas do centro da cidade, para que os alunos assistissem à missa e/ou rezassem o terço. Por fim, do total de registros pesquisados, percebe-se, ainda, a ocorrência de algumas excursões voltadas apenas para fins recreativos ou passeios pela cidade, representando um percentual de 8% (12 excursões) do universo estudado.

Outro aspecto importante é o fato de que as excursões que apresentavam como temática central o conteúdo do programa – 85 excursões, 59% do total –, enfocavam, de modo secundário, outras temáticas relativas ao civismo, à religião e à sociabilidade. Observou-se, por meio dos registros, que mais da metade das 85 excursões realizadas, aproximadamente 57% abarcavam aspectos relacionados à sociabilidade dos alunos. Esses elementos atitudinais eram entendidos como um conjunto de regras e preceitos afirmados pela sociedade, com o objetivo de regulamentar comportamentos que deveriam ser praticados e respeitados pelo

⁷¹ Não foram encontrados registros de excursões que abordavam outros conteúdos além destes. De acordo com o Decreto nº 8.094, o programa de ensino do curso primário abrangia as seguintes disciplinas: Português: leitura, escrita, língua pátria, exercícios de redação; Matemática: aritmética, geometria, desenho; Noções de Coisas; Geografia; História do Brasil; Ciências Naturais; Higiene; Instrução Moral; Instrução Cívica; Canto; Exercícios Físicos e Trabalhos Manuais (MINAS GERAIS, 1927b).

sujeito tanto nos espaços públicos quanto nos privados (CUNHA, M. T., 2006, p. 352).

Nessa perspectiva, as educadoras buscavam inculcar nos alunos bons hábitos para se viver em sociedade. Cita-se, como exemplo, o relatório da excursão, que tinha como cerne da atividade a comemoração do centenário de Juiz de Fora, realizada no dia 26 de junho de 1950, pela classe da 3ª série, regida pela professora Ilka Ladeira Halfeld, que trazia como objetivos:

Objetivo geral: ampliar os conhecimentos, através das palestras, realizadas por ocasião das comemorações do Centenário de Juiz de Fora. **Objetivo de educação: Desenvolver nas crianças bons hábitos, para bem viver em sociedade; a) observar o tom de voz que devemos ter quando estamos na rua; b) delicadeza com os colegas, de um modo especial com as pessoas idosas; c) cumprimentos delicados as superiores e pessoas que nos rodeiam.** Objetivos de ensino: Enriquecer o vocabulário infantil. Estimular a criança para saber apreciar e cooperar em tudo que se refere a sua terra natal [...] (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DAS EXCURSÕES DE 1948 A 1958, 26 DE JUNHO DE 1950, grifo nosso).

Outro exemplo ilustrativo que denota o caráter moralizador dessas atividades escolares pode ser observado no relato a seguir:

[...] antes de sairmos, fiz-lhes às recomendações sobre o procedimento na rua e a obediência que deveriam prestar às minhas ordens, treinando-os moralmente. [...] ao chegarmos no alto do Môrro do Cristo, rezámos primeiro; logo após dirigimo-nos para a grade e observámos o traçado das ruas e os monumentos principais [...] após a explicação dei-lhes liberdade para merendarem e balançarem nos balanços fazendo com que eles tivessem noção de respeito pelos objetos alheios, cordialidade e educação. Notei que as mais abastadas repartiram com muito boa vontade a merenda com os menos favorecidos. Ao regressarmos, deixei os meninos nadarem num riacho sob a minha vigilância e as meninas se retiraram para pôr os pés nas águas mais abaixo [...] (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DAS EXCURSÕES DE 1948 A 1958, 22 DE NOVEMBRO DE 1954).

Um aspecto a ser destacado na citação anterior é que a prática da reza, mesmo não sendo objetivo central da excursão, estava presente no desenvolvimento da atividade. Esse fato pôde ser observado na maioria dos registros desses eventos, o que sinaliza a hipótese de que exprimir orações era algo naturalizado nas práticas realizadas pelas professoras do grupo. Soma-se a isso, a elucubração de que tais rezas deveriam pertencer ao credo católico – uma vez que os registros dessas atividades de cunho religioso eram todos católicos – deixando transparecer que os possíveis alunos de outros credos se viam destinados a assistir práticas de uma crença que não era a sua.

Alguns registros denotam também a preocupação que se tinha com a disciplina dos alunos. No início das excursões, as crianças se posicionavam em fila de dois em dois, com a finalidade de manter a ordem ao saírem de sala, por exemplo, a excursão realizada pela professora Carmen Vidal Ferreira:

Depois de uma palestra em classe com os alunos sobre a finalidade dessa excursão e a maneira de procederem tanto na rua como no local escolhido para a excursão, determinei que fosse feita a forma para a saída que se deu às 9 horas. Compareceram 36 alunos e todos se achavam alegres e dispostos. Durante o trajeto, as crianças demonstraram muito interesse pelas explicações recebidas [...] (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DAS EXCURSÕES DE 1948 A 1958, 25 DE MAIO DE 1951).

Ainda com relação aos 59% do universo das 145 excursões analisadas, aproximadamente 16% abordavam secundariamente a questão do civismo, visando sedimentar uma identidade nacional. Em tais eventos, recorrentes em sua maioria no mês de agosto, devido à comemoração do Dia do Soldado, as professoras mostravam aos alunos o “dever e a veneração” que deveriam ter para com a pátria. Ilustra bem esse tema o relatório da excursão realizada no dia 23 de agosto de 1956, tendo como roteiro as praças Antônio Carlos e Riachuelo, onde os discentes observariam, respectivamente, o busto “do maior soldado brasileiro – Caxias” e o monumento erguido ao soldado brasileiro. Essa excursão apresentou como objetivo central a História do Brasil buscando “despertar nas crianças a curiosidade pelas coisas do passado, incentivando-lhes o sentimento de brasilidade”; além de procurar

“desenvolver o sentimento de amor à Pátria; fortalecer as atitudes e os ideais de civismo e de moralidade e despertar na criança o cumprimento do dever”:

[...] lá chegando, lemos as inscrições para os alunos, explicando o significado das palavras das mesmas. A seguir, um aluno da professora Elza Fortuna leu uma biografia de Caxias, dando ao término da leitura da mesma, um Viva Caxias! Saímos dali [...] afim de prestamos nossa homenagem ao Soldado Brasileiro que derramou seu sangue em defesa da pátria. Ali notamos que as crianças sentiram verdadeiro amor à pátria e o mais puro sentimento do dever cumprido, ao ouvirem algumas palavras da professora Nair sobre o pracinha brasileiro que tão bem soube honrar o nome de sua pátria derramando seu sangue nos campos de batalha. Depois um outro aluno fez uma saudação ao soldado brasileiro na pessoa de Caxias oferecendo-lhe flores em nome de todas as crianças do Grupo José Rangel. Voltámos ao Grupo, passando pela rua Santo Antônio, e antes de lá chegarmos, fizémos uma visita à Jesús Sacramentado, na Catedral, onde rezámos e cantámos dois hinos à Nossa Senhora e ao Coração de Jesús. (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DAS EXCURSÕES DE 1948 A 1958, 23 DE AGOSTO DE 1956).

A ata anterior revela que, além de abordar temas cívicos, a excursão abrangeu a questão religiosa, reiterando a hipótese levantada anteriormente, ou seja, a de que a reza católica era uma atividade naturalizada nas práticas escolares do grupo. A abordagem do civismo e da religião, como temáticas secundárias, aparece em 27% das 85 excursões referidas no primeiro percentual. Nestas, o ensino religioso procurava não somente incutir nos alunos a doutrina católica, mas também trabalhar a formação moral da criança, contribuindo para a consolidação de um indivíduo disciplinado e ordeiro, reforçando, com isso, o caráter de socialização dessa ação pedagógica. Esse enfoque, em geral, era dado ao final das excursões, quando as professoras levavam os alunos às Igrejas da cidade para rezar.

Somam-se a essas, as excursões que tinham como temática primária a religião, representando o percentual de 23% apontado anteriormente – 33 das 145 excursões apresentavam a questão religiosa como objetivo final da atividade. Nesses eventos, as professoras levavam os alunos para participar da missa, a fim de que pudessem compreender suas partes principais “Ofertório, Consagração e Comunhão”, conhecer um pouco sobre os artefatos e objetos existentes na Igreja,

ou apenas para rezar o terço. Os registros deixam transparecer que, do total das excursões realizadas abordando esse tema, 76% delas abarcavam a questão do bom comportamento, como por exemplo, a excursão realizada no dia 22 de junho de 1952, pela classe de 1ª série, da professora Maria Auxiliadora Magalhães Gomes:

Relatório da excursão realizada pela 1 série. Local – Catedral de Juiz de Fora. Motivação – Instrução religiosa. Estudo feito em classe sobre a Santa Missa e suas principais partes. Objetivo – Obter a assitência fiel à Santa Missa, cumprindo o primeiro mandamento da Santa Madre Igreja; conseguir atitude respeitosa e devota na Casa de Deus. A classe assistiu a Santa Missa [...] no decorrer da cerimônia os alunos puderam destacar as três principais partes do Santo Sacrifício. [...] Notei, nesta oportunidade, que as crianças se portaram com muito respeito e devoção no templo do Senhor [...]. Ao sairmos da Catedral, reuni as crianças e falei novamente sobre o Santo Sacrifício e suas principais partes: Ofertório, Consagração e Comunhão. Falei também sobre o respeito que se deve ter pelas cousas sagradas. A excursão durou uma hora. Quanto à disciplina, devo afirmar que as crianças se portaram muito bem durante todo o tempo [...] (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DAS EXCURSÕES DE 1948 A 1958, 22 DE JUNHO DE 1952).

Verifica-se, no recorte apresentado, que a educação religiosa e os conteúdos abrangidos por ela eram trabalhados em sala de aula no horário regular, o que denota a valorização desse ensino no currículo do grupo. Outro aspecto relevante que merece destaque diz respeito às excursões realizadas no ano de 1960: das 18 excursões ocorridas naquele ano, 9 abordavam o ensino religioso. Tal incidência pode ser explicada pelo fato de que, nesse período, realizou-se, no grupo, uma “Exposição Catequética”, com o objetivo de doutrinar as crianças de acordo com o catolicismo. Esse evento consistia na exposição de quadros e gravuras confeccionados pelos alunos, os quais retratavam a vida de Jesus Cristo, bem como miniaturas de objetos que eram utilizados durante a realização da missa.⁷²

Cabe salientar que, nos registros, observou-se também a presença de determinadas excursões religiosas cuja intenção era inculcar nos alunos a concepção de que correntes ideológicas e/ou doutrinárias conflitantes com o

⁷² De acordo com os registros encontrados, não foi possível identificar elementos explicativos que justificassem a ocorrência desta Exposição Catequética naquele ano. Foram encontrados também registros desse evento no ano de 1955, porém numa dimensão pouco significativa.

catolicismo – sobretudo, o comunismo, o espiritismo, a maçonaria e o protestantismo – eram um desrespeito à Igreja e a seus respectivos preceitos, e que por esse motivo deveriam ser combatidas de forma veemente. Ilustra tal fato a excursão relatada a seguir:

[...] Lá chegando após ter feito com as crianças, com o maior respeito possível, a genuflexão dupla, cada uma tomou o seu lugar. Depois fiz com eles a visita ao Santíssimo e rezei o terço intercalado por cânticos Eucarísticos. A adoração foi feita durante 30 minutos. **Rezei também com as crianças, a oração pela conversão dos espíritas e comunistas [...]** (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DAS EXCURSÕES DE 1948 A 1958, 2 DE JUNHO DE 1960, grifo nosso).

Buscava-se, assim, defender um sistema de valores que privilegiava, enfaticamente, a família, o trabalho e a tradição, compreendendo as desigualdades sociais dentro de uma ordem natural que precisaria ser respeitada. Essa ordem estava ligada “à estabilidade da sociedade fortemente estruturada por imagens paternas e familiares”, contrapondo-se, frontalmente, ao sistema comunista (COUTROT, 2003, p. 337). Observa-se, por conseguinte, que essas práticas traziam, em seu bojo, a finalidade de “construir sua identidade e reconduzir a sociedade brasileira para dentro do espírito católico, com isso continuar produzindo através da identidade religiosa regulada, um cidadão católico.” (PASSOS, 2002, p. 184).

Assim, mesmo que numericamente as excursões de caráter religioso – leia-se católico – não tivessem sido a maioria, percebeu-se que manifestações católicas eram proferidas de forma naturalizadas na maior parte desses eventos pedagógicos no intento de inculcar valores morais e propagar a doutrina cristã.

3.3.2 Os auditórios como recurso pedagógico

As práticas dos auditórios ocorriam de acordo com recomendações e sugestões do departamento de educação, do inspetor de ensino, da direção e, até

mesmo, do professorado. Os conteúdos desses eventos passavam por diferentes temáticas: política e socialização; higiene; religião; meio ambiente; importância da família e da escola; civismo; aniversário do Grupo ou de algum funcionário da instituição e homenagens a pessoas ilustres (MELO; PERANTONI, 2007, p. 5).

O Decreto nº 8.094/1927, que aprovou os Programas do Ensino Primário, no item **Festas Escolares**, adverte a realização de auditórios para comemorar determinadas datas, bem como quais elementos deveriam complementar essas festividades. A legislação prevê que tais datas seriam o dia da entrega dos diplomas aos alunos dos Grupos, evento a ser realizado no primeiro domingo ou feriado após os exames; o Dia da Árvore – comemorado em 21 de setembro –; o Dia da Bandeira – em 19 de novembro – e, por fim, o Dia das Mães – primeira quarta-feira do mês de maio (MINAS GERAIS, 1927b, p. 1764). A presença desses auditórios obrigatórios foi observada ao longo do período estudado, com exceção dos eventos relativos ao Dia da Bandeira, verificado apenas em duas ocorrências que abarcaram essa temática, não contendo nenhuma justificativa do porquê desse fato.

Importa ressaltar que era tarefa do diretor dos grupos, em ocasião das datas nacionais, sobretudo as citadas anteriormente, reunir no pátio ou no salão de festas da escola o corpo administrativo, os docentes e os discentes, a fim de realizar uma “allocução comemorativa do acto, seguida de uma palestra civica, hymnos e canticos patrióticos.” (MINAS GERAIS, 1927a, p. 1227). Infere-se, portanto, que tais atividades eram concebidas, além de instrumentos didático-pedagógicos, como recursos capazes de inculcar nos alunos valores cívicos, normas disciplinares e costumes harmoniosos ao ambiente escolar que se almejava, onde a ordem e a obediência eram quesitos a serem observados constantemente.

Observa-se, por meio dos registros das atas, a ocorrência de dois tipos de auditórios: o primeiro tipo caracterizava-se por ser um evento de maior grandeza, sendo realizado para todos os presentes no grupo – os diretores e seus auxiliares, os professores e alunos (pais e pessoas de fora participavam somente quando convidados), organizados pelos alunos em conjunto ou esporadicamente por uma ou duas turmas⁷³, sob a orientação de determinadas docentes – eram denominados **Auditórios Gerais**. O segundo tipo eram chamados **Auditórios de Classe** e aconteciam no interior das salas de aula com a programação produzida e

⁷³ Segundo Melo e Perantoni (2007, p. 10) “a organização dos auditórios era entregue de forma alternada às diversas turmas dessas escolas.”

apresentada pela própria turma, sob coordenação da professora, a fim de complementar e ampliar os conteúdos trabalhados em sala. Eles se destinavam somente à turma organizadora ou, quando muito, a outra classe de alunos e à figura da diretora. Tal observação vem reafirmar as palavras de Cândido e Gallego (2006, p. 4), as quais declaram que as festas escolares “ora devem assumir um caráter exaustivo, grandioso, que extrapole os espaços da sala de aula e da própria escola ora devem se limitar à sala de aula e ocupar menos tempo possível.”

No tocante aos **Auditórios de Classe**, percebe-se, por meio das atas, que ocorreram somente no Grupo Delfim Moreira, não apresentando quaisquer explicações para que o mesmo não acontecesse no Grupo José Rangel, deixando subentendida a suposição de que, apesar de ambos os grupos respeitarem e efetuem a legislação concernente à prática dos auditórios, tais estabelecimentos ficavam responsáveis pela organização interna desses eventos.

Os relatos das atividades dos auditórios dos grupos escolares em estudo deixam transparecer que a organização desses eventos apresentava, basicamente, o mesmo cronograma, diversificando apenas em alguns detalhes irrisórios. A sessão iniciava-se com hasteamento e saudação da bandeira do país ou com a execução do Hino Nacional ou do grupo, ou ainda, em determinadas ocasiões, de ambas as solenidades, seguida por uma palestra efetuada pela diretora ou determinada professora sobre a data. Depois, assistia-se à apresentação de trabalhos, leituras de textos, dramatizações, declamações de poesias por alguns alunos, encerrando-se com palavras de agradecimento da diretora. Havia, ainda, no Grupo Delfim Moreira – apenas nos **Auditórios de Classe** – e no Grupo José Rangel, antes das palavras de encerramento, um espaço denominado “Palavra Livre”, em que qualquer aluno poderia apresentar alguma atividade de acordo com o tema do auditório.

No Grupo Escolar Delfim Moreira, durante os anos de 1946 e 1947, observam-se anotações de um total de 138 auditórios, distribuídos em **36 Auditórios Gerais** e 102 **Auditórios de Classe**. Destes 51 – 50% – foram realizados pelas turmas de 3ª séries, fato que pode ser explicado como consequência do Programa de Ensino do Curso Primário na Legislação de 1927, que estabelece, entre outras determinações, “desenvolver a habilidade de ler com desembaraço e expresse exercício de declamação de pequenas poesias para os alunos da 3ª série.” (MINAS GERAIS, 1927b, p. 1573).

Já no que diz respeito aos **Auditórios Gerais**, dos 36 pesquisados, cerca de 16, aproximadamente 44%, foram auditórios para celebrar datas cívicas ou feriados nacionais que abordavam a questão do civismo. Esses eventos buscavam consolidar no aluno uma identidade patriótica, como por exemplo, o auditório realizado no dia 10 de setembro de 1946, no Grupo Delfim Moreira:

Ata do auditório geral comemorando a data da Independência. Aos nove dias do mês de setembro de 1946, às 3 horas e 15 minutos, no Grupo Escolar 'Delfim Moreira', realizou-se o auditório comemorativo a data de 'Sete de Setembro'. Constatou o programa dos seguintes números: 1º Hasteamento da Bandeira e saudação pela aluna Laura Kistemacher. 2º Palavras sobre a data pela Diretora Moema Nascimento. 3º Leitura de um trecho sobre a data pelo aluno Valdemar. 4º Canto – Hino da Independência. 5º Pátria (poesia) pela aluna Yeda G. de Lima. 6º Hino Nacional. Encerramento. Para constar lavro esta, que dato e assino. Juiz de Fora, 10 de setembro de 1946. Ernestina de Carvalho Silva. (GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DOS AUDITÓRIOS DE 1946 A 1947, 10 DE SETEMBRO DE 1946).

Dentro do universo desses 36 auditórios, 28% (10 auditórios) foram organizados com o intuito de homenagear determinados funcionários do grupo, comemorar o aniversário de alguém do corpo administrativo ou de alguma docente, ou ainda, despedir, de forma solene, de alguma educadora que fosse embora. Há também registros de auditórios que abordavam a questão da religião, totalizando a soma de 3 eventos, porém esta temática perpassa por outros auditórios de forma secundária, fazendo-nos crer que, além da escola abraçar para si o papel de inculcar nos alunos um sentimento de amor e obediência à pátria – uma vez que em todos os eventos, tanto **Auditórios de Classe** como **Auditórios Gerais**, observou-se a presença do hino nacional, a saudação à bandeira do país ou alguma alusão, seja na forma de poesia, dramatização, leitura de texto, dentre outros, à questão do patriotismo brasileiro – assumia também como dever doutrinar os educandos segundo a religião católica. A exemplo disso, será citada, a seguir, a temática religiosa em um auditório de forma secundária e depois como objetivo central. Temática religiosa em um auditório de forma secundária:

Ata do auditório realizado pela classe do 2º ano, sala 15, no dia 8 de agosto de 1947, às 2,30, com o seguinte programa: 1-Saudação à Bandeira, pela aluna Olinda Botte; 2- O amigo dos pássaros, leitura pela aluna Ivanir Luzia da Silva; **3- Deus – poesia de Olavo Bilac** – pelo aluno Odilon Fortes; 4-A Avenida Rio Branco, composição, pela aluna Maria Aparecida Silveira; 5- As partes da planta, dramatização, por 5 alunos; 6- Os Jornais do município, pelo aluno José Lima; 7- As flores, poesia de Olavo Bilac, pela aluna Alcêa de Oliveira; 8- Palavra livre; 9- Encerramento. Para constar lavro esta, que dato e assino. Juiz de Fora, 8 de agosto de 1947. Maria de Lourdes Freire de Andrade. (GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DOS AUDITÓRIOS DE 1946 A 1947, 8 DE AGOSTO DE 1947, grifo nosso).

Temática religiosa como objetivo central:

Ata da festa do encerramento do mês de Maria. Aos 29 dias do mês de Maio de 1946, às 15 horas, no Grupo Escolar Delfim Moreira, encerrou-se solenemente o mês de Maio. Durante o mês, diariamente as crianças, à hora da entrada, prestaram homenagem à Virgem Santíssima, oferecendo-lhe flores, cantando hinos próprios. Para o dia do encerramento (29) foi organizado uma coroação, tendo esta sido oficiada pelo Revmo. Pe. Alberto Müller. Com palavras inspiradas o Revmo. Procurou mostrar às crianças e a todos os presentes o valor da devoção à Maria Santíssima e a significação daquele belíssimo ato da coroação da Virgem pelas crianças. Hinos devotos foram entoados pelas crianças que, respeitosamente, se conservaram durante a solenidade [...]. Tanto o corpo docente como o administrativo prestou a sua colaboração para o maior brilho da solenidade. Para constar lavro esta, que dato e assino. Juiz de Fora, 3 de junho de 1946. Ernestina de Carvalho Silva. (GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DOS AUDITÓRIOS DE 1946 A 1947, 3 DE JUNHO DE 1946).

Percebe-se que a prática do auditório pretendia, além de imbuir nos alunos a doutrina da Igreja, conduzir a sociedade escolar dentro do espírito cristão.

Por fim, observou-se, ainda com relação ao universo de 36 auditórios, que somente 1 (um) auditório versou sobre a questão do meio ambiente a fim de se comemorar o “Dia da Primavera”, realizado em 23 de setembro de 1946, e 6 auditórios referentes a eventos que celebravam o início da Semana da Criança, o dia da criança e o final da semana e, o encerramento das atividades letivas do

primeiro e do segundo semestre, totalizando um percentual de aproximadamente 17% do universo analisado.

Com relação aos registros do Grupo Escolar José Rangel, tem-se o total de 143 auditórios, sendo que, desse número 33% (47 auditórios) abordaram como tema principal a questão do civismo, buscando transmitir aos alunos um conjunto de valores patrióticos que deveriam ser introjetados despertando nas novas gerações sentimentos de amor e dever para com a sociedade e a nação.

O intuito de formar bons cidadãos que fossem fiéis e comprometidos com a pátria fez com que durante o período do Estado Novo, além das datas cívicas nacionais, fossem comemorados, por meio de auditórios, o aniversário do presidente Getúlio Vargas, bem como o aniversário da implantação do novo regime político, fato que pode ser justificado através das palavras de Bencostta (2006, p. 303):

O investimento em torno da imagem de Vargas foi responsável por inserir a data de seu aniversário no calendário das comemorações cívicas como instrumento de convencimento [...]. Tudo isso pressupunha ser efeito de um sinal de apreço, que, certamente, contribuiu para a perpetuação de sua lembrança na memória coletiva como autoridade máxima do Brasil; como presidente que, apesar de exercer um poder quase que absoluto do Estado, seria um benfeitor da nação brasileira.

Ainda nessa perspectiva, dos 47 auditórios que apresentavam a questão do civismo como tema central, 15% (7 auditórios) apresentaram, além da conotação patriótica, a temática da religião em suas comemorações. Para ilustrar tal fato, cita-se o auditório realizado no dia 7 de setembro de 1947, em celebração ao “Dia da Pátria”:

Aos 7 dias do mês de Setembro de 1947, realizou-se no pátio do Grupo José Rangel um auditório em comemoração ao Dia da Pátria. O programa foi o seguinte: I- Hino Nacional – canto e declamação aluno Nelson. II- Saudação à Bandeira – alunos da sala 12 A. III- Palestra sobre a data pela professora Maria Angélica. IV- Hino à Bandeira – 3ª e 4ª séries V- 7 de Setembro – saudação. VI- Pátria – poesia, Teresinha Pauci. VII- Hino da Independência – 3ª e 4ª séries. VIII- Palavra Livre. A palavra livre foi tomada pelos alunos do 1º ano que ofereceram um crucifixo à Cantina Escolar, na pessoa do Pe.

Aberto Müller, antecipadamente convidado e presente à solenidade. Apresentaram um interessante número, traziam sininhos e cantaram 'O sino da Igrejinha', sendo apreciado por todos. A Diretora dirigiu algumas palavras ao auditório realçando a importância daquele ato de fé cristã, complemento da festa cívica da Independência [...] (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE REGISTRO DAS ATAS DOS AUDITÓRIOS DE 1945 A 1947, 7 DE SETEMBRO DE 1947).

A questão religiosa sob a bandeira de tema secundário perpassava além dos auditórios que abordavam o civismo, aqueles que se destacavam por celebrarem o Dia das Mães. Essas solenidades apresentaram, em alguns relatos, além da programação organizada para o evento, homenagens à Nossa Senhora, devido ao fato de que, segundo a doutrina católica, o mês de maio seria o mês de Maria. Cabe citar o auditório ocorrido em 11 maio de 1954, "dia consagrado a Nossa Senhora", com a presença do "prefeito da cidade, Olavo Costa e sua esposa, o major Artur Falcão e o major Pantaleoni Arcuri Neto, o padre José Maria Fernandes de Souza, além do corpo administrativo, docente, discente e inúmeras mães de alunos do estabelecimento." O evento transcorreu com diversas homenagens às mães através de cânticos, leituras, orações e dramatizações e, para findar tal acontecimento, "o Sr. Prefeito Municipal externou a sua profunda admiração pela suntuosidade da homenagem, implorando à S. S. Virgem benção para todas as mães, para que os pais dos alunos sigam sempre sua trajetória luminosa." (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. LIVRO DE REGISTRO DAS ATAS DOS AUDITÓRIOS DE 1953 A 1957, 11 DE MAIO DE 1954).⁷⁴

A conotação religiosa aparece como tema central em 8% (12) dos auditórios realizados no Grupo José Rangel. Destaca-se que, geralmente, tais eventos ocorriam com o objetivo de celebrar a Páscoa, o Dia do Sacerdote, homenagear Nossa Senhora no mês de maio e festejar a 1ª comunhão dos alunos; entretanto, esse número revela um aumento se somado aos auditórios que

⁷⁴ Cumpre salientar ainda que o respectivo auditório, além de festejar o Dia das Mães, organizou um movimento no sentido de arrecadar fundos para a caixa escolar do grupo a fim de prestar auxílio aos alunos mais carentes. Nessa perspectiva, a instituição de ensino forneceria material escolar, sopa diária e uniforme. Este movimento pôde ser observado também em outros relatos das práticas dos auditórios realizados no Grupo José Rangel e se embasavam no Decreto nº 7.970-A art. 301, que preconiza: "por ocasião das festas escolares haverá, sempre que for possível, leilões e kermesses em benefício das caixas escolares, outras diversões lícitas e distribuição de prêmios aos alunos." (MINAS GERAIS, 1927a, p. 1227-1228).

apresentam o tema da religião como objetivo secundário, subindo para 17% (25 auditórios) o número de eventos que, no mínimo, perpassaram por essa temática. Tais celebrações que abarcavam essa perspectiva doutrinária buscavam, por intermédio de eventos socializantes e integradores, sedimentar uma cultura católica, com o objetivo de formar o cidadão cristão. Cita-se, como exemplo, o auditório destinado à comemoração do Dia do Sacerdote, em que o Grupo Escolar prestou homenagem ao sacerdócio católico de Juiz de Fora. As cerimônias eram cercadas de grande solenidade, com a participação de representantes da Igreja local e eram publicadas na imprensa da cidade, como pode ser vista na foto a seguir:



No dia de hoje, 9 de agosto, comemora-se em todo o país o "Dia do Sacerdote" — O Grupo José Rangel, por seus corpos docente e discente, festejou a data, ontem, homenageando o sacerdote na pessoa de D. Justino José de Santana, tendo, para tal organizado interessante programa, cumprido pelos alunos do estabelecimento em questão. No impedimento do sr. Bispo, compareceu, representando S. Rvma. o Conego Lauro Neves, secretário do Bispado, acompanhado do padre Vicente Pennido Burnier. — O clichê acima foi tomado quando do início da solenidade, vendo-se os representantes do senhor Bispo cercados pela diretora do estabelecimento e pela secretaria, vendo-se ainda um grupo de alunos participantes do programa.

Figura 3: Reportagem no jornal **Diário Mercantil** noticiando o auditório realizado Grupo Escolar José Rangel.

Fonte: NO DIA de hoje..., 1954, p. 1.

Vale lembrar que, com o objetivo de difundir a doutrina cristã, a tônica religiosa aparece ainda nos auditórios em outros momentos, através de preces, súplicas a Virgem Maria, e admoestações dos docentes no intuito de instigarem os alunos a seguirem os exemplos do menino Jesus.

Com efeito, como se observou nas atas de registros dos eventos realizados no Grupo Delfim Moreira, alguns auditórios realizados no Grupo José

Rangel também eram organizados com o objetivo de homenagear determinadas funcionárias do Grupo, comemorar o aniversário da diretora, vice-diretora ou de alguma docente ou ainda celebrar a despedida de alguma educadora que fosse embora, por exemplo, o auditório realizado no dia 20 de setembro de 1956, para selar a “despedida da professora Norma Conceição de Andrade.” Naquela ocasião, prestou-se “carinhosa homenagem à professora, que naquela data, se despedia, por motivo de núpcias, do magistério primário.” (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DOS AUDITÓRIOS DE 1953 A 1960, 20 DE SETEMBRO DE 1956). Estes auditórios atingem o percentual de 12% – 17 eventos.

Os auditórios que abordavam as comemorações do Dia das Mães, Dia dos Pais, Semana da Criança e Dia da Professora totalizam 31 eventos, aproximando-se de 22% do universo dos auditórios analisados – 143. Verificou-se também 12 registros – 8% – de festividades que abarcavam a temática do meio ambiente, como o auditório realizado no dia 21 de setembro de 1953, em comemoração ao “Dia da Árvore”:

[...] O auditório de cunho pedagógico, constou de preleções alusivas ao ato, bem como dramatizações, recitações de poesias, cânticos folclóricos, patrióticos e outros números de arte [...] (GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL LIVRO DE ATAS DE REGISTROS DOS AUDITÓRIOS DE 1953 A 1960, 21 DE SETEMBRO DE 1953).

Os demais auditórios somam um total de 24 eventos, representando um percentual de 17% do total de 143 práticas registradas. Abordaram temas diversos, como o encerramento do 1º semestre ou do ano letivo; a inauguração da biblioteca escolar; a Campanha da borracha; a morte do presidente dos Estados Unidos da América (EUA) e homenagem à infância.

A incorporação da prática dos auditórios nos currículos das escolas primárias do estado de Minas Gerais veio ao encontro do desenvolvimento que se pretendia para o sistema educacional naquela época. Tais atividades, além do caráter pedagógico, desempenhavam o papel de espaços socializadores e formadores da moral da criança, por meio, sobretudo, das práticas que perpassavam pela tônica religiosa e pelo civismo.

É interessante salientar, ainda, que assim como observado na prática das excursões, mesmo não sendo expressivo o número dos auditórios de cunho religioso católico, notou-se que grande parte do total dos auditórios realizados nos grupos apresentavam, em sua programação, algum tipo de manifestação desse credo, sustentando a ideia de que alusões à doutrina cristã era algo naturalizado na dinâmica dessas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a separação do Estado, através da Proclamação da República, em 1889, a Igreja inicia um processo de restauração católica no Brasil, no intuito de se fazer mais presente no interior da sociedade, pretendendo resgatar os espaços perdidos pela ruptura com o poder estatal. A instituição religiosa viu, primeiramente, nas ações missionárias através das congregações religiosas e, em seguida, no prelado brasileiro e na participação do laicato católico, atores dispostos a sustentar o projeto empreendido pela entidade.

Nessa cruzada, os eclesiásticos brasileiros tiveram, na figura de Dom Leme, seu maior representante no combate à laicização da sociedade. A transferência do episcopado da cidade do Recife para o Rio de Janeiro logrou maior visibilidade para o plano de restauração católica em andamento no país. Pregando contra o positivismo, o modernismo e, sobretudo a ideologia comunista, a Reforma Católica orientava para a necessidade de maior presença da Igreja no interior da sociedade, melhor formação do clero, instrução religiosa do povo, bem como a busca por uma ligação mais íntima entre o governo e a entidade cristã. Assim, o esforço pelo conhecimento e propagação dos valores da doutrina católica ocupou um lugar relevante nesse movimento de restauração.

No intento de realizar tais objetivos, a Igreja direciona seu esforço, mormente, para a consolidação de intelectuais católicos que poderiam lutar a seu favor, e para a esfera da família e da escola. Enfatizando o papel da religião como zeladora da ordem moral e mantenedora da ordem social, o prelado brasileiro manifestou-se junto ao Estado no sentido de conclamar sua reintegração no cenário educacional. O elemento norteador do projeto era assegurar a presença da Igreja na formação das novas gerações. Nesse movimento, o catolicismo procurava reativar sua antiga predominância na área educacional, afirmando-se frente à nova situação com sua presença na sociedade civil.

Nesse sentido, a laicidade das escolas públicas tornou-se alvo de críticas por parte dos eclesiásticos que, através de documentos, defendiam a inserção do ensino religioso nos currículos oficiais, combatendo o ensino neutro, alegando ser

este ímpio e contrário ao espírito católico da nação, pois, segundo a Igreja, a maioria dos brasileiros professavam a fé católica. Pretendia-se, portanto, difundir a doutrina cristã, a fim de erradicar a ignorância religiosa e moldar os indivíduos segundo seus preceitos e costumes.

Buscando reaver seu *status* no interior das políticas públicas voltadas para a educação e, nesse sentido, concretamente dentro do espaço escolar, a Igreja Católica utilizou-se de várias estratégias para que o ensino religioso retornasse às escolas públicas. Nesse cenário, tais instituições passaram a ser consideradas como um espaço eficaz de difusão da fé católica, consolidando uma educação que formaria indivíduos obedientes aos preceitos da Igreja, tementes a Deus e servidores da nação. Além de propagar a doutrina católica, a educação era concebida como um meio capaz de restaurar princípios morais e religiosos, os quais manteriam a ordem social.

Após grandes esforços, a entidade católica se viu recompensada em parte, quando, através do Decreto nº 1.092, de 12 de outubro de 1928, o governo mineiro autorizou o ensino religioso no horário regular, nas escolas públicas do estado. Poucos anos mais tarde, contudo, a Igreja pôde comemorar sua vitória plena, pois, em 30 de abril de 1931, com aprovação do governo e a promulgação do Decreto nº 19.941, o ensino religioso, finalmente, adentrou no espaço escolar público em caráter facultativo, inicialmente fora do horário normal das outras disciplinas e, depois, dentro do mesmo horário.

A questão religiosa trabalhada nas escolas buscava, por meio de eventos socializantes e integradores, legitimar a cultura católica, no intuito de formar o cidadão cristão. Essas atividades procuravam inculcar nos alunos a ideia de que determinadas concepções ideológicas conflitantes com o catolicismo – o comunismo, o espiritismo, entre outras – eram consideradas um desrespeito à Igreja e a seus preceitos, e que por esse motivo deveriam ser combatidas. Vê-se, portanto, que a Igreja trazia, em seu discurso, o objetivo de construir sua identidade e reconduzir a sociedade brasileira para dentro do espírito católico e, com isso, continuar produzindo, através da identidade religiosa regulada, um cidadão nos moldes de seus preceitos e valores.

Os grupos escolares da cidade de Juiz de Fora adotaram o ensino religioso em seus currículos já no ano seguinte à aprovação de sua reinserção nas

escolas oficiais. Os Grupos José Rangel e Delfim Moreira, por intermédio da realização das práticas das excursões e dos auditórios que descortinavam a questão da religião como tema central ou que apresentavam tal temática como objetivo secundário, tornaram-se espaços significativos de suporte e sustentação da formação de uma sociedade afinada aos preceitos do catolicismo, assegurando a legitimidade dos valores morais e religiosos católicos e propagando a doutrina que deveria transcender os muros da escola, atingindo, inicialmente, o indivíduo e a família, e, posteriormente, a sociedade.

Para além das finalidades didático-pedagógicas, pode-se afirmar que as excursões e os auditórios tiveram um papel fundamental na construção de identidades e na configuração de uma cultura escolar própria às instituições. No entanto, torna-se pertinente apontar o quanto essa cultura foi marcada profundamente por ideários que extrapolavam os muros da escola, deixando entrever projetos político-culturais mais amplos que se fizeram notar no cotidiano desses grupos, atendendo a interesses ideológicos diversos, como os da Igreja do Brasil.

É válido ressaltar, ainda, que esta conotação religiosa não deve ser compreendida apenas como resultante de um projeto mais amplo, mas também do envolvimento direto dos atores escolares, os quais se encontravam imbuídos da crença de que eram responsáveis pela difusão da moral cristã. Para tanto, as professoras realizavam excursões e auditórios com o objetivo de inculcar nas crianças os preceitos da Igreja Católica, vendo, em sua ação educativa, um importante veículo para se formar um “bom cristão”.

FONTES

Atas

GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. **Livro de Atas de exames e promoções, Termos de instalação e Termos de visitas 1907-1924.** Juiz de Fora (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. **Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais 1931-1937.** Juiz de Fora. (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. **Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais 1956-1961.** Juiz de Fora. (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. **Livro de Registros das Reuniões de Leitura do Grupo Escolar José Rangel 1943-1948.** Juiz de Fora. (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. **Livro de Instalação dos Grupos Escolares 1907-1911.** Juiz de Fora. (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. **Livro de atas de registros das excursões de 1948 a 1958.** Juiz de Fora (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. **Livro de atas de registros das excursões de 1958 a 1960.** Juiz de Fora (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA. **Livro de atas de registros dos auditórios de 1946 a 1947.** Juiz de Fora (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. **Livro de registro das atas dos auditórios de 1945 a 1947.** Juiz de Fora (documento não publicado).

GRUPO ESCOLAR JOSÉ RANGEL. **Livro de atas de registros dos auditórios de 1953 a 1960.** Juiz de Fora (documento não publicado).

Legislação

BRASIL. **Constituição Federal de 1946.** Capítulo II do Título VI e artigo 168, inciso V. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 23 jun. 2009.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoprimario.htm>>. Acesso em: 6 jul. 2009.

MINAS GERAIS, **Decreto nº 1.960 de 16 de dezembro de 1906**. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAES – órgão oficial dos poderes do Estado. **Decreto nº 1.986**. Juiz de Fora, p. 1, 25/26 fev. 1907.

MINAS GERAIS, **Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927**. Aprova o Regulamento do Ensino Primário e Normal do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1927a.

MINAS GERAIS, **Decreto nº 8.094, de 22 de dezembro de 1927**. Aprova os Programas do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1927b.

Arquivos

Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora

Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Biblioteca Redentorista

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A EDUCAÇÃO religiosa dos filhos dentro do lar. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 47, p. 4, 20 nov. 1953. Biblioteca Redentorista.

AGÊNCIA MISSIONÁRIA S. V. D. **Estrela das missões**. **Lar Católico**, Juiz de Fora, p. 1, 21 jan. 1945. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

AGUAYO, A. M. **Didática da Escola Nova**. Tradução J. B. Damasco Penna e Antônio D'Avila. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. p.174-177.

AMARAL, Giana Lange do. A cruzada da imprensa pelotense contra o laicismo educacional (décadas de 1920 a 1930). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais....** Uberlândia: UFU, 2006. p. 1-13.

ARAUJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.233-257.

ATEÍSMO em ação. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 35 p. 416, 29 set. 1948. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação e seus problemas**. 4. ed. São Paulo. Edições Melhoramentos. 1958. v. 3, tomo I.

AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica em Minas Gerais: 1920-1930. **Síntese**, Rio de Janeiro, p. 65-91, 1978.

_____. O fortalecimento da Restauração Católica Brasil: 1930-1940. **Síntese**, n. 14, Rio de Janeiro, p. 69-86, 1979.

_____. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). **Síntese**, Rio de Janeiro, p. 49-71, 1982.

_____. Igreja e Estado em Minas Gerais: crítica institucional. **Síntese**, Rio de Janeiro, p. 23-52, 1986a.

_____. As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (Org.). **Os religiosos no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, p. 46-63, 1986b.

_____. **Sob o báculo episcopal: a igreja católica em Juiz de Fora 1850-1950**. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

_____. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 68-76. v. 3.

_____. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 299-321.

BRANDÃO, P. A mulher e sua missão. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 23, p. 266, 6 jun. 1948. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

CAETANO, Maria Cristina; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Ensino religioso: sua trajetória na educação brasileira. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UCG, 2006. p.1-10.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **O artífice do consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907-1930)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

CÂNDIDO, Renata Marcílio, GALLEGO, Rita de Cássia. Engendrar tempos e identidades: as festas no calendário escolar e suas implicações para o trabalho dos professores (1890-1930). In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA

EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UCG, 2006. p.1-10.

CARVALHO, C. H.; ARAUJO, J. C. S., NETO, W. G. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. – (Coleção memória da educação), p. 67-89.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres**: Juiz de Fora na *Belle Époque* Mineira. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

CIPRIANI, Jader Rene. **Escola Normal Dom Pedro II (1940-1950)**: um estudo sobre a formação dos sujeitos. Blumenau: FURB, 2006. Disponível em: <http://proxy.furb.br/tede/tde_arquivos/4/TDE-2007-02-08T125430Z-255/Publico/Diss%20Jader%20Rene%20Cipriani.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. **Do apito das fábricas ao toque dos sinos no Grupo Escolar Estevam de Oliveira (1941-1946)**. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

CORRÊA, P. J. Católicos! **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.097, p. 1, 14 jun. 1947. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

_____. Uma responsabilidade das famílias. **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.320, p. 1, 13 out. 1951a. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

_____. As professoras e as vocações. **O Lampadário**, Juiz de Fora, n.1.322, p. 1, 27 out. 1951b. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

_____. Aos pais. **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.409, p. 1, 3 set. 1953. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

COSTA, A. Apêlo aos católicos. **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.077, p. 3, 18 jan. 1947. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 331-363.

CUNHA, Luiz Antônio. Autonomização do campo educacional: efeitos do e no ensino religioso. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 1, p. 1-15, jul/dez 2006.

CUNHA, Luiz Antônio; CAVALIERE, Ana Maria. O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Org.). **Sociologia da Educação**: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 110-127.

CUNHA, Maria Teresa. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal (anos 1920 -1960). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais....** Uberlândia: UFU, 2006. p. 350-361.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**: católicos e liberais. 2. ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1984. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 27, p. 183-191, set/out/nov/dez. 2004.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 77-86. v. 3.

DIONÍSIO, Marinaldo Fernandes. A revista *A Ordem*, fonte do ideário educacional católico. In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2000. **Anais...** Caxambu: ANPED, p. 1-5.

DNDFM. Pode um católico ser maçom? NÃO! **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1104, p. 2, 2 ago. 1947. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

DURÃES, S. J. A.; AGUIAR, F. R. S. Os grupos escolares mineiros como lugar de disciplina e higienização dos corpos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7, p. 303-321, jan./dez. 2008.

EDUCAÇÃO. **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.337, p. 1, 9 fev. 1952. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p. 317-333. (Reedição feita, em 1989, pela Prefeitura de Juiz de Fora; edição facsimilar pela Esdeva Empresa Gráfica de Juiz de Fora).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república. Passo Fundo: UFP, 2000a.

_____. A Reforma João pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Lições de Minas, 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Formato, 2000b, v. 1, p. 34-47.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G.. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1ª. reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p.19-34, mai/jun/jul/ago. 2000.

_____. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da Educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Sampaio. O problema educacional. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 10, p. 84, 9 mar. 1952. Biblioteca Redentorista.

FLECHA, Renata Dumont. As controvérsias sobre o ensino religioso nas primeiras décadas republicanas. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais....** Uberlândia: UFU, 2006. p. 1-10.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O cardeal Leme**. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1962.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIROLETTI, Domingos. **O processo de industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930**. Juiz de Fora: UFJF, 1988.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891/1918)**. Belo Horizonte: Autência, FHC-FUMEC, 2006.

GONÇALVES, Marcos. Uma reflexão sobre a intelectualidade católica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 1-8, jun. 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GRUEN, Wolfgang. **O ensino religioso na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRUPO Escolar. **Correio da Tarde**, Juiz de Fora, p. 1, 5 fev. 1907.

GUIMARÃES, R. M. C.; GATTI JÚNIOR, D. “Templo do bem”: o grupo escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918). Os grupos escolares mineiros como lugar de disciplina e higienização dos corpos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7, p. 277-301, jan./dez. 2008.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2001.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1ª. reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 347-370.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEHMANN, João B. Para que se volte à verdade e à retidão na vida particular e pública. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 11, p. 123, 11 março 1945. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

MACEDO, Manoel Correia de. O divórcio. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 10, p. 85, 9 mar. 1952. Biblioteca Redentorista.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANIFESTO dos educadores: mais uma vez convocados (janeiro de 1959). Revista **HISTEDBR On-line – História, Sociedade e Educação no Brasil**, Campinas, número especial, p. 205-220, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc2_22e.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2009.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. **Uma cristandade iluminista**: intelectuais católicos leigos em Juiz de Fora e a educação. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

_____. A participação católica brasileira na constituição da modernidade educacional nos anos de 1920. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 4, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2004. p. 1-12.

_____. O ensino religioso nas escolas públicas de Juiz de Fora (1930-1956). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais....** Uberlândia: UFU, 2006. p. 698-705.

MELO, Vanessa Toni de; PERANTONI, Roberta. Auditórios: de recurso pedagógico a práticas de socialização no contexto dos primeiros grupos escolares da cidade de Juiz de Fora. In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 4, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2007. p. 1-15.

MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da Igreja: educação e os intelectuais orgânicos (1916-1940). **Revista HISTEDBR On-line** – História, Sociedade e Educação no Brasil Campinas, n. 31, p. 31-40, set. 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art03_31.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.

MESQUITA, Joaquim da Costa. **Jornal do Commercio**, Juiz de Fora, p. 1, 2 mar. 1901. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

MORAES, Celso. Ensino religioso... Ou corrupção?! **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 19, p. 5, 12 maio 1951. Biblioteca Redentorista.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

NO DIA de hoje, 9 de agosto, comemora-se em... **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, p. 1, 9 ago. 1954. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

NUNES, Adalberto de Paula. O ensino da religião nas escolas. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 33, p. 350, 19 ago. 1951. Biblioteca Redentorista.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1ª. reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 371-398.

O DIVÓRCIO. **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.050, p. 2, 13 jul. 1946. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

O GRUPO Escolar. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 5 fev. 1907.

OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora**. Edição própria, Juiz de Fora, 1981.

OLIVEIRA, Estevam de. **Reforma de ensino público primário e normal em Minas**: relatório apresentado ao Secretário do Interior de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902.

OLIVEIRA, Francisco Maximiano de. **Sinais da Igreja no Juiz de Fora**: traços históricos. Biblioteca Redentorista de Juiz de Fora, 1976.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. Revista **HISTEDBR On-line** – História, Sociedade e Educação no Brasil, Campinas, número especial, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicampi.br/doc1_22epdf>. Acesso em: 22 de julho de 2009.

PASSOS, Mauro. **A pedagogia catequética e a educação na Primeira República do Brasil (1889-1930)**: seus pressupostos e suas relações. 1998. 545 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências da educação da Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, 1998.

_____. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al. (Org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p.183-196.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. **Educação no Brasil**: anos vinte. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

_____. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Lições de Minas, 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Formato, 2000. p. 86-104. v. 1.

PELO BRASIL. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 46, p. 551, 1945. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

PELO ENSINO. **O Lampadário**, Juiz de Fora, p. 2, 13 mar. 1932. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

PEREIRA, Mabel Salgado. A presença do catolicismo em Juiz de Fora: do modelo tradicional ao reformado (1741-1924). In: TAVARES, Fátima Regina Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Minas das devoções**: diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003. p. 15-28.

_____. **Romanização e Reforma Ultramontana**: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924). Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e patriotismo**: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 463-488.

S. ITA. **Correio da Tarde**, Juiz de Fora, p. 1, 27 fev. 1907.

SANT'ANA, Dom Justino José de. Collegios Catholicos. **O Lampadário**, Juiz de Fora, p. 1-2, 27 dez. 1931. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

SÃO INTEIRAMENTE incompatíveis o comunismo e o cristianismo. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 13, p. 7, 27 março 1960. Biblioteca Redentorista.

SAVINO, C. A. Um colégio para meu filho... **O Lampadário**, Juiz de Fora, n. 1.030, p. 6, 23 fev. 1946. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SE A ESCOLA hoje estiver corrompida... **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 47, p. 552, 20 nov. 1947. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

SERVIÇO de informações cinematográficas de ação católica brasileira. **Lar Católico**, Juiz de Fora, n. 40, p. 7, 05 out. 1958. Biblioteca Redentorista.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, Brasília, INL, 1976. (Atualidades Pedagógicas, v. 132).

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES**, n. 52, Cultura escolar: história, práticas e representações, 2000, p. 74-87.

VAZ, Aline Choucair. Práticas escolares e festividades cívicas em Minas Gerais (1937 – 1945). VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. p. 1-13.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Lições de Minas, 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Formato, 2000, p. 50-65. v. 1.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, 1995, p.63-82.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e miséria do ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes (Lola). **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes (Lola). Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 2, p. 99-106, jan. a dez. 2003.

_____. Um projeto modernizador: o grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 259-276.

_____. Sacra bandeira e verde louro: algumas práticas dos grupos escolares 1930-1950. In: YAZBECK, D. C. M.; ROCHA, M. B. M. da. (Org.). **Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: UFJF, 2009. p. 37-47.

_____; SILVA, Marília Neto Kappel da. Uma nova instituição de ensino na cidade de Juiz de Fora e a visão da imprensa (1907-1908). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7, p.181-194, jan./dez. 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)